

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL

MARIA VANDA DOS SANTOS

**A FEIRA DO SINDICATO EM ITUIUTABA-MG COMO ESPAÇO DE (RE)
PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**Ituiutaba-MG
2021**

MARIA VANDA DOS SANTOS

**A FEIRA DO SINDICATO EM ITUIUTABA-MG COMO ESPAÇO DE (RE)
PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal. Área de Concentração: Produção do espaço e dinâmicas ambientais, do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Produção do espaço rural e urbano

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Joelma Cristina dos Santos

**Ituiutaba-MG
2021**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S237 Santos, Maria Vanda dos, 1968-
2021 A FEIRA DO SINDICATO EM ITUIUTABA (MG) COMO
ESPAÇO DE(RE) PRODUÇÃO NA AGRICULTURA
FAMILIAR [recurso
eletrônico] / Maria Vanda dos Santos. - 2021.

Orientadora: Joelma Cristina dos Santos.
Dissertação (Mestrado) - Universidade
Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em:
<http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.371> Inclui
bibliografia.

1. Geografia. I. Santos, Joelma Cristina dos
,1979-, (Orient.). II. Universidade Federal de
Uberlândia. Pós- graduação em Geografia. III.
Título.

CDU: 910.1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Pontal
 Rua Vinte, 1600, Bloco D, Sala 300 - Bairro Tupã, Uberlândia-MG, CEP 38304-402
 Telefone: (34) 3271-5305/5306 - www.ppgep.facip.ufu.br - ppgep@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Geografia do Pontal - PPGEp				
Defesa de:	Mestrado Acadêmico				
Data:	07 de Julho de 2021	Hora de início:	09:00 hs	Hora de encerramento:	11:11 hs
Matrícula do Discente:	21912GEO007				
Nome do Discente:	Maria Vanda dos Santos				
Título do Trabalho:	A FEIRA DO SINDICATO EM ITUIUTABA-MG COMO ESPAÇO DE (RE) SIGNIFICAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR				
Área de concentração:	Produção do espaço e as dinâmicas ambientais				
Linha de pesquisa:	Produção do espaço rural e urbano				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Produção do espaço rural e urbano				

Reuniu-se através de conferência pelo Google Meet, Campus Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal assim composta: Professores Doutores: Patrícia Francisca de Matos (Universidade Federal de Goiás – Regional de Catalão); Marcelo Venâncio (Colegiado de Geografia - Universidade Federal do Norte do Tocantins) e Joelma Cristina dos Santos - ICHPO orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Joelma Cristina dos Santos, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA FRANCISCA DE MATOS, Usuário Externo**, em 07/07/2021, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joelma Cristina dos Santos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 07/07/2021, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Venâncio, Usuário Externo**, em 12/07/2021, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2888891** e o código CRC **938A20B5**.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu guia e referência em todos os momentos da minha vida.

A toda minha família, em especial, meu companheiro de vida, Benjamin Antônio, e meus filhos Rodrigo e Fernando, sempre dispostos a me ajudar com as minhas limitações com a tecnologia.

À minha mãezinha, Maria Lêda, que acredita sempre que sou capaz.

Às minhas irmãs, Luzimar, Lucinete e Lucilene, noras Camila e Nathália, muitíssimo obrigada.

Aos meus netos lindos, Pedro Miguel e Maria Esther, por me fazerem tão feliz e serem anjos de luz na minha vida.

Ao meu pai, Severino Sabino, “in memoriam” incansável trabalhador rural que extraia da terra o necessário para o provimento de sua família.

À minha orientadora, Dra. Joelma Cristina, que, mesmo em tempos de pandemia, foi um suporte sempre presente, atendendo com atenção e carinho, sanando minhas dúvidas e respondendo aos constantes questionamentos.

Ao PPGEP, Coordenação, Secretaria e docentes, que abriram novos horizontes com os conhecimentos partilhados, fundamentais nesta caminhada acadêmica.

Aos meus amigos da UFU que muito me incentivaram e aos Docentes e Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis da FACES/UFU que me fizeram acreditar que seria possível concluir o Mestrado e cumprir com as funções na Secretaria do curso.

Aos funcionários e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que me acolheram desde o primeiro contato, viabilizando este projeto.

Aos agricultores familiares/feirantes pela atenção e disponibilidade dispensadas a mim durante o trabalho de campo. Saio desse projeto admirando ainda mais esses incansáveis trabalhadores rurais.

RESUMO

A agricultura familiar está diretamente vinculada à família, à terra e ao trabalho, com características próprias de acordo com cada região e lugar. Nesta pesquisa pretende-se discutir as relações socioeconômicas e culturais vivenciadas por um grupo de agricultores familiares que comercializam sua produção em uma feira livre na cidade de Ituiutaba (MG), idealizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais deste município, popularmente conhecida como a “Feira do Sindicato”. Dessa forma, objetiva-se compreender a Feira do Sindicato em Ituiutaba (MG) como espaço de (re)produção da agricultura familiar para os sujeitos que ali desempenham a função de feirantes. Para alcançar os objetivos propostos foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a agricultura familiar no Brasil e as feiras livres, além de levantamento de dados de fonte primária, com entrevistas junto ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Ituiutaba (MG) e a feirantes, que relataram suas vivências e experiências, a partir desse espaço laboral. A partir dos relatos auscultados nas entrevistas e visitas realizadas nas feiras livres do município de Ituiutaba (MG), corroborando o referencial teórico adotado, percebeu-se a importância da feira para os agricultores e para a população, tanto do ponto de vista socioeconômico, como cultural, bem como o sentimento de pertencimento que existe naquele espaço que resiste e convalida as conquistas, valores e costumes do grupo pesquisado.

Palavras chave: Agricultura familiar. Feira Livre. Relações econômicas e socioculturais.

ABSTRACT

Family farming is directly linked to family, land and work, with its own characteristics according to each region and locality. In this research, we intend to discuss the socioeconomic and cultural relations experienced by a group of family farmers who sell their production at an open market in the town Ituiutaba (MG) idealized by the Union of Rural Workers of this municipality, popularly known as "Feira do Sindicato". Thus, it aims to understand the economic and social importance of the open market for family farmers and for the municipality of Ituiutaba - MG. In order to achieve the proposed objectives, a bibliographic research was carried out on family farming in Brazil and on open markets, in addition to data collection from primary sources with interviews with the president of the Union of Rural Workers of the municipality of Ituiutaba (MG) and market stall owners, who reported their experiences from that work space. From the reports obtained during the interviews and visits carried out in the open markets in the municipality of Ituiutaba (MG), corroborating the theoretical framework adopted, the importance of the fair was perceived both for family farmers and the population, from a socioeconomic point of view, as well as cultural, and also as the feeling of belonging present in that space that resists and validates the achievements, values and customs of the researched group.

Keywords: Family farming. Free Market. Economic and socio-cultural relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Ituiutaba (MG): Localização Geográfica do Município de Ituiutaba – MG	12
Foto 1 - Ituiutaba (MG): Interior da Feira no Barracão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	75
Foto 2 - Ituiutaba (MG): Fachada da Sede e do Barracão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba (área externa)	81
Foto 3 - Ituiutaba (MG): Mostra da diversificação de mercadorias na Feira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	99
Foto 4 - Ituiutaba (MG): Mostra da diversificação de mercadorias na Feira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	100
Foto 5 - Ituiutaba (MG): Mostra da diversificação das mercadorias na Feira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	101
Gráfico 1 - Ituiutaba (MG): Caracterização da amostra por gênero dos feirantes entrevistados	87
Gráfico 2 - Ituiutaba (MG): Idade dos feirantes entrevistados	88
Gráfico 3 - Ituiutaba (MG): Escolaridade dos feirantes da Feira do Sindicato	89
Gráfico 4 - Ituiutaba (MG): Condição da terra dos feirantes	91
Gráfico 5 - Ituiutaba (MG): Forma de aquisição da terra dos agricultores feirantes.....	92
Gráfico 6 - Ituiutaba (MG): Feira do Sindicato - tempo de participação na feira	95
Gráfico 7 - Ituiutaba (MG): Participação dos feirantes dois dias por semana no espaço do Sindicato	95
Gráfico 8 - Ituiutaba (MG): Feirantes que possuem familiares que trabalham com agricultura familiar	97
Gráfico 9 - Ituiutaba (MG): Feira do Sindicato – principais produtos comercializados.....	98
Gráfico 10 - Ituiutaba (MG): Rendimento a mensal obtido com a Feira do Sindicato ...	103
Gráfico 11 - Ituiutaba (MG): Entrevistados que já fizeram uso de algum financiamento.....	104
Gráfico 12 - Ituiutaba (MG): Avaliação dos feirantes sobre o rendimento financeiro	105
Gráfico 13 -Ituiutaba (MG): Avaliação dos feirantes sobre a permanência na atividade	108

Gráfico 14 - Ituiutaba (MG): Filhos dos feirantes seguem a mesma atividade dos pais	109
Tabela 1 - Ituiutaba (MG): Informações relativas ao local de residência do agricultor feirante	90
Tabela 2 - Ituiutaba (MG): Extensão de terras dos agricultores feirantes entrevistados (em ha)	93
Tabela 3 - Ituiutaba (MG): Área explorada pelos agricultores feirantes entrevistados (em ha)	93
Tabela 4 - Ituiutaba (MG): Tempo na agricultura familiar	94
Tabela 5 - Ituiutaba (MG): Feira do Sindicato - colaboradores dos feirantes	96
Tabela 6 - Ituiutaba (MG): Rendimento por dia de feira dos entrevistados	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ater - Assistência Técnica e Extensão Rural
Cefet - Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CIDES - Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Coopercitrus - Cooperativa de Produtores Rurais
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
DDC - Departamento de Desenvolvimento Comunitário
Decam - Departamento de Cooperativismo e Acesso a Mercados
DEP - Departamento de Estruturação Produtiva
DGCF - Departamento de Gestão do Crédito Fundiário
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEPROART - Feira do Produtor e Artesão de Ituiutaba
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
Iapi - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC - Ministério da Educação e Cultura
Mirad - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
OMS - Organização Mundial da Saúde
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PGPAF - Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PGPM - Programa de Garantia de Preços Mínimos
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNPB - Programa Nacional de Proteção e Uso do Biodiesel

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo

Sead - Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

Seaf - Seguro da Agricultura Familiar

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Sicoob – Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil

Supra- Superintendência da Reforma Agrária

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	11
2. A FEIRA COMO ESPAÇO DA REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	20
2.1 Feiras Livres: sua história e dinâmica no contexto das cidades	20
2.2 Feiras Livres: concepções históricas	23
2.3 Tecendo considerações sobre as feiras livres.....	28
2.4 A feira como espaço de relações econômicas e socioculturais	31
3. AGRICULTURA FAMILIAR, POLÍTICAS PÚBLICAS E REFORMA AGRÁRIA.....	44
3.1 Agricultura Familiar no Brasil	44
3.2 Políticas Públicas e a Agricultura Familiar no Brasil	52
3.2.1 Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf	57
3.2.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	62
3.2.3 Aposentadoria Rural (FUNRURAL)	66
3.3 Agricultura Familiar e a Reforma Agrária no Brasil	68
4. AS FEIRAS LIVRES EM ITUIUTABA – MG E A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	75
4.1 Breve relato sobre as feiras livres de Ituiutaba (MG).....	76
4.2 A Feira do Sindicato na cidade de Ituiutaba (MG).....	80
4.3 Um olhar para a Feira do Sindicato a partir da Pesquisa de Campo	86
4.3.1 Retrato pessoal das famílias agricultoras na Feira do Sindicato	86
4.3.2 Perfil Profissional	93
4.3.3 Dados sobre produção e comercialização	98
4.3.4 Perfil Econômico: Renda e Financiamento	101
4.3.5 Um olhar do Feirante sobre a Feira.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE A – Entrevista com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – Ituiutaba (MG)	129
APÊNDICE B – Entrevista com os Agricultores familiares feirantes da Feira do Sindicato – Ituiutaba (MG)	132

1 INTRODUÇÃO

O meio urbano apresenta uma pluralidade de espaços que reproduzem as mais diferentes formas de comercialização e consumo no decorrer do tempo. Nesse sentido, temos o espaço público ocupado pelas feiras livres como uma das mais antigas formas de comercialização de produtos e que se constitui em um local de exposição de uma grande variedade de bens materiais e imateriais. Assim, são comercializados nestas feiras os mais variados tipos de artesanato, hortifrutigranjeiros, produtos gastronômicos, além da circulação de elementos abstratos e culturais como os costumes, o folclore, a dança e a música.

Dessa forma, entende-se que esse espaço atua como um canal facilitador da comunicação entre os sujeitos que compõem o cenário. É neste espaço que, além de evidenciar a importância e influências de feiras livres para a agricultura familiar, temos a Feira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba - MG¹ ou, simplesmente, a Feira do Sindicato de Ituiutaba, como é popularmente denominada, sendo o objeto dessa pesquisa e Ituiutaba o lócus da investigação.

A economia da cidade está fortemente ligada ao meio rural e, de acordo com a informação do último censo agropecuário, realizado em 2017, o município possuía 1.465 estabelecimentos agropecuários com 1.210 produtores individuais, sendo que em relação à condição da terra, 981 eram proprietários, 171 concessionários (ou assentados aguardando titulação definitiva), 204 arrendatários, 7 parceiros, 77 comodatários e 24 ocupantes (a justo título ou simples ocupação) e 1 produtor sem área (IBGE, 2017).

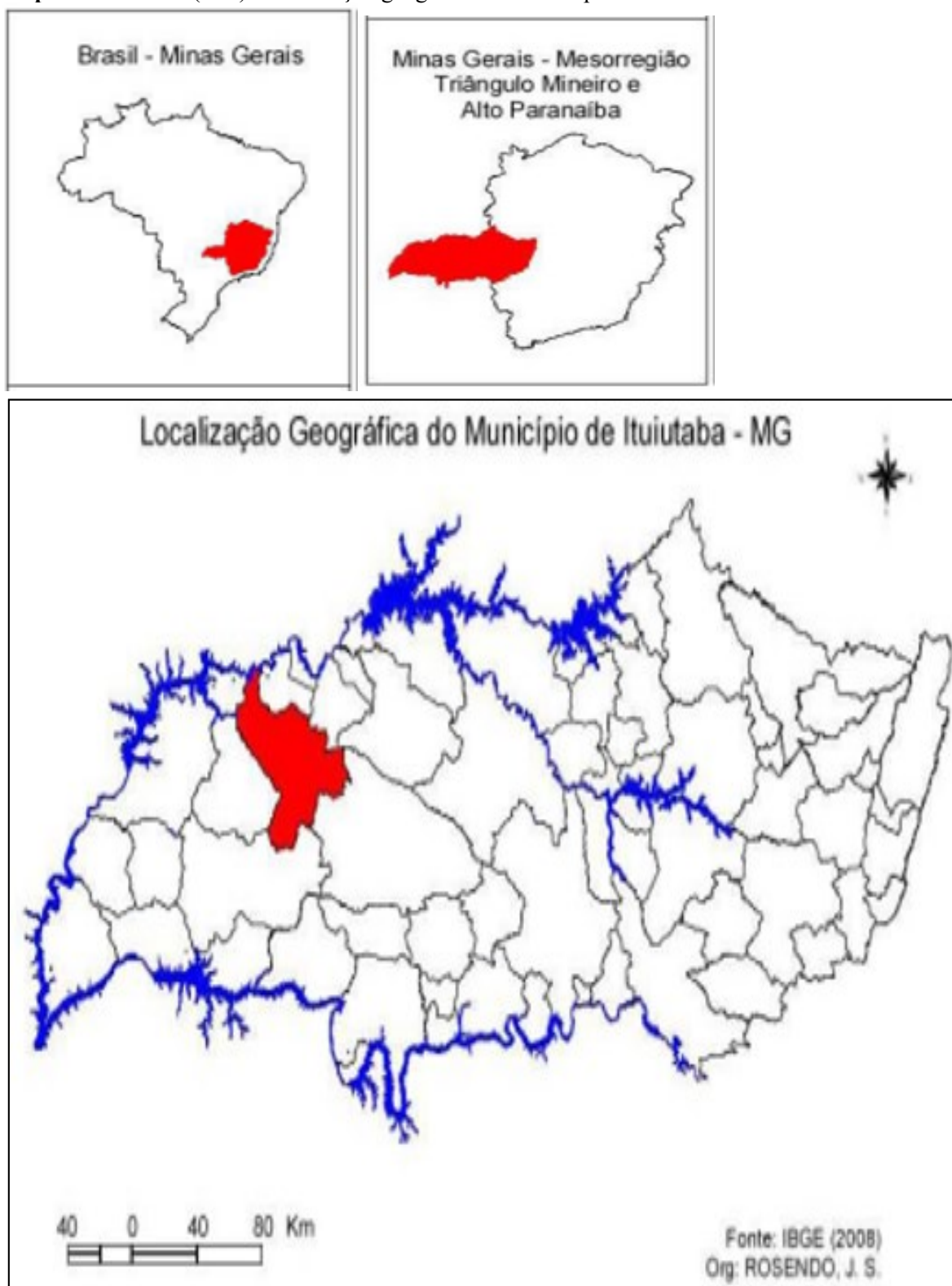
A Feira do Sindicato iniciou-se no ano de 2014, com oito feirantes que atuavam também como agricultores familiares e atualmente conta com a participação efetiva de cinquenta e seis famílias que vivenciam todos os desafios inerentes à agricultura familiar na região de Ituiutaba.

Em sua gênese, a Feira do Sindicato foi pensada com o intuito de se diferenciar das demais feiras livres existentes na cidade, nas quais a comercialização não é exclusiva dos agricultores familiares, por acolher todo o tipo de comercialização, desde produtos oriundos da agricultura familiar até produtos industrializados nacionais, ou não, como, por exemplo, produtos advindos do Paraguai.

¹ Por simplificação textual e pelo conhecimento dos moradores locais, no decorrer do texto será usado, apenas, Feira do Sindicato.

A cidade de Ituiutaba, onde acontece a Feira do Sindicato, é sede do município com o mesmo nome e se localiza no interior de Minas Gerais, na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, na região Sudeste do Brasil (mapa 1).

Mapa 1 – Ituiutaba (MG): Localização geográfica do município de Ituiutaba – MG



Fonte: NASCIMENTO; MELO, 2020, p. 3.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no último censo realizado em 2010, sua população era de 97.171 pessoas e, em 2020, conforme estimativa, era de 105.255 pessoas.

No início desta pesquisa a Feira do Sindicato funcionava em um barracão ao lado da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba, uma vez por semana, isto é, às sextas-feiras, no horário das 13 às 18 horas. Durante a pesquisa, devido à pandemia da Covid -19², foram realizadas mudanças quanto ao dia da semana e passou a funcionar duas vezes por semana, acrescentando seu funcionamento também nas terças-feiras, com horário diferenciado até às 21 horas, não obtendo sucesso devido às alterações necessárias impostas pelo Decreto nº. 9.406/2020. Este Decreto determina normas de funcionamento como horários e cuidados necessários para a prevenção e combate à proliferação da Covid-19 e, a partir dele, a Feira do Sindicato passou a funcionar ao ar livre, na Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, Bairro Progresso, local próximo à Sede do Sindicato de Ituiutaba, somente uma vez por semana, às sextas-feiras, no horário de 13 às 18 horas.

A Pandemia interferiu na pesquisa realizada no sentido de privar a pesquisadora do convívio de alguns feirantes, uma vez que os idosos, ou seja, do grupo de risco, se ausentaram de suas atividades e também houve uma queda no número de frequentadores da feira, conforme observado no Diário de Campo (2021). Vale destacar que as entrevistas foram encerradas no mês de abril de 2020, não havendo nenhuma interferência na sua realização; portanto, não foram prejudicadas devido à Pandemia. Porém, após esse Decreto, as consultas e as informações obtidas por meio do Sindicato e da Secretaria de Agricultura Municipal foram realizadas via e-mail e chamadas de vídeo.

Cabe ressaltar que as orientações para o trabalho acadêmico, a partir de março de 2020, deixaram de ser presenciais e passaram a ser realizadas de forma online, conforme medidas adotadas pela Universidade Federal de Uberlândia, não havendo nenhuma interrupção ou prejuízo para o desenvolvimento desta Dissertação.

O interesse em desenvolver uma pesquisa nesse cenário, sem nenhuma dúvida, teve origem na minha vivência no meio rural, com famílias de pequenos produtores proprietários, meeiros, assalariados, período em que presenciei as conquistas e as dificuldades enfrentadas por essas famílias para permanecerem na zona rural. Neste

² Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, a Covid -19, doença causada pelo novo Coronavírus, foi caracterizada como pandemia.

contexto, vivi até os meus seis anos de idade com meus pais, que eram trabalhadores rurais, e, por vezes, meeiros. Iniciavam seus trabalhos antes do sol nascer e só encerravam suas atividades ao entardecer, eu ia crescendo e percebendo toda essa movimentação que ocorria ao meu redor, criando uma consciência da importância desse trabalho para a sobrevivência familiar e, ao mesmo tempo, entendendo que seus trabalhos ofereciam à sociedade regional produtos oriundos da agricultura familiar como hortaliças, frutas, ovos e frangos.

Tais produtos eram comercializados, em especial, nos finais de semanas quando nos deslocávamos da zona rural para Ituiutaba (MG), percorrendo pelas ruas da cidade, oferecendo nossa produção de porta em porta; inicialmente, contávamos com o transporte do proprietário que, também, comercializava seus produtos. E, assim, puxando pela memória, hoje tenho um novo olhar para esse enfrentamento vivido com meus pais, passando a admirar o trabalho do agricultor familiar, reconhecendo sua luta para a sobrevivência e, também, para o futuro dos filhos, que ao chegarem na idade escolar são levados para a cidade com a finalidade de proporcioná-los melhores condições de vida através do ingresso na instituição escolar.

Frequentando a Feira do Sindicato surgiu a curiosidade em relação às dinâmicas ocorridas naquele espaço e, assim sendo, a pretensão ao desenvolver essa pesquisa é apresentar um estudo que possa divulgar a importância da feira livre, valorizar os sujeitos investigados, discorrer sobre os impactos desta atividade no município, de forma a proporcionar contribuições ao órgão responsável pela feira, às famílias feirantes e à própria região.

Nesta perspectiva, as seguintes questões são apresentadas como problematização do estudo: Como ocorre a (re)produção do espaço da Feira do Sindicato pelos agricultores familiares? É a feira um espaço realmente necessário para a organização política, econômica e cultural dos agricultores? Qual a importância da feira para a distribuição de alimentos para a cidade?

Como objetivo principal busca-se compreender a Feira do Sindicato em Ituiutaba (MG) como espaço de (re)produção da agricultura familiar para os sujeitos que ali desempenham a função de feirantes. Entre os objetivos específicos desta pesquisa busca-se analisar o espaço produzido pelas possibilidades das relações sociais vivenciadas na Feira do Sindicato em sua dimensão social, cultural, econômica e política, bem como entender a importância local da feira para o grupo de agricultores/feirantes que ocupa

aquele espaço e para o município de Ituiutaba (MG). Para atingir os objetivos propostos foram estabelecidos os seguintes procedimentos metodológicos:

- Revisão bibliográfica sobre as Feiras Livres buscando entender o espaço produzido a partir das relações sociais pelos sujeitos da agricultura familiar, a economia, a cultura e as políticas como práticas sociais da (re)produção desse espaço geográfico;

- levantamento de dados de fonte primária, por meio da realização de entrevistas com 47 feirantes, sendo todos do município de Ituiutaba (MG). Os produtores entrevistados estão respectivamente cadastrados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba (MG). Após a organização e tabulação dos dados, procedeu-se à sua análise; e

- tratamento dos dados, por meio da análise de conteúdo clássica, de acordo com Bardin (2011), que ocorre em três etapas fundamentais: i) pré-análise; ii) exploração do material; e iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Quanto ao levantamento de dados de fonte primária, foi realizada uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, tendo como sujeitos os feirantes filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que comercializam itens produzidos por eles e seus familiares na Feira do Sindicato e que, de acordo com a Lei nº 11.326/2006, são considerados agricultores familiares.

A proposta nessa investigação é realizar uma pesquisa qualitativa, uma vez que o objeto tem por base a identificação e a análise de tema, ainda não explorado. Segundo Fernandes (2014, p. 3):

Deve-se ter como foco a intenção de buscar compreender o fenômeno, quando observado minuciosamente. Trata-se da ação fundamental na pesquisa qualitativa e, quanto mais o pesquisador se apropria de detalhes, melhor se torna a compreensão da experiência que foi compartilhada pelo sujeito.

De acordo com Gil (2002), grande parte do trabalho de campo deve ser realizado pelo pesquisador pois é necessário construir uma relação confiável com os sujeitos pesquisados, bem como é de fundamental importância sua presença constante no espaço ocupado por estes porque isso lhe possibilitará observar e conhecer a dinâmica de vida dessa comunidade, dando-lhe condições para entender os seus costumes, as regras e as práticas que norteiam o grupo.

Com relação à abordagem do problema, este estudo se caracteriza como uma pesquisa quantitativa e qualitativa porquê de acordo com (Mynaio, 2001, p. 22) “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se

complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

O caráter quantitativo terá por base o levantamento do perfil socioeconômico das famílias agricultoras do município de Ituiutaba (MG) participantes da Feira do Sindicato, bem como um levantamento documental junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Banco Central do Brasil no Pronaf; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba; e Secretaria Municipal de Agricultura, no sentido de unificar os dados quantitativos coletados. De acordo com Trivinos (2008), a análise documental justifica-se uma vez que as significações são percebidas através da fala dos atores envolvidos nos acontecimentos diários e que protagonizam as situações vivenciadas.

Em relação à pesquisa qualitativa, existem diferentes tipos de dados e diversas maneiras de coletá-los. Com esta metodologia pretende-se produzir um novo material, dentro da área temática, que contribua com outras pesquisas relacionadas à Produção do Espaço Rural e Urbano. Para auxiliar o trabalho de pesquisa foi, também, adotado o Diário de Campo, importante ferramenta de apoio para a pesquisadora, uma vez que, conforme Lima (2007), o diário de campo funciona como instrumento auxiliar e ali são depositadas as informações corriqueiras que, após uma segunda ou terceira leitura, desperta novos entendimentos no pesquisador (a), clareando o raciocínio e auxiliando na sua escrita.

Pêsoa, Ramires e Ruckert (2017, p. 445) fundamentam:

A pesquisa qualitativa tem como características marcantes as descrições detalhadas de fenômenos; comportamentos; citações diretas de pessoas sobre suas experiências; trechos de documentos, registros, correspondências; gravações ou transcrições de entrevistas e discursos; dados com maior riqueza de detalhes e profundidade; interações entre indivíduos, grupos e organizações.

Para atender o objetivo da pesquisa a observação na vida real foi utilizada como técnica de coleta de dados e foram realizadas entrevistas semiestruturadas voltadas à identificação de alguns fatores importantes, tais como: participação da produção agrícola familiar no contexto da produção agrícola do município de Ituiutaba (MG); papel e função do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba junto aos agricultores familiares cadastrados; análise da Feira do Sindicato, enquanto espaço de relações sociais e

culturais; e, ainda, impacto socioeconômico e cultural percebido pelos agricultores familiares após inserção e participação na Feira do Sindicato.

Segundo Minayo (2001 p. 59) a observação direta é uma técnica que acontece “através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos.” Para a autora a utilização da observação direta permite ao pesquisador “captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real”.

No que se refere às entrevistas Minayo (2001, p. 58) explicita:

Em geral, as entrevistas podem ser estruturadas e não-estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Assim, torna-se possível trabalhar com a entrevista aberta ou não-estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto; bem como com as estruturadas que pressupõem perguntas previamente formuladas. Há formas, no entanto, que articulam essas duas modalidades, caracterizando-se como entrevistas semiestruturadas.

As entrevistas, cujo roteiro foi semiestruturado e construído de forma a responder aos objetivos específicos propostos nesta pesquisa, foram realizadas com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, com os agricultores familiares participantes da Feira do Sindicato, o que permitiu verificar, diretamente, as questões relacionadas aos objetivos específicos, além de evidenciar suas histórias de vida, bem como as informações quantitativas evidenciadas.

O critério para a delimitação do universo ou da população, que conforme Lakatos e Marconi (2010, p. 9) “[...] é o conjunto de seres animados ou não que apresentam pelo menos uma característica em comum [...]”, foi a escolha, no caso desta pesquisa, da população composta pelos agricultores familiares, participantes de uma mesma feira, que foram pesquisados tendo características em comum registradas como faixa etária, escolaridade e local de residência. O vocativo utilizado foi o nome social, porém, a referência na pesquisa foi por numeração, por exemplo: Feirante 1; feirante 2, e assim por diante.

Quanto à escolha da amostragem da população entrevistada, considerando o fato de que o número de famílias que participam da feira é de 56 (cinquenta e seis) famílias, entende-se não ser um número tão expressivo. A proposta inicial era entrevistar todo o

universo pesquisado, ou seja, cem por cento da população. No entanto, houve nove negativas e a população entrevistada, ao final, foi de 47(quarenta e sete) feirantes.

Com a pretensão de contribuir com futuros pesquisadores vale registrar que as negativas em participar da pesquisa foram justificadas pelos abordados com variáveis como: receio de perder a aposentadoria, que o sindicato fosse prejudicado, perda de tempo e até a desconfiança de qual seria o intuito da pesquisa. Entende-se que o receio da perda da aposentadoria se deve ao fato de a Feira funcionar como uma complementação de sua renda, sentindo-se, assim, que a atividade como feirante passa a ideia de ser ilegal perante o governo, podendo resultar no corte da aposentadoria e, ainda, prejudicar o relacionamento com o sindicato.

No que diz respeito à outra justificativa quanto à perda de tempo, infere-se que a falta de interesse na participação na pesquisa se deve ao fato de o feirante já ter participado de outras pesquisas e não ter obtido retorno do pesquisador, o que, de acordo com seu entendimento, difere da finalidade do trabalho acadêmico.

Em relação às entrevistas, conforme acordado com o Presidente do Sindicato, estas ocorreram durante a realização da feira, com agendamento prévio com as famílias, de acordo com suas disponibilidades de horário e data. As entrevistas foram aplicadas, inicialmente, no período de setembro a dezembro de 2019 e, em uma segunda etapa, concluídas, no período de fevereiro a abril de 2020, durante a realização da feira e com duração variável de 30 a 60 minutos, dependendo do movimento do local e disponibilidade do entrevistado. As entrevistas com os feirantes foram finalizadas antes da suspensão das atividades (Decreto Municipal nº 9.406, de 30 de abril de 2020). As entrevistas com os agricultores não foram gravadas pois foi percebido um retraimento, por parte dos entrevistados. Posteriormente as informações foram analisadas mediante categorias previamente estabelecidas. As entrevistas dos agricultores foram transcritas por eles mesmos, por aqueles que se sentiram capacitados para oferecer suas respostas. Entretanto, um grupo necessitou da disponibilidade da pesquisadora para anotar as suas respostas.

A construção do *corpus* de pesquisa é considerada a construção de “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar” (BAUER; GASKELL, 2003, p. 44). O *corpus*, portanto, comportará material falado, escrito e numérico e, posteriormente, os dados foram divididos, indexados, codificados e analisados.

A técnica estatística foi utilizada para a análise de dados quantitativos, enquanto para os dados qualitativos foram utilizadas categorias de análise para o mapeamento do perfil socioeconômico dos agricultores familiares participantes da Feira do Sindicato, da produção dos agricultores familiares no município de Ituiutaba, bem como a análise de conteúdo para tratar dados documentais e evidências e informações coletadas por meio das entrevistas. Foram transcritos vários depoimentos dos entrevistados e essa técnica foi muito utilizada por Vedana (2013), que possui um rico trabalho sobre feiras livres no Brasil.

A pesquisa que origina a presente dissertação de Mestrado foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) sob o número AAE: 29148619.3.0000.5152.

Dito isso, cabe ressaltar que após a leitura e análise do referencial teórico, bem como levantamento e análise de dados de fonte primária e secundária, estruturamos este trabalho que se encontra dividido em quatro seções. A introdução figura como a primeira seção e a segunda seção trata da apresentação da feira livre como espaço de reprodução da agricultura familiar, mediante a abordagem de assuntos sobre o tema, destacando-se: as concepções históricas e teóricas sobre as feiras, uma breve introdução sobre as feiras livres em Ituiutaba e, por último, as relações econômicas, sociais e culturais vivenciadas no espaço da feira livre. Na terceira seção discute-se sobre os entendimentos de diversos autores sobre a agricultura familiar, políticas públicas e o papel da reforma agrária neste contexto, abordando o grupo de trabalhadores rurais no Brasil e os programas PRONAF, PPA e Aposentadoria Rural – FUNRURAL, por serem estas as políticas públicas implantadas mais utilizadas pelo público alvo dessa pesquisa. Por fim, na quarta seção, são apresentadas as feiras livres em Ituiutaba-MG como espaço de reprodução, socialização, cultura e geração de renda para o município, com o enfoque voltado para a caracterização do objeto de estudo desta pesquisa: A Feira do Sindicato. Nesta seção foram apresentados os resultados obtidos no trabalho de campo, bem como a percepção da autora deste estudo sobre os assuntos contextualizados na pesquisa.

A seguir, com o intuito de concluir o trabalho, são apresentadas as considerações finais sintetizando os resultados obtidos, enfatizando os objetivos propostos e alcançados nesta pesquisa e, na sequência, as referências consultadas para elaboração deste estudo.

2 A FEIRA COMO ESPAÇO DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Com o objetivo de apresentar a feira livre como espaço de reprodução da agricultura familiar, esta seção foi dividida em quatro itens obedecendo a seguinte ordem: inicialmente, são discutidas as concepções históricas e teóricas sobre as feiras; em seguida, traz uma breve introdução sobre as feiras livres em Ituiutaba; e, por último, apresenta as relações econômicas, sociais e culturais vivenciadas no espaço da feira livre.

2.1 Feiras Livres: sua história e dinâmica no contexto das cidades

Com o intuito de melhor compreender a temática sobre feiras livres, buscou-se nesta seção discutir as concepções de alguns autores que discutem a importância das feiras. Este item refere-se às questões históricas e conceituais e procura retratar a evolução e as inovações ocorridas nesta complexa atividade onde as relações comerciais e sociais se intercalam. Dantas (2007) nos apresenta o sentido etimológico da palavra, enfatizando que ao longo de sua pesquisa comumente os autores analisados apresentam a terminologia mercado e, outras vezes, feira, conforme explicita:

Na língua portuguesa, o termo mercado é originado da palavra latina *mercato* é utilizado para designar um lugar fechado onde se comercializam gêneros alimentícios e outras mercadorias; já o termo feira provém da palavra latina *feria* –dia de festa – e é comumente utilizado para designar um lugar público, muitas vezes descoberto, onde se expõem e vendem-se mercadorias (DANTAS, 2007, p. 24).

Neste sentido, Dantas (2007) confirma em sua pesquisa que, quanto à definição de mercado e feira, etimologicamente, na literatura é utilizado o termo mercado para designar as feiras. Isso sugere pensar que tanto o mercado, quanto a feira, ao realizarem atividades econômicas e sociais, têm como seu objeto o comércio.

Desta forma, Pintaudi (2006) considera como mercado público o local onde realizavam-se as barganhas e as trocas de produtos e que essa atividade ocorria desde a Antiguidade, adotada em várias partes do mundo e até hoje se faz presente, inovando as práticas de comercialização, como reforça:

Todas as culturas adotaram essa forma de troca de produtos e o fato de se realizar esporadicamente, periodicamente, ou de maneira perene e com local apropriado para esse fim, dependia das mercadorias que ali se trocavam e da necessidade de se realizar a troca com certa frequência, do deslocamento possível nos diferentes momentos históricos e da importância que o local representava para o abastecimento da cidade e da sua região de abrangência. (PINTAUDI, 2006, p.84).

Neste sentido, ao ser adotada tal forma de comercialização por todas as culturas, os produtos e/ou as mercadorias expostas tornaram-se essenciais, bem como o local para abastecer a comunidade. Nesta questão Alves (2007) retoma suas considerações quanto à feira e afirma que o processo de compra é uma conduta necessária; observa, ainda, que o ato de vender requer aptidão. Nesse sentido, para ele, o ambiente festivo da feira conquista o freguês ao despertar neste um sentimento de inclusão naquele espaço relegando para um segundo plano, naquele momento, o seu valor monetário para o vendedor/feirante. “E, nesta medida, o conceito de feira, servido em novas roupagens, será sempre um conceito atual, para servir em todos os tempos” (ALVES, 2007, p.165).

Dantas (2007) contribui com a temática ao exemplificar que:

Assim, enquanto os mercados se caracterizavam por serem pequenos e de abrangência eminentemente local, onde havia a negociação de produtos em sua maioria de origem agrícola, as feiras tinham como principal características serem em imensas praças onde se negociavam mercadorias por atacado, provenientes dos mais diferentes locais do mundo (DANTAS, 2007, p.25).

Nesta abordagem complementa que a feira é geralmente lembrada como a localidade onde acontecem as práticas mercantis relacionadas à comercialização de mercadorias e, comumente, feira e mercado são tratados como sinônimos.

Porém, Dantas (2007) esclarece que o mercado possui uma infraestrutura com condições de receber seus fregueses de forma permanente e exibir sua mercadoria (por exemplo: feira no mercado municipal), enquanto que para a realização da feira, que acontece na rua, não necessita dessa logística e nem de um lugar fixo porque ela pode ocorrer em qualquer lugar da cidade.

No que diz respeito à Feira do Sindicado em Ituiutaba- MG, vale salientar que desde sua inauguração, em 2014, era realizada em um barracão ao lado da sede do Sindicato. Após a pandemia do Covid 19, instalou-se em uma praça, a céu aberto, em uma rua próxima ao antigo endereço. Essa particularidade ocorreu em atendimento às

normas estabelecidas pela Prefeitura Municipal, em consonância com a Organização Mundial da Saúde – OMS, em enfrentamento à pandemia.

Deste modo, a Feira do Sindicato manteve seus frequentadores, oferecendo ainda um espaço de maior amplitude, com arborização natural, tornando o local mais atrativo, abrindo possibilidades, em uma cidade interiorana, de oferecer um espaço de transformações e trocas culturais, atraindo também a presença de novos frequentadores, tendo como outro fator significativo a dispensa de grande aparato logístico, já fundamentado por Dantas (2007).

Nesse contexto reconhece-se que as feiras livres sempre estiveram presentes no cotidiano da população, o que não se resume ao âmbito econômico ou à comercialização dos produtos, mas se estende às relações sociais. Constroem-se laços de amizade, diálogos sobre a rotina, a troca de informações, a compra e a venda, um espaço aberto para a comunicação entre os fregueses e os feirantes, como são denominados habitualmente.

Os estudos de Silveira et al. (2017, p. 2) evidenciaram que a feira livre “representa um dos mais antigos métodos de comercialização de produtos agrícolas e tem por intuito o oferecimento de mercadorias de boa qualidade e com preços mais baixos do que o comumente aplicado pelos supermercados”.

Sayuri (2010) considera que as feiras livres no Brasil têm um grande destaque ao serem apontadas como um local que serve como pontos turísticos. Desta forma, Morel et al., (2015, p. 44) enfatiza que “algumas características fazem das feiras livres um ambiente de comercialização que atrai muitos consumidores até os dias atuais”, o que vai ao encontro à fundamentação de Sayuri (2010), ao apontar as feiras livres como ponto turístico, isto é, atraem os visitantes às cidades nas quais são praticadas essa atividade.

Ao definir a feira livre brasileira, Mascarenhas e Dolzani (2008, p. 75) afirmam que: “a feira livre no Brasil constitui um mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como um serviço de utilidade pública e voltada para a distribuição local de produtos alimentícios e produtos básicos”.

Posto essas considerações faz-se necessário informar que a nomenclatura utilizada nesta pesquisa, de forma geral, será feira livre ou feiras livres e que, no próximo item, serão apresentadas as questões históricas sobre o tema.

2.2 Feiras Livres: concepções históricas

Historicamente, uma das mais antigas formas de comercialização acontecia nas feiras livres, entretanto, sua origem gera incerteza e, não é um consenso entre diversos autores. Nos estudos de Mota, Santana e Pinheiro (2015, p. 16) encontram-se registros das feiras livres no Ocidente, aproximadamente em 2.000 a.C.: “logo após a queda do Império Romano, e com a tomada das rotas do comércio europeu, as mesmas vieram à extinção no Ocidente, mas não deixaram de existir no Oriente”.

Vale destacar que as feiras livres foram novamente introduzidas no Oriente após a recuperação dos roteiros comerciais pela Europa, depois das expedições das cruzadas, corroborando Mota, Santana e Pinheiro (2015, p. 17), que esclarecem: “Assim, como não havia na época um ponto de comércio fixo, as feiras livres dinamizavam a economia desses locais, como por exemplo, na Mesopotâmia, no Egito Antigo, na Grécia Antiga, e na Roma Antiga”.

No que se refere à comercialização em feiras livres, Matos (2012) afirma que existe há muito tempo e torna-se quase impossível afirmar quando surgiu essa modalidade comercial:

A hipótese mais provável para o surgimento das feiras foi a necessidade de abastecimento e a troca de excedentes de produção por utensílios ou produtos essenciais para a vida nas sociedades humanas, que se fixaram em aglomerações em determinados locais específicos, em determinadas épocas. As feiras eram conhecidas na antiguidade por árabes, romanos, gregos, romanos, fenícios e chineses (MATOS, 2012, p. 7).

Diante dessa característica, entende-se que as feiras surgiram de uma necessidade da Antiguidade, em especial dos árabes, romanos, gregos, fenícios e chineses, que expunham seus produtos e onde ocorriam as trocas pelos interessados, na época determinada.

Conforme Mota, Santana e Pinheiro (2015) fundamentam, as feiras livres são eventos característicos de organizações econômicas e sociais, com práticas antigas, surgidas com o fim do nomadismo e datam das primeiras aglomerações humanas, com o objetivo de cultivar a terra e domesticar os animais. Seu papel ganhou destaque e importância após a revolução comercial, que foi um período de crescimento econômico, desencadeado na Europa, entre os séculos XII e XVIII.

Neste contexto, a feira livre, observada pelo ângulo comercial, funciona, também, como um canal que favorece ao empreendedorismo, uma vez que, conforme Gomes et al. (2013, p. 14), na feira livre o trabalhador encontra ambiente favorável para iniciar um novo empreendimento ainda que não possua experiência no ramo. “A opção por tornar-se feirante, em muitos casos, surgiu da necessidade”; porém, com o passar do tempo, esses empreendedores “obtem renda para atender, principalmente, as demandas familiares”.

Atuando como incentivador aos pequenos empreendimentos, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em 2009 lançou a cartilha “De olho na feira” que tem como objetivo qualificar os feirantes em relação aos atos administrativos cabíveis e posicionamento no mercado em sua área de atuação. Para o SEBRAE (2009), a força demonstrada pelas feiras livres através da resistência, em busca de um mercado inovador e competitivo, é um fator determinante da sua capacidade em criar postos de trabalho e fornecer renda ao povo.

Vale mencionar, segundo o SEBRAE (2009), que:

Dentro desse contexto, a modernização de feiras livres e mercados passam a ser um instrumento prioritário de intervenção. Visando o fortalecimento e manutenção das feiras livres, esse programa também tem como diretriz melhor organizar os espaços onde essas feiras se estruturam, melhorar a qualidade de vida dos feirantes e consumidores, elevar o padrão higiênico sanitário desses locais e, sobretudo, observar o feirante sob a condição de empreendedor, dotando-o de instrumentos que permitam melhor gerir seus negócios, enquanto negócios e não como um simples escambo (SEBRAE, 2009, s/p).

Nesta perspectiva, entendem-se as mudanças inovadoras construídas e, a partir do conhecimento adquirido pelo SEBRAE, as feiras livres ganharam uma nova roupagem, fortalecendo os feirantes para a venda de seus produtos, em sua qualidade de vida, ações empreendedoras para gerir seus negócios, valorização de seus produtos e local de trabalho, resultando em uma nova forma de comercializar, o que deixa para trás a realização do escambo.

Assim, Guimarães (2010, p. 5) considera que as feiras livres se originaram a partir da prática comercial que acontecia durante as festas promovidas pela igreja: “esses eventos têm origem na Europa durante a Idade Média e tiveram papel fundamental no desenvolvimento das cidades e no chamado renascimento comercial do século XIII”. Havia a simbologia de um dia santificado no qual as pessoas tiravam o dia de folga para participar dos festejos religiosos.

Dantas (2007) também entende que as feiras livres se originaram com o comércio europeu, entre a Idade Média e Moderna, período em que a sociedade, sob o comando do feudalismo, praticava a agricultura para sua subsistência. Diante dessa autonomia produtiva, não havia na Europa uma expressiva prática comercial e não se fazia necessária a produção em larga escala. No entanto, com o passar do tempo e o desenvolvimento, no modo de produção e, conseqüentemente, seu aumento no campo, foram gerados os excedentes que criaram um maior movimento no comércio local e houve a expansão das cidades, juntamente às atividades comerciais regulares, dentre elas, a feira livre.

No Brasil, a prática da feira livre, segundo Guimarães (2010), originou-se com a chegada dos portugueses:

No Brasil, o costume veio com os portugueses e há registros de feiras desde a época colonial. Existia a presença das populares, quitandas ou feiras africanas, que eram mercados em locais preestabelecidos que funcionavam ao ar livre. Vendedoras negras negociavam produtos da lavoura, da pesca e mercadorias feitas em casa. Do mesmo modo, uma grande variedade de produtos que chegavam de navio era comercializada informalmente na Praça XV, no Rio de Janeiro (GUIMARÃES, 2010, p. 5).

Deste modo, já existiam as quitandas, ou feiras africanas, que funcionavam ao ar livre e eram denominadas de mercado, e também comercializavam na Praça XV, no Rio de Janeiro, vários produtos que desembarcavam dos navios, entre eles produtos da lavoura, da pesca e mesmo feitos em casa e comercializados por vendedoras negras. As vendedoras negras, conforme explicitação de Bonomo (2014), são as mulheres que vieram da África para o Brasil, trazendo seus costumes e culturas e que deram continuidade às suas tarefas de vendedoras ambulantes no Brasil colonial, firmando, assim, a herança africana.

Em consonância com Guimarães (2010), Azevedo e Queiroz (2013), a introdução do costume das feiras livres no Brasil veio com os portugueses. Conforme sua explicitação:

Com a expansão marítima e comercial da Europa, a tradição das feiras foi levada para as colônias. Na América Latina existiam lugares que conheciam as feiras antes da chegada dos europeus, por exemplo, nos atuais México e Guatemala. Em outros lugares, como no atual Brasil, as feiras eram uma inovação e desconhecidas da população nativa. Portanto, as feiras livres brasileiras são heranças das feiras medievais portuguesas (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013, p. 3).

Nestes termos, os autores citados destacam a prática das feiras antes da chegada dos europeus em lugares como os atuais México e Guatemala e enfatizam que no Brasil esta prática não era conhecida pelos nativos, ou seja, foi uma inovação oriunda das feiras medievais portuguesas.

Apesar da incerteza que envolve o surgimento das feiras livres, Lucena e Germano (2016) afirmam que essa atividade comercial teve seu início a partir da aglomeração humana advinda do abandono ao nomadismo, quando o homem passou a cultivar a agricultura, começando a produzir excedentes:

No Brasil, a partir do que descreve a história “oficial”, essa atividade nos moldes que encontramos ainda hoje remonta ao período Colonial como tradição cultural ibérica implantada pelos portugueses no país. Não por acaso os dias da semana no calendário chancelado pela igreja católica nos países de língua portuguesa instituíram a palavra feira no final de cada um dos dias circunscritos entre o domingo e o sábado. A instituição eclesiástica – mais precisamente o apostolado de São Martinho de Braga – retirou a suposta “origem pagã” dos nomes dos dias que homenageavam astros, os substituiu por números e agregou a eles o termo fêria, referindo-se à semana da Páscoa de Jesus Cristo na qual todos os dias eram feriados e com isso apenas os mercados e feiras funcionavam ao ar livre (LUCENA; GERMANO, 2016, p. 56).

Neste contexto, Barbosa (2013) afirma que as feiras livres chegaram ao Brasil com a colonização portuguesa e seu desenvolvimento aconteceu de maneira similar por toda a Europa. Geralmente os feirantes se instalavam em espaços públicos próximos a uma importante referência local, como por exemplo, praças e igrejas e ali comercializavam sua produção.

Diante disso, Barbosa (2013) fundamenta:

E apesar da modernidade, resistem e, em muitas cidades do interior do país, é o único local de comércio da população, funcionando também como centros de educação, cultura e entretenimento. A feira livre é, para a maioria dos leigos, vista como um local onde comumente se estabelecem relações comerciais apenas. Divergindo desse tipo de opinião, consideramos que a feira se constitui num grande cenário de expressões culturais do povo, por possuir características revitalizadoras e reforçadoras da cultura popular. Nesse espaço podem ser identificados e visualizados aspectos definidores de uma região ou localidade, que evidenciam valores, costumes, formas de viver, laços de sociabilidade e convivência (BARBOSA, 2013, p. 42).

Analisando esses aspectos na realidade apresentada, vários pesquisadores, dentre eles, Mota, Santana e Pinheiro (2015, p. 17) esclarecem que “não existe nenhum documento que mostre exatamente quando a primeira feira livre foi criada no Brasil” e que o único prontuário que trata do assunto foi “feito por D. João III em 1548 no qual o mesmo ordenava a criação das feiras livres semanalmente nas colônias” e, de acordo com eles, “somente em 1732 que surgiu o primeiro registro oficial da existência da feira livre no país, que foi a feira de Capoame³, localizada no Recôncavo Baiano”.

Oficialmente Azevedo e Queiroz (2013) corroboram com Mota, Santana e Pinheiro (2015), ao declararem que foi no estado da Bahia, especificamente no Recôncavo Baiano, no ano de 1732, que se originou a feira no Brasil. Entretanto, Godoy e Rech (2013, p. 3) possuem outra informação, como destacam: “Uma das primeiras referências sobre feiras livres no Brasil vem do ano de 1687, quando, em São Paulo, no Terreiro da Misericórdia, oficializou-se a venda de gêneros da terra, hortaliças e peixes”.

No território brasileiro as feiras aconteciam já na época do Brasil Colônia, sendo popularizadas a partir de 1808, com o estabelecimento da realeza portuguesa no país e com as providências adotadas “para beneficiar a feira livre, como a abertura dos portos às nações amigas”, como referenciam Gomes et al. (2013, p. 4). Conforme os autores, a comercialização nas feiras era realizada com o abastecimento de produtos variados, ofertados diretamente aos consumidores e, principalmente, na renda para a população sem descuidar dos alimentos que promoviam os bons hábitos nutricionais, dentro da cultura da sociedade naquele período histórico.

Diante disso, Dantas (2007, p. 68) afirma que “as feiras livres no Brasil se constituem numa instituição que foi importada e copiada daquelas que os colonizadores já conheciam em Portugal”; percebe-se que a origem das feiras e mercados divide-se em grupos distintos, sendo o primeiro grupo formado pelos países que “já possuíam praças de mercado antes da chegada dos colonizadores; e o segundo grupo, no qual o Brasil está incluso, refere-se àqueles onde as feiras e mercados são considerados inovações” (Dantas, 2007, p. 68).

Com relação ao trabalho executado nas feiras livres, Araújo e Ribeiro (2018, p. 561) afirmam que não é recente, visto que estas chegaram ao Brasil no período colonial e, conquistaram, desde então, o espaço de comercialização sem atravessadores, impulsionando a economia rural e urbana, sendo que “sua relevância ultrapassa a

³Capoame ou Capuame: nome popular de uma árvore que antigamente era comum no interior da Bahia.

economia para compreender também hábitos alimentares, costumes sedimentados e a própria cultura”.

Analisando os aspectos relativos à chegada da feira livre no Brasil, observa-se que autores como Mota, Santana e Pinheiro (2015), Dantas (2007), Guimarães (2010), Azevedo e Queiroz (2013) concordam que sua origem possui raízes em tempos longínquos; porém, mesmo levando em conta o quão distante encontra-se esse registro, percebe-se que sua importância sobreviveu à passagem do tempo e na atualidade mantém em sua essência características de um comércio que ainda movimentava o espaço rural e urbano.

Dessa forma, passaremos a apresentar no próximo item as considerações referentes à situação das feiras livres na atualidade e que promovem o encontro do moderno e do antigo, do urbano e do rural, da tecnologia e da tradição, ocupando e modificando o espaço.

2.3 Tecendo considerações sobre as feiras livres

As feiras livres no Brasil possuem características regionais e diversas tipologias. Desta forma, mantêm a preservação dos costumes e tradições e, ao mesmo tempo, trazem inovações através da comercialização, ampliação socioeconômica e expansão na variedade dos produtos expostos.

Outra nuance das feiras livres é apresentada por Silveira et al. (2017), ao informar que existem no Brasil feiras livres com importante potencial turístico e que atraem sempre os visitantes que passam por essas cidades como, por exemplo, a feira livre de Nova Andradina, no Mato Grosso do Sul.

Analisando este aspecto, o Estado de Minas Gerais também possui grandes feiras com forte potencial turístico, dentre elas, a feira hippie em Belo Horizonte, ou as feiras de artesanato, conforme destaca Barbosa (2008), encontradas na região norte do estado, mais precisamente, na cidade de Montes Claros onde a marca do homem e as belezas naturais estão retratados nas feiras. Por esse lado “é possível visualizar, logo na chegada da cidade, os montes de rocha calcária de coloração cinza claro. Nas chapadas entre o cinza-ocre da caatinga e o verde-amarronzado dos cerrados, os vales úmidos e verdes” (BARBOSA, 2008, p. 58).

Além disso, a importância das feiras livres no Norte de Minas é ressaltada por Fonseca et al. (2017) ao enfatizar que nesse espaço acontece o encontro entre o mundo

rural e o urbano através da comercialização de diversos produtos oriundos da agricultura familiar, funcionando, ainda, como um palco onde acontecem as manifestações culturais e as trocas de saberes entre esses dois mundos.

Por meio dessa descrição percebe-se a motivação que impulsiona a transformação do material bruto em arte através do conhecimento, saberes e sentimentos que esculpem o ato de criar de um artista. “Nesse contexto, a Feira revela-se um atrativo turístico. Torna-se uma possibilidade de desenvolvimento, pois, através da Feira, o artesanato e o folclore são inseridos no cotidiano da população” (BARBOSA, 2008, p. 58).

Ao abordar as feiras livres no estado de Minas Gerais, vale adentrar o mérito do município de Ituiutaba, onde as feiras livres fazem parte do cotidiano da cidade.

De acordo com a Secretaria de Agricultura do Município, a feira livre em Ituiutaba -MG é uma tradição, e sua valorização e preservação cabem também ao poder público municipal, uma vez que “além do seu aspecto cultural, a feira livre é também uma oportunidade para que os pequenos produtores possam comercializar sua produção, gerando renda e contribuindo com o fortalecimento da nossa economia”.

Atualmente existem na cidade além da Feira do Sindicato, mais seis feiras que ocupam e transformam o espaço urbano e que serão abordadas na seção 4, por serem consideradas como importantes centros fomentadores da economia, das tradições e da cultura local.

Conforme Medeiros (2012), as feiras livres se constituem num espaço cultural de importância significativa, uma vez que ali são apresentadas as particularidades locais, através de bens materiais como artesanato, frutas, verduras, produtos gastronômicos e bens abstratos como os costumes, o folclore, a dança e a música. Dessa forma, o turista que ali circula vivencia diversas experiências culturais ao mesmo tempo, absorvendo-as das tradições que perduram e resistem às transformações diárias que acontecem nos espaços urbanos.

Dentre as regiões brasileiras foi no Nordeste que as feiras livres conquistaram uma importância que ficou registrada, de forma concreta, na paisagem nordestina, conforme elucidação de Madeira e Veloso (2007), ao afirmar que o surgimento de cidades como Pernambuco, Caruaru e Campina Grande, situadas na Paraíba, bem como Feira de Sant’Anna, na Bahia, iniciou-se através das feiras pois, no período colonial era exigência para o consentimento de iniciar uma cidade, que fosse escolhido um dia para a realização da feira para abastecer a população do lugar com variados tipos de alimentos.

Madeira e Veloso (2007, p. 20-21) afirmam serem referenciadas muitas feiras no século XVIII, localizadas em várias freguesias como “na Mata de São João, na vila de Nazaré, Bahia, em Cruz das Almas, Pernambuco, ou em Laranjeiras, Sergipe”; destaca a Feira de Caruaru como uma das mais antigas, considerada como uma das maiores no Brasil pois nela circulam anualmente mais de um milhão de pessoas e é tida assim como um “celeiro da cultura popular, tendo no cordel, na xilogravura e na cerâmica imaginária alguns dos pontos mais evidentes de seu interesse para o patrimônio nacional”.

Comungando com a tese de Madeira e Veloso (2007), tem-se a explicitação de Dantas (2008, p. 5) que também destaca ser a feira livre um tipo de comércio que no Nordeste brasileiro obteve grande aceitação e sucesso em grande parte devido à “própria formação socioespacial da região, das condições socioeconômicas da população, dos meios de comunicação, do tipo de agricultura e pecuária praticadas na região”.

Além disso, outro fato importante é mencionado por Dantas (2008):

Devido ao nível de integração com a forma de organização social nordestina, as feiras estão profundamente envolvidas nos sistemas de mercado regional. Assim, na maioria das vezes, elas deixam de ser um fato rotineiro para assumir um papel de destaque, sendo, às vezes, difícil distinguir até que ponto a feira depende da cidade ou a cidade depende da feira (DANTAS, 2008, p.10).

Corroborando com a convicção de que a feira livre é uma sobrevivente, Bonamichi (2013, p.4) afirma que “a tradição das populares feiras livres, está embutida na cultura da vida de rua dos pequenos e grandes centros urbanos brasileiros. Ainda que historicamente remodelada, persiste até mesmo nas grandes metrópoles”.

Atualmente as feiras livres alcançaram diversos segmentos comerciais fora do tradicional hortifruti, sendo vistas como importantes eventos pelo mundo e, no Brasil, essa realidade não é diferente. As feiras temáticas como de animais, antiguidades, gastronomia, vinhos, a feira hippie, de livros, de automóveis, de negócios, dentre outras, fazem parte da programação econômica e sociocultural dos grandes centros urbanos.

Dessa maneira, levando em consideração todas as informações referenciadas entende-se que a feira livre merece ser reconhecida como um evento que além das práticas comerciais, produz uma intensa atividade social com importante potencial cultural resistente às modernidades, mantendo, assim, a preservação histórica dos atores sociais envolvidos na atividade de feirante.

Desta forma, no próximo item, o tema tratado referir-se-á às relações econômicas e socioculturais que resultam em ricas trocas de experiências no interior das feiras, mantendo vivas as tradições, a arte, a cultura e os saberes dos feirantes que, com uma diversidade de práticas e manifestações, têm registrado sua história e permanecem como sujeitos que constroem e modificam o espaço geográfico, ao mesmo tempo em que realizam sua reprodução social.

2.4 A feira como espaço de relações econômicas e socioculturais

As feiras livres são um local de trabalho onde feirantes exercem profissionalmente uma ocupação, configurando-se, conforme Vedana (2013), em um espaço de movimentação econômico-financeira, denominado pelo geógrafo Milton Santos de circuito inferior da economia no espaço urbano.

No que se refere ao circuito inferior da economia, tem-se a explicitação de Azevedo e Queiroz (2013):

O circuito inferior ou circuito não moderno é resultado indireto da modernização tecnológica e organizacional do território, não correspondendo à lógica hegemônica. Este circuito é constituído por agentes que só se beneficiam parcialmente ou quase não se beneficiam do desenvolvimento técnico, científico e informacional, como por exemplo, as formas de fabricação artesanal, o comércio e os serviços não modernos e de baixa complexidade, os ambulantes, os camelódromos, os mercados públicos, e as feiras livres (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013, p. 7).

Por esse lado, percebe-se que os agentes que se beneficiam parcialmente, uma vez que têm fácil acesso a um local para vender sua mercadoria, por exemplo (a feira), mas não conseguem acesso a tecnologias, não recebem incentivos dos órgãos públicos, não têm um treinamento, uma orientação, conseguindo, assim, somente a inserção, de forma precária, no circuito inferior da economia. Esses agentes são apresentados como os ambulantes, os camelódromos, os mercados públicos e as feiras livres, como afirmam Azevedo e Queiroz (2013), enquanto Cardoso e Santos (2012, p.5) afirmam que o espaço reproduzido pela feira livre reflete características de um comércio não planejado, com demonstrações espontâneas entre clientes e fregueses “de forma pessoal, direta, e corpo a corpo, o que lhe aproxima das atividades típicas do circuito inferior da economia”.

Para Silveira (2015, p.254), “as diferenças de renda e o tamanho das cidades permitem a coexistência de formas diversas de produção e consumo” podendo conviver,

de forma pacífica, com as atividades inclusas tanto na economia superior, quanto na inferior.

Vale a pena mencionar que “no circuito inferior, o preço pode variar muito com negociações feitas diretamente entre o consumidor e vendedor” (BRITTO, 2017, p. 3). Nessa linha de raciocínio, o rendimento não é o objetivo principal e pode sofrer variações determinadas pela busca da sobrevivência e pela realidade momentânea relativa às condições para custear os gastos básicos do sujeito.

Legitimando essa afirmação, Oliveira e Lima (2017) argumentam que a comercialização direta na feira livre, sem atravessadores, possibilita ao feirante conseguir uma lucratividade de acordo com a sua disponibilidade de capital:

Por meio do diálogo, da pechincha e do contato direto entre produtores e consumidores, ambos tendem a ganhar quando se encontram no espaço da feira livre. Por normalmente não pagarem impostos pela venda de seus produtos, naturalmente os preços podem ser mais bem ajustados pelos comerciantes, e um preço justo para compradores e vendedores pode ser alcançado. Esses são traços próprios da economia informal, assim como da economia popular e solidária. Para que essa relação direta entre produtores e consumidores realmente aconteça, é importante que a presença do “atravessador”, comum nesses ambientes, seja restrita porque comumente são estas figuras que mais se beneficiam da comercialização das mercadorias, em especial da agricultura familiar, pagando preços baixos aos produtores e vendendo aos consumidores ao preço que lhes possibilitem o maior lucro (OLIVEIRA; LIMA, p. 9).

A situação vivenciada pela população de países em desenvolvimento é marcada por grandes diferenças sociais e econômicas que acabam interferindo no resultado da organização espacial. Nessa conjuntura, esses acontecimentos influenciam de diferentes formas na categorização das cidades, na prática da construção do espaço urbano, na disseminação de implementos, melhorias no sistema básico social e na sociedade num todo (BRITTO, 2017).

Atualmente, de acordo com Maranhão e Queiroz (2016), vivemos um período voltado para as tecnologias, avanço da ciência e compartilhamento de muitas informações. Para esses autores, todas essas inovações tecnológicas estão inseridas nos grandes centros comerciais como grandes supermercados e shoppings centers, grandes redes de lojas e esse tipo de comércio faz parte do circuito superior da economia brasileira.

Maranhão e Queiroz (2016) apontam o critério utilizado para classificar um tipo de comércio pertencente à economia superior ou inferior:

Esse circuito econômico é superior em termos de organização produtiva, tecnologia e capital utilizado. Também é superior em relação a um circuito inferior, formado por objetos geográficos tradicionais, espaços de consumo originados em um período pretérito, por exemplo, os mercados públicos e as feiras livres. Assim, a economia urbana é formada por um circuito superior moderno e, contraditoriamente, um circuito inferior tradicional que resiste, persiste e sobrevive em meio aos conflitos ideológicos do atual período de globalização (MARANHÃO; QUEIROZ, 2016, p.2).

Diferentemente do circuito superior, o comércio que faz parte do circuito inferior da economia, quase na sua totalidade mantém-se da carência financeira e impossibilidade de seus consumidores de estocar produtos ou mesmo promover novos hábitos de consumo, contrário ao que ocorre com os consumidores que frequentam o comércio do circuito superior da economia; portanto, “o circuito inferior, entretanto, possui um relacionamento privilegiado e íntimo com a imensa massa mais pobre da população que ocorre a estes espaços de comercialização” (GODOY, 2005, p.88).

Nesse cenário, no circuito inferior da economia e com a junção do espaço (calçadas, ruas e galpões) e a sociedade (feirantes e frequentadores), temos a produção do espaço onde acontecem as feiras livres que, de acordo com Madeira e Veloso (2007), são uma realidade no cotidiano social que apresenta uma diversidade de produtos para comercialização, tanto agrícolas, como artesanais. Nesse espaço também se encontra presente um ambiente de relações interpessoais entre os feirantes, consumidores e outros sujeitos envolvidos.

Côrrea (1988) esclarece que na área urbana a percepção da existência do circuito superior e inferior é maior nos grandes centros, nas grandes cidades com uma população expressiva e diversidade operacional de serviços. No entanto, nas cidades menores com menor número populacional, o circuito inferior se destaca, uma vez que consegue aglutinar um maior número de pessoas interessadas na produção regional, o que não acontece nas grandes cidades. Portanto, no dia em que acontece a feira livre, nota-se considerável aumento de movimentação e ocupação espacial nas pequenas cidades.

No Brasil, tanto no campo quanto na cidade, nos meados do século XX, houve grandes mudanças que provocaram transformações sociais, culturais e econômicas no espaço urbano e rural. Conforme Ramos, Pereira e Alencar (2017), a cultura do homem

do campo ocupa parte do espaço público urbano ao promover nas cidades as feiras livres com suas práticas comerciais.

Vale mencionar o posicionamento de Silveira (2015), frente às constantes transformações e diferenças na urbanização atual, conforme descrito por Ramos, Pereira e Alencar (2017), para a necessidade de atenção por parte da “geografia e das demais disciplinas territoriais” no sentido de promover “uma permanente teorização para renovar o significado dos conceitos e apreender os processos, de modo a alcançar a crítica do real e vislumbrar rumos novos” (SILVEIRA; 2015, p. 257).

Conforme Nora e Zanini (2015), a feira propicia um espaço voltado para a dinâmica de socialização entre os frequentadores e os feirantes, ao mesmo tempo que permite a comercialização e a interação entre o espaço urbano e rural sendo que, dentre as regiões brasileiras é no Nordeste que este vínculo mais fortalece essa relação tanto no âmbito cultural, como na economia.

Como fundamenta Portuguez (2015), o espaço transforma-se em urbano ou rural em decorrência de sua historicidade, recorte temporal e do trabalho do homem. Deste modo, o autor explicita:

Em outras palavras, no seio de uma determinada sociedade, o espaço rural é fruto do trabalho humano, assim como o urbano, cada um com suas características próprias, porém ambos engajados em um mesmo sistema de processos históricos que lhes atribuem conteúdos, sentidos e significados (PORTUGUEZ, 2015, p. 80).

Ao focar os aspectos ligados à rotina da feira livre com suas diversas características e especificidades de acordo com suas normas reguladoras, ainda que não formalizadas, existe uma interação entre o arcaico e o moderno numa luta entre a transição e a persistência dos sujeitos que transitam entre o urbano e o rural em seu local de origem. Dessa maneira, os autores entendem que além de ser um local de comercialização que viabiliza a subsistência dos feirantes e familiares, a feira é “também ambiente de exercitar sociabilidades, vivenciar o lúdico, além de possibilitar expandir sua dinâmica em escala regional” (PEREIRA; ALENCAR, 2016, p. 2).

Para Wanderley (2009), a grande transformação social no Brasil advém do processo acelerado de urbanização, conforme relato abaixo:

A urbanização é, sem dúvida, um dos processos gerais que transformaram a sociedade brasileira, ao longo do século XX, gerando um novo patamar de referência universalizante, em função do qual o conjunto da sociedade é definido. Teoricamente, o conceito de urbano

é construído tendo como pressuposto o fato de que a uma determinada dimensão populacional – número de habitantes e densidade demográfica – corresponde um determinado grau de complexidade socioeconômica, o que torna, em consequência, a referida aglomeração apta a oferecer oportunidades de emprego e acesso a bens e serviços ao conjunto da população que vive em sua área de influência. Nesses termos, o que define fundamentalmente uma área como urbana é a sua centralidade e sua vocação para a prestação dos serviços (WANDERLEY, 2009, p. 63).

Como aponta Dall Agnol (2017), a feira funciona como um centro comercial que faz o intercâmbio entre a população rural e urbana ao propiciar condições para que esta atue como agente impulsionador tanto do fornecimento de mercadorias, como de sua comercialização no varejo, contribuindo com a economia local. Nesse sentido, percebe-se o envolvimento rural e urbano no circuito inferior econômico atuando como grupos distintos, porém interligados pela comercialização e troca de experiências.

Como foco de resistência na atualidade, historicamente as feiras livres desempenham um papel importante no abastecimento urbano e para o rural possibilitou que esse contingente populacional conseguisse vender o que excede em sua produção e ainda pudesse adquirir produtos os quais não produziam desde ferramentas a roupas e utensílios domésticos. É nesse espaço que ainda se dão as relações entre a cidade e o campo, a partir dos modos de produção (LUCENA; GERMANO, 2016, p.73).

Nessas condições entende-se que para o meio rural a feira livre está diretamente ligada às organizações familiares, em particular à agricultura familiar, uma vez que é através da figura do agricultor familiar que necessita comercializar sua produção em busca da subsistência da família, que surge o feirante reproduzindo o espaço urbano, trazendo suas vivências, saberes e girando a economia urbana e rural.

No entendimento de Cunha (2013), além da necessidade da presença da agricultura familiar no mercado local, as relações com a cidade se dão também na relação com bancos, igrejas, movimentos sociais, escolas, com as decisões de ordem econômica e política, estabelecendo uma grande rede de relacionamentos.

Na percepção de Lelis et al. (2001, p. 8), as feiras pertencem a um grupo de atividade comercial antiga onde, além do comércio, as relações sociais são dinâmicas e variadas dada a diversidade de personalidades que transitam nesse espaço:

Essa distinta composição faz da feira um lugar que possui diferentes representações sociais e significados. Entre o grupo dos feirantes distintos perfis socioeconômicos e culturais estão associados a

diferentes variáveis: situação no trabalho (se é dono do negócio ou contratado, se é um negócio familiar ou não), dimensão do negócio, origem (origem urbana, ou rural), tipo de produto vendido (agropecuário, industrializado, artesanato), dentre outros.

Para as pequenas, médias e mesmo grandes cidades, as feiras livres acontecem com *status* de um memorável evento e, em embate com as grandes redes de varejo e supermercados, vem conseguindo manter-se com uma clientela diversificada que procura por uma alimentação saudável. No interior de uma feira livre, conforme relatam Silva, Miranda e Castro Júnior (2014, p. 12), acontecem mostras em diversas áreas como “espacial, econômica e cultural”. Apesar de em um primeiro olhar o aspecto econômico se sobressair à feira, integra um forte circuito sociocultural já que “possui diferentes perspectivas e finalidades, de acordo com a intenção daqueles que por ali circulam”; e complementa:

A feira permanece em virtude da necessidade de espaços de sociabilidade que fuja da confortabilidade das opções modernas de consumo como, por exemplo, supermercados, shoppings, galerias e outros padronizados. Se, por um lado, a feira atende à necessidade de sobrevivência material dos pouco abastados, por outro, ela resiste em função da necessidade de sobrevivência das culturas desenvolvidas em seu entorno. Há ainda aqueles que circulam para encontrar os amigos, comer, ou, tão somente, para vivenciar a pausa no cotidiano promovida pela feira. (SILVA; MIRANDA; CASTRO JÚNIOR, 2014, p. 12-13).

De acordo com os autores citados acima, a cena mais corriqueira em uma feira livre é o encontro casual entre as pessoas que naquele espaço e tempo “colocam a conversa em dia”, além de funcionar como uma fuga dos problemas diários, demonstrando uma forte característica que a feira possui que é a de promover a sociabilidade entre os seus frequentadores que “assim, ainda que não o percebam, os sujeitos vivem um tipo de lazer durante as horas em que circulam pela feira. Isso demonstra a capacidade da Feira de instaurar um sentimento de comunidade e celebração entre as pessoas” (SILVA; MIRANDA; CASTRO JÚNIOR, 2014, p. 14).

Na teoria de Vedana (2013), a forma de comercialização nas feiras e nos mercados tradicionais é distinta entre si, uma vez que a logística do mercado funciona seguindo um planejamento regular de horários estendidos durante toda a semana, visando unicamente à satisfação da clientela; em contrapartida, na feira existe um calendário fixo semanal que, conforme Sato (2007), é onde nesse período acontece a transição do espaço

público vazio para o espaço público ocupado, vivo, cenário de encontros sociais, culturais e econômicos através do ato de fazer a feira.

Para Germano e Lucena (2016, p.58), não há dúvidas de que o ambiente festivo que impera nas feiras livres com muitas conversas, sons e cores diferentes, contribui para a manutenção desse evento comercial que resiste ao tempo, apesar do surgimento de grandes centros comerciais com sua logística perfeita e impessoal. No entanto, apesar dessa magia que envolve o ambiente da feira, o olhar dos feirantes para os frequentadores é sempre perspicaz, é o olhar de quem enxerga uma possível oportunidade de transação comercial. “Eles são logo reconhecidos pelo olhar treinado e seletivo do vendedor que tentará moldar seus gestos e discurso para melhor abordá-los e assim concretizar alguma venda” (GERMANO; LUCENA, 2016, p. 58). Nessa linha de raciocínio, Germano e Lucena (2016) vão ao encontro de situações observadas durante o trabalho de campo desta pesquisa, realizado na Feira do Sindicato de Ituiutaba (MG), quando o feirante, de maneira cortês, oferece uma degustação “sem compromisso moça, só para adoçar o seu dia”, e, dali, já inicia uma conversa animada e, logo está embrulhando a iguaria, à qual a freguesa⁴ não resistiu. Em outra oportunidade, a fala direta, em tom de brincadeira da feirante, que tentava conquistar novos fregueses: “comprou da concorrência, né? Não vou falar que é ruim... semana que vem compra aqui... nunca mais vai me largar (risos)” (FEIRANTE12, PESQUISA DE CAMPO, 2019).

A representatividade econômica e social das feiras livres para a localidade onde são realizadas, segundo Oliveira e Lima (2017) é, notadamente, diversa dos ambientes comerciais modernos existentes como os grandes supermercados e redes de comércio, que atendem tanto os pequenos comerciantes que compram no atacado, quanto o público varejista.

Dessa forma, “as feiras, portanto, são espaços de resistência e identidade onde a maior parte dos envolvidos, mesmo sem saber, por vezes está agindo fora do que caracteriza os pressupostos da economia tradicional”; no entanto, para os autores, as feiras livres não são valorizadas economicamente e socialmente pelo poder público “e ainda poucas são as políticas públicas para valorização desse espaço tão importante” (OLIVEIRA; LIMA, 2017, p. 16).

⁴De acordo com o Diário de Campo (2019), para o feirante o uso do termo “freguesa/freguês” significa igualar os frequentadores para não correr o risco de lembrar o nome de uma pessoa e de outra não e, dessa forma, não causar mágoa em alguém. Assim, todo mundo é freguesa/freguês.

Ainda assim, as feiras livres mantêm sua função de aquecer a economia, de socialização, troca de experiências e cultura entre seus frequentadores, principalmente nas cidades menores, fomentando o comércio, a economia e a interação entre as pessoas (OLIVEIRA; LIMA, 2017).

De maneira complementar, Sato (2007, p.7) percebe a feira como um espaço democrático, livre, que funciona de maneira eficiente mesmo sem seguir um código formal de comportamento e que consegue deixar impresso ali a sua condição de canal de socialização:

A dinâmica dá-se por meio de relações de cooperação e de competição. A amplitude dessa rede alarga-se para diversos lugares além daqueles nos quais as feiras livres se instalam e se corporifica no chão do cotidiano por meio de conversas entre vizinhos de banca, no burburinho e nos debates mais amplos. O livre arbítrio de cada um é moldado e depende da existência dos outros. As possibilidades de organização da feira livre dão-se de acordo com cada situação, cada lugar e cada circunstância.

Dessa forma, entende-se a importância da feira livre ao percebê-la como um encontro que promove construção do conhecimento, socialização e troca cultural existentes entre os sujeitos ali envolvidos, tornando o espaço ocupado em transformação, inserção e valorização cultural do grupo em questão.

Para Oliveira e Lima (2017), o ato rotineiro de “fazer a feira” é a simbologia que envolve a situação, tanto histórica, como de individualidade de cada sujeito envolvido, justificando a perseverança dos feirantes em manter viva e pulsante essa tradição antiga nos espaços públicos urbanos. Ali acontecem situações rotineiras entre feirante e fregueses que resultam muitas vezes em relações de amizade e na conquista de uma freguesia que sempre retorna à mesma banca em busca não só da mercadoria disponibilizada, mas também para uma “prosa”, e saber das novidades. “Nessas relações, a confiança e a amizade construída ao longo do tempo são mais importantes até que as relações comerciais que são realizadas entre os envolvidos” (OLIVEIRA; LIMA, 2017, p.18).

Este cenário pode ser constatado através da fala de feirantes, durante a pesquisa de campo na feira do sindicato, ao serem indagados se consideravam que sua atividade no trabalho era valorizada pelos frequentadores da feira. Assim, um dos feirantes entrevistados afirma: “A é!! A freguesia aqui é certa, é boa, é constante, sempre volta.

Têm uns que já virô amigo, até liga, faz as encomendas por telefone...com esse zap agora ficou facinho” (FEIRANTE 10, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Outra demonstração do valor das relações de amizade foi a constatação de que, apesar das vendas no recinto da feira acontecer, geralmente com o pagamento à vista, em espécie, depara-se com situações atípicas para uma feira livre, onde a confiança se faz presente através da caderneta de fiado:

Sim, oxe!! Meus cliente está sempre presente. Cas carestia tem dia que não tem dinheiro... o freguês qué mas não pode levar, eu falo: leva, semana que vem você trais, eu anoto e dá certo. O povo é bão, freguês véio, de confiança (FEIRANTE 26, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Nesta linha de raciocínio, Leal, Lobo e Chaves (2018, p.4) entendem que a comunicação e o convívio entre as pessoas, no espaço em que ocorre a feira livre, mostram-se peculiares e diferenciados, se comparado com outras atividades comerciais:

Algumas características diferenciam a forma como as pessoas interagem nas feiras livres, em comparação com as interações ocorridas em outras formas de comércio de produtos do mesmo gênero, sobretudo mercados e supermercados. O traço central é a personalidade percebida por todos esses autores nas interações entre os feirantes e seus fregueses, especialmente os mais habituais, com quem os comerciantes conversam, fazem piadas, chamam por vocativos como “linda” e “querida” e trocam gentilezas (LEAL; LOBO; CHAVES, 2018, p. 4).

A interpretação da história e da realidade das feiras livres, enquanto espaço social e cultural, pode ser mais bem compreendida no que Santos (2005) afirma acerca do espaço geográfico transformado através da ação do homem:

Se a geografia deseja interpretar o espaço humano como fato histórico de que ele é somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local, pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem pois a história não se escreve fora do espaço...] (SANTOS, 2005, p. 22).

Ao tratar das questões relativas à transformação do espaço pelo homem, percebe-se que o percurso para a conquista e as diversidades existentes no espaço de uma feira livre passam também por algumas particularidades das pessoas que ali atuam, muitas vezes usando a irreverência como modo de atrair a atenção dos fregueses que por ali circulam.

Para Silveira et al. (2017, p. 2), nas feiras livres a comunicação vale mais do que a etiqueta de um produto “pois é no grito do feirante ou na pechincha dos consumidores que as feiras vêm sobrevivendo ao avanço dos supermercados”.

No entendimento de Coutinho et al. (2006), existem ainda outros fatores que garantem a sobrevivência das feiras como, por exemplo, a grande variedade de mercadorias encontradas a preço acessível e, no mesmo espaço, facilitando tanto o acesso físico, como econômico, a todos os públicos que frequentam o local.

Para Mascarenhas e Dolzani (2008, p.13), as feiras funcionam como um grande comércio no qual existe uma animada interação entre os comerciantes e transeuntes e onde os sujeitos se deparam com “um misto de formas, cores e cheiros que seus olhos não são capazes de discernir ou classificar rapidamente”. Nesta perspectiva, a feira livre apresenta-se como um local com variedades, tanto nos produtos que são comercializados, quanto nos sujeitos que interagem.

Em concordância com a afirmação acima, Sato (2007) informa que:

A feira livre organiza-se em redes de relações sociais e suas principais feições são: mesclar relações de trabalho com os familiares, de vizinhança e de amizade; acionar suas rotinas valendo-se de regras tácitas e operar por meio de relações de cooperação e de competição. Os processos que organizam a feira livre devem ser compreendidos à luz da posição da feira livre no processo de urbanização dos países subdesenvolvidos. (SATO, 2007, p. 1).

Observando pelo prisma da economia, Fernandes et al. (2014) enxergam a feira livre como um importante modelo de comercialização que, de maneira simples e sem entraves burocráticos, possibilita a inclusão de pessoas menos favorecidas na esfera econômica da sociedade, seja como comprador ou como vendedor e ainda atua como palco sociocultural, uma vez que se posiciona como receptora de encontros, experiências, conversas e aprendizagens.

Lugar onde o saber e a cultura popular se mantêm vivos, mesmo com o passar dos anos e com as mudanças diárias dos modos de se fazer e manifestar a cultura. Tudo isso faz da feira um território marcado pela diversidade e pelos contrastes sejam eles sociais, culturais ou econômicos (FERNANDES et al., 2014, p. 10).

Percebe-se que a feira propicia a comunicação e o convívio entre as pessoas que a frequentam (feirantes/fregueses/ curiosos) e, para Teixeira et al. (2008, p.4), “discutir sobre a mesma e não pensar no significado desse espaço para as pessoas que o utilizam,

principalmente para a agricultura familiar do município, seria descartar parte dessa história e das relações que se inscrevem neste ambiente”.

Dessa maneira, Lima, Pimentel e Soares (2008) consideram que a feira denota um lugar de convivência igualitário e agregador que possibilita a troca de experiências e conhecimento entre as diferentes classes sociais e, através dessa aglomeração de sujeitos acontece o movimento da socialização que é um processo inerente ao ser humano.

Atualmente, de acordo com Guimarães (2010), a feira passou por transformações e não é comum estar relacionada unicamente às festividades:

Atualmente os conceitos de feira livre e festa popular são mais comumente percebidos com as seguintes formas de interação: ou possuímos a visão de que dentro das festas populares existem setores que promovem feiras livres, ou algumas feiras livres, ocasionalmente promovem eventos que se assemelham às festas. Raramente a feira é vista como uma celebração em si (GUIMARÃES, 2010, p. 6).

No entanto, Guimarães (2010) percebe contradições entre essa nova visão e esclarece que o setor econômico na feira livre camufla a questão sociocultural vivenciada naquele espaço. Para ele, apesar de estar presente no espaço da feira livre, de forma sutil, “as noções de identidade, comunidade, hábitos, relações e comunicação aparecem fortemente durante toda a sua duração e possibilitam aos indivíduos em situação de subalternidade um sentimento de humanização” (GUIMARÃES, 2010, p. 7).

O espaço físico, com pouca estrutura e, geralmente sem demarcação predial, onde se realizam as feiras livres, apresenta peculiaridades opostas aos comércios tradicionais (supermercados) pois favorece um clima de descontração, alegria e intimidade entre fregueses e feirantes que se sentem inseridos naquele espaço e agem de forma espontânea. Ali “os símbolos e componentes característicos da feira reforçam a criatividade e a interatividade” contribuindo com a sensação de pertencimento pelos sujeitos envolvidos no ato de produção do espaço.

No percurso entre início e conclusão da prática comercial estabelecida percebe-se a identificação entre feirante e freguês através dos diálogos, gestuais e condutas comportamentais. “Da propaganda em voz alta do feirante à pechincha, tudo constitui caracteres próprios de um lócus onde a espontaneidade é fator preponderante” (SILVA; MIRANDA; CASTRO JÚNIOR, 2014, p.11).

A afirmação de Silva, Miranda e Castro Júnior (2014) encontra eco no diálogo percebido e registrado no diário de campo entre freguesa e feirante: “Quanto está esse quiabo?” pergunta a freguesa. Prontamente o feirante responde: “Hoje, precinho especial,

cinco reais. Novinho, colhido hoje cedinho, freguesa”. A freguesa interpela: “Que isso hoje nessa feira todos resolveram falar só cinco...cinco, ninguém aprendeu falar dois, três... (risos)”. O feirante responde: “Tá difícil, acho que o tempo de falar dois, três não volta mais (risos)”. E, assim, a negociação prossegue entre risos e brincadeiras e após algum tempo, a freguesa concorda: “Está difícil para todo mundo”. Escolhe sua mercadoria e se despede alegremente: “Até semana que vem. Vai treinando falar dois e três que eu volto” (FEIRANTE 8, PESQUISA DE CAMPO, 2019).

Apesar da multiplicidade de feiras existentes pelo Brasil afora, uma característica, segundo Germano e Lucena (2016), é comum em diversas localidades. Para os autores, todas elas, ainda que de forma inconsciente, seguem o mesmo padrão de organização funcional quanto à disposição de mercadorias, abordagem ao cliente, hora da “Xepa”⁵, horário de funcionamento; porém, a diferenciação do que parecer ser igual está no fato de que “as feiras expressam sua diversidade, especialmente por meio das ricas variações de produtos vendidos, adaptados aos recursos naturais, à culinária e ao utilitarismo das ferramentas utilizadas e consumidas em cada região” (GERMANO; LUCENA, 2016, p. 70). Essas adequações regionais demonstram a questão cultural de cada lugar, bem como dos sujeitos envolvidos nesse processo:

Tais adaptações são aspectos da sensibilidade e criatividade das pessoas que tecem a rica e diversa teia de artefatos culturais de seu lugar. Os homens e mulheres da feira dão pulso utilitária e atribuem valor comercial às manifestações e traços da cultura local. Valores esses que não só atuam no necessário sentido de mercantilização, mas no sentido de ultrapassar as instâncias quantitativas do ter e adentrar as esferas qualitativas do ser, dos sentidos que animam e vivificam os existires humanos para dar cor e robustez ao seu existir cotidiano (GERMANO; LUCENA, 2016, p.70).

Cabe ressaltar que a feira livre é composta por múltiplos sujeitos, dentre os quais podemos destacar comerciantes urbanos, ambulantes, que circulam pela cidade nos dias que não têm feira, sacoleiros. Enfim, a feira recebe e agrega todos os tipos de vendedores que dela se aproxima. No entanto, faz-se necessário esclarecer que nesta pesquisa, o foco de estudo é a Feira do Sindicato na qual os agricultores familiares ao “fazer a feira” (comercializar a sua produção neste local) expõem o sujeito final (agricultor/feirante) na sua essência, isto é, apresentam, neste momento, a junção do agricultor familiar e do feirante que reproduz aquele espaço através de práticas comerciais, da socialização e da

⁵Xepa: é a sobra de produtos não vendidos. - Hora da xepa: é o momento o qual se aproxima do horário de término da feira, quando a xepa é vendida a um preço mais baixo (FERREIRA; MÓDOLO, 2016, p.8).

divulgação da cultura e tradição vindas do meio rural e pertencentes àquele grupo de trabalhadores.

Dessa forma, entende-se que a feira e a agricultura familiar, no caso da Feira do Sindicato, são elementos complementares e, sendo assim, a próxima seção será dedicada à agricultura familiar, às políticas públicas voltadas para esta, além de breve discussão sobre a reforma agrária, visto que alguns participantes da Feira do Sindicato provêm de assentamentos da reforma agrária do município.

3 AGRICULTURA FAMILIAR, POLÍTICAS PÚBLICAS E REFORMA AGRÁRIA

A partir da segunda metade do século XX ocorreram inúmeras transformações no campo brasileiro e essas mudanças aconteceram tanto em relação às formas de produzir, quanto em relação à posse e controle da terra que acabaram centralizadas nas mãos dos grandes agricultores. Dessa forma, os pequenos agricultores, aqueles que têm a agricultura familiar como meio de subsistência, foram os mais prejudicados. Assim, nesta seção, será dado enfoque à luta deste grupo de agricultores, além dos subsídios concedidos pelo estado, em forma de política pública, bem como o papel da reforma agrária neste contexto.

3.1 Agricultura Familiar no Brasil

Os rumos da agricultura familiar e sua importância no Brasil e no mundo são temas de constantes debates, seja pelo Estado, pelo meio acadêmico, pela sociedade civil organizada e pelos movimentos sociais. É em meio a esta conjuntura que neste item serão discutidos os entendimentos de diversos autores sobre as conceituações utilizadas para designar esse grupo de agricultores, seus avanços e conquistas, através da implantação de políticas públicas e o papel da reforma agrária neste contexto.

De acordo com os estudos de Carvalho (2015), a descoberta da agricultura foi como um divisor de águas na história da civilização, desde os povos do período paleolítico, depois os povos do período neolítico, bem como as culturas mais primitivas que foram se aprimorando e acrescentando novas formas de manejo agrícola, que servem de exemplos até os dias atuais. O autor supracitado ressalta que a agricultura teve seu início nos pequenos grupos familiares que, de geração em geração, foram perpetuando técnicas usadas até hoje.

Caracterizada como uma relação firmada no tripé terra, trabalho e família, a agricultura familiar evidencia várias particularidades regionais e locais e, conforme Picolotto (2014) “a emergência da categoria familiar e dos agricultores familiares como personagens políticos é recente na história brasileira”.

Os autores Costa e Gonçalves (2013, p. 2), corroboram com Picolotto (2014), quando afirmam que “a categoria que compõe a agricultura familiar não é nova, tendo em vista que é composta pelos produtores antes designados mini/pequenos agricultores, pelos

agricultores de subsistência ou camponeses”; no entanto, na década de 1990 a expressão passa a ter novos significados sendo mais fortalecida com a criação de uma importante política pública voltada ao setor: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1996 e “Este programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades desse grupo social que ficou denominado de agricultores familiares”.

A representatividade agrícola no Brasil está fortemente relacionada às grandes propriedades e Wanderley (2015) credits este fato a um tipo de “amnésia social”, que impõe um estado de negação ao reconhecimento da importância produtiva do campesinato no país que, no seu entendimento, equivale aos princípios adotados pela agricultura familiar, uma vez que:

Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros (WANDERLEY, 2015, p.26).

Para Wanderley (2015, p.44), evidencia-se que a agricultura familiar está inserida no contexto da modernidade agrícola sendo o resultado da operacionalização do estado brasileiro. Em seu entendimento “supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento”.

Conforme Nierdele, Fialho e Conterato (2014, p.1), nas duas últimas décadas houve no meio rural do Brasil uma preparação social e política que culminou no surgimento da agricultura familiar resultante “de uma confluência única de fatores, a agricultura familiar nasceu das lutas por reconhecimento e direitos empreendidas por uma miríade de atores, especialmente pelos movimentos sindicais do campo”.

Para Schmitz e Mota (2006, p.5), a agricultura familiar na atualidade ainda é identificada com cinco diferentes designações, quais sejam: o “campesinato; pequena produção; agricultura familiar; produção familiar rural; e produção familiar coletiva”. Essa afirmação é fundamentada por Schneider e Cassol (2013), ao declarar que na extensão territorial brasileira encontram-se várias definições para camponês ou pequeno agricultor, tais como: “colono, sitiante, morador, ribeirinho, geraiseiro, entre outras”. Para o autor, “é muito frequente identificar um pequeno proprietário ou mesmo pequeno posseiro de terra com a denominação de lavrador rural, reservando-se a alcunha de

trabalhador rural aos que desempenham atividades na condição de empregados” (SCHNEIDER; CASSOL, 2013, p. 8).

De acordo com Schmitz e Mota (2006, p. 25), os conceitos para os trabalhadores rurais possuíam conotação política com o objetivo de ser moldada de acordo com os propósitos governamentais:

Apesar dos termos campesinato, pequena produção e agricultura familiar terem sido considerados conceitos de ação política, muitas vezes foram usados como sinônimos e, na época do domínio de cada um no debate, tinham em comum o fato de descrever os mesmos segmentos da população rural.

Na busca por um entendimento das várias transformações ocorridas no setor da agricultura mundial, Oliveira (2007, p. 25) esclarece que desde a extinção do tráfico negreiro e com o fim da escravidão, surgiram diferentes formas para que a exploração de diversos grupos de pessoas, pelo mundo, não fosse abalada. Dessa forma estabeleceu-se no Brasil o colonato, em substituição ao regime de trabalho escravo, firmado como um regime de trabalho livre e que apresentava novas diretrizes nas relações entre o proprietário das terras e o trabalhador.

O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e) migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e) migrações (OLIVEIRA, 2007, p.11).

A respeito dessa temática, Andrade (2004) esclarece que na Europa e no Oriente era habitualmente utilizada a expressão camponesa para designar grupos de moradores do campo que lavravam a terra, tendo como objetivo principal a subsistência da família e, que, no Brasil, essa expressão não era utilizada habitualmente para denominar os trabalhadores do campo. Somente em meados do século XX, com a necessidade de se organizarem politicamente para reivindicarem reconhecimento e direitos, perante os latifúndios, aconteceu a união desses trabalhadores do campo culminando com a criação das ligas camponesas fortalecendo, assim, a propagação do termo camponês.

Nos estudos de Marques (2008, p. 4) encontram-se semelhanças de informações às de Andrade (2004), quando o primeiro afirma que:

O conceito de camponês adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras nos anos 50 ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política em nível nacional. É o momento das “Ligas Camponesas” quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira. Até então, o camponês recebia denominações locais próprias conforme a sua história e sua região de origem como: caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no Sul - dependendo de sua origem, se imigrante ou não. O mesmo também acontecia com os grandes proprietários de terra, que eram conhecidos como estancieiros, senhores de engenho etc.

Conforme Navarro (2010), o reconhecimento com valor gregário da agricultura familiar com importância social e atenção dos governantes aconteceu, primeiramente, nos Estados Unidos, onde houve repercussão intensa da sua história como colonizadores, principalmente ao Norte do país, nas regiões que faziam divisa com o Canadá. Para o autor “aqueles colonos, transformados em produtores rurais, foram depois identificados como *farmers*, os quais, gradualmente, foram sendo integrados a múltiplos mercados e se articulando mais intensamente à vida econômica” (NAVARRO, 2010, p. 190).

Para Marques (2000, p. 5), o campesinato representava um importante grupo familiar, conforme a citação:

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais.

Teixeira (2005) afirma que o começo de um novo padrão econômico para as atividades rurais no Brasil aconteceu na década de 1960 quando as importações do setor agrícola foram substituídas pelo plano de modernização do setor, surgindo, então, o chamado “Complexo Agroindustrial”. Nessa época, visando indicar os rumos da produção, foi feito todo um plano de investimento voltado para o setor rural. O Governo buscou instalar o projeto de modernização agrícola, com o intuito de ligar a agricultura ao plano de desenvolvimento econômico, liberando crédito aos agricultores, instalando centros de pesquisas e assessoria técnica buscando divulgar e aumentar o uso de modernos insumos agrícolas, viabilizando, assim, o complexo agroindustrial estabelecido no Brasil.

Nesse contexto, Teixeira (2005) e Silva e Mendes (2009), compartilham da mesma compreensão ao concordarem que a era da modernização na agricultura brasileira foi excludente e perversa com os pequenos agricultores, ao priorizar os interesses dos grandes proprietários de terra.

Para Silva e Mendes (2009), devido aos critérios de exclusão adotados para a implantação da modernização da agricultura, houve muitas transformações no setor agrícola e, com isso, os agricultores familiares foram prejudicados quanto à sua inserção no mercado para a comercialização da produção de suas propriedades.

Nos trabalhos de Picolotto (2014), evidencia-se que entre os anos 1970 e 1990 houve muitas transformações na agricultura brasileira. Nas décadas de 70 e 80 a agricultura camponesa dos pequenos produtores era vista como algo que iria acabar (com o fim anunciado) por estudiosos da área e pelo estado. No entanto, em 1990 esse grupo foi fortalecido com a implantação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, como por exemplo, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1988-1995), Ministério responsável pelas questões pertinentes à agricultura familiar e à reforma agrária, bem como com a retomada de atenção por parte dos acadêmicos e dos sindicatos da área rural, que passaram a considerar a agricultura familiar como um projeto econômico e politicamente viável para o país.

No entendimento de Picolotto (2014, p.16):

[...] a incorporação da categoria agricultura familiar pelas organizações sindicais não se deu de forma passiva frente às elaborações de outros agentes. Enquanto nas políticas públicas de apoio à agricultura familiar, em trabalhos acadêmicos sobre o tema e na própria Lei da Agricultura Familiar são feitas definições mais genéricas e normativas do que seria a agricultura familiar, seja a caracterizando como empresa familiar e como herdeira do campesinato, seja a delimitando como unidade de exploração familiar com área de até quatro módulos fiscais, com força de trabalho predominantemente da família, que reside na propriedade, etc.

Prossegue Picolotto (2014, p. 16) ao afirmar que:

Por sua vez, as organizações sindicais de agricultores, mesmo dialogando com essas definições, tendem a lançar acepções mais subjetivas, ligadas à especificidade da família agricultora, ao seu local de trabalho e de vida, à cultura local, à produção de alimentos, à tradição, à diversidade, associando-a a um valor positivo, como superação de uma condição de inferioridade social que historicamente lhe foi atribuída. O sindicalismo procura mostrar que a construção da

ideia-força agricultura familiar seria resultado de lutas políticas, culturais e morais por reconhecimento social.

Wanderley (2000, p. 36) observa que “pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social” e os trabalhadores rurais que anteriormente eram tratados como “os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores”, atualmente são “percebidos como portadores de outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país”.

Para Seabra (2014), através da agricultura familiar é possível garantir o desenvolvimento do município e, ao mesmo tempo, promover o crescimento do entorno socioeconômico, mantendo a população em sua localidade, o que evita o êxodo rural e a aglomeração exagerada nos grandes centros urbanos.

Ao referir-se às nomenclaturas e denominações, os estudos de Wanderley (2015, p. 6) apresentam certa complexidade, como citado:

No Brasil, a referência ao campesinato assume dupla conotação. Por um lado, o campesinato corresponderia, para muitos, às formas mais tradicionais da agricultura, realizadas em pequena escala, dispendo de poucos recursos produtivos, pouco integrados ao mercado e à vida urbana e frequentemente identificado à incivilidade e ao atraso econômico e social. Neste sentido, ele se distinguiria da agricultura familiar, a qual, apesar de ter também condições de produção restritas, estaria mais integrada às cidades e aos mercados. Por outro lado, a palavra "camponês" carrega um forte conteúdo político, pois ela é frequentemente associada ao movimento camponês, que foi duramente perseguido, como "subversivo" pelos governos militares, que dirigiram o Brasil de 1964 a 1985. A busca de uma expressão politicamente mais "neutra" levou, nesse período, a que fossem adotadas, oficialmente, denominações como "pequenos produtores", "agricultores de subsistência", "produtores de baixa renda" que, além de imprecisas, carregavam um forte conteúdo depreciativo.

Contrariando as previsões feitas por autores clássicos como Kautsky (1986), que não acreditavam na capacidade do pequeno produtor sobreviver às mudanças impostas pela revolução industrial, e às de Lênin (1982), que temia as consequências das desigualdades sociais provocadas pelo capitalismo, o camponês não pereceu; ao contrário, transformou-se, adaptando-se às necessidades tanto do capital, quanto da política, na figura do agricultor familiar.

Conforme obra de Dall Agnol (2017), na década de 1990, a conjuntura política nacional voltada ao neoliberalismo, e pressionada por movimentos sociais dos

trabalhadores ligados ao campo, enfrentando um cenário desfavorável à concentração de renda por parte dos latifúndios, foi circunstância ideal para o surgimento e aceitação da terminologia agricultura familiar pelo Estado, com o intuito de levar o desenvolvimento agrário ao meio rural.

Dentro da lógica do modelo de desenvolvimento adotado para o campo, voltado à modernização tecnológica em produtos agrícolas de exportação, o conjunto de agricultores passa a ser classificado conforme o tamanho de suas áreas e de sua produção, sendo divididos em pequenos, médios e grandes. Interessava-se, assim, escamotear desigualdades como o acesso à terra, por exemplo, e estabelecer categorias operacionais. Visando à aplicação diferenciada das políticas públicas como o crédito rural, a pesquisa e a extensão rural, o camponês passa a ser reconhecido como pequeno produtor, uma vez que o termo camponês esteve associado ao morador do campo atrasado, maltrapilho, envolvido com conflitos, pressupondo um contexto nacional de repressão política e social (DALL AGNOL, 2017, p.38).

De acordo com os estudos de Gobbi e Pêsoa (2009), somente na década de 1990, no Brasil, as discussões sobre a agricultura familiar começaram a fazer parte das pautas governamentais que reconheceram a capacidade desse grupo em movimentar a economia, gerando renda através de emprego e, conseqüentemente, melhorando as condições de vida no campo.

De acordo com Wanderley (1999), entende-se por agricultura familiar aquela em que a família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Para a autora, o caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, uma vez que o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

Ao lançar um olhar para a conjuntura social que envolve a agricultura familiar, Silva (2011, p. 29) destaca que:

Assim, a agricultura familiar trata-se de um segmento que preserva os seus costumes, valores, práticas, saberes e crenças. São costumes relacionados ao trabalho, ao convívio social, às relações sociais, à religiosidade e à fé, que por sua vez, se constituem e se traduzem por meio de práticas, hábitos e símbolos, muitos deles dogmatizados e sacralizados que se reproduzem e se mantêm de geração a geração por meio da cultura, constituindo suas identidades.

A agricultura familiar é caracterizada pela gestão da propriedade compartilhada pela família, com a atividade produtiva agropecuária como a principal fonte geradora de

renda, na qual o agricultor tem uma relação particular com a terra, visto ser ela seu local de trabalho e moradia sendo a diversidade produtiva também uma característica marcante desse setor (BRASIL, 2016).

Do ponto de vista de Schneider (2003), o processo de reconhecimento da existência da agricultura familiar ocorreu com a conexão de três elementos essenciais: articulação dos movimentos sociais voltados ao meio rural orquestrado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); reconhecimento pelo poder público ao instituir em 1996 o Pronaf; e pela abertura dada pelo campo acadêmico aos temas relacionados ao agrário e rural, lançando sobre o assunto um novo olhar.

Conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, utiliza mão de obra da própria família, tem renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (BRASIL, 2016).

De acordo com Lima, Medeiros e Silva (2019, p. 7), a definição para quem está inserido na categoria de agricultura familiar foi legitimada no ano de 2006 com a Lei 11.326, abrangendo diversos grupos de trabalhadores, tais como:

[...] silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais que, na maioria das vezes ficavam à margem de políticas públicas destinadas ao meio rural brasileiro. A partir desta Lei, estas categorias sociais começam a ter mais visibilidade passando a ter a oportunidade e acesso a uma série de políticas públicas federais, inclusive ao PRONAF.

A importância econômica da agricultura familiar para o Brasil pode ser comprovada através de dados do último censo agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que aconteceu recentemente no ano de 2017, utilizando um período compreendido entre primeiro de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017, abrangendo mais de cinco milhões de imóveis rurais no Brasil, por meio do qual o poder produtivo e econômico ficou evidenciado ao apresentar os seguintes dados, conforme descrição abaixo:

[...] aponta que 77% dos estabelecimentos agrícolas do país foram classificados como da agricultura familiar. Em extensão de área, a agricultura familiar ocupava no período da pesquisa 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. De acordo com o levantamento, a agricultura

familiar empregava mais de 10 milhões de pessoas em setembro de 2017, o que representa 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. A agricultura familiar também foi responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários. Conforme o censo, os agricultores familiares têm participação significativa na produção dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. Nas culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão (BRASIL, 2019, p.1-2).

Segundo Faulin e Azevedo (2003), os agricultores familiares se dividem em dois grupos: o primeiro é composto por produtores que vendem esporadicamente (não recorrentes), ocorrendo o comércio de sua produção somente em momentos em que há excedentes; o segundo grupo compreende àqueles agricultores que vendem diretamente ao consumidor final, por meio de feiras livres, estabelecimentos comerciais próprios, de porta-em-porta ou com a ida do consumidor à propriedade. Estes geralmente expõem seus produtos em dias pré-definidos da semana e as vendas não são tão esporádicas.

Por meio do trabalho de campo realizado nesta pesquisa entende-se que os sujeitos que dela participaram possuem aproximação com o segundo grupo citado por Faulin e Azevedo (2003), uma vez que a sua produção é vendida diretamente nas feiras de Ituiutaba -MG, sendo que a maioria deles, 62% (sessenta e dois por cento) do grupo entrevistado, declararam trabalhar em outras feiras e 38% (trinta e oito por cento) informaram comercializar sua produção somente na Feira do Sindicato.

Considera-se a inegável importância da agricultura familiar para o Brasil e, desta forma, existe um movimento do estado em contribuir com políticas públicas direcionadas ao setor agrícola, dentre as quais, nos interessa especialmente a que se remete à agricultura familiar. É neste contexto que, a seguir, será dado enfoque para algumas dessas políticas públicas, tais como: Pronaf, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Aposentadoria Rural, uma vez que essas políticas são comumente utilizadas pelo grupo de agricultores pesquisados.

3.2 Políticas Públicas e a Agricultura Familiar no Brasil

A agricultura no Brasil ocupa lugar de destaque na economia; no entanto, é formada por uma diversidade de sujeitos contemplando desde o agricultor familiar ao latifundiário. Observando a situação do primeiro sujeito citado percebe-se a necessidade

da intervenção do Estado visando políticas públicas que possam suprir suas necessidades básicas e lhes garantam autonomia, independência financeira e dignidade.

No que diz respeito à análise das políticas voltadas à agricultura familiar, Hespanhol (2013), informa que no final do século XX, e início do século XXI, o Estado brasileiro voltou a olhar para os pequenos agricultores familiares, reconhecendo, através da concessão de significativas políticas públicas, o potencial econômico e social proveniente da agricultura familiar.

Entretanto, de acordo com Wanderley (2015, p.7), não só a discordância existente em relação à conceituação, mas também os registros incertos da quantificação dos agricultores familiares, apresentam-se como um obstáculo para o fortalecimento e maior abrangência das políticas destinadas a esses trabalhadores. “Até recentemente, as estatísticas oficiais não dispunham de critérios que permitissem distinguir as unidades familiares do conjunto dos estabelecimentos agrícolas”.

Para Junqueira e Lima (2008), o grande problema para a implantação de políticas públicas que atendam de forma geral todos os agricultores familiares acontece devido às características múltiplas do setor.

Os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil e as especificidades do setor requerem políticas públicas pertinentes que viabilizem estes pequenos empreendimentos produtivos, promovam a fixação do produtor rural no campo – evitando novos fluxos de êxodo rural – e contribuam para o desenvolvimento regional. A partir da identificação das necessidades específicas do setor de produção familiar compõe-se a base de um projeto nacional de desenvolvimento para este segmento rural brasileiro, e pôde-se implementar uma política pública que objetiva o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Esta política está amparada na Lei nº 11.326, de 24/07/2006, que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares. (JUNQUEIRA; LIMA, 2008, p. 3).

Neste contexto os agricultores têm resistido e alcançado conquistas relevantes, conforme afirmação apresentada em estudos recentes de Wanderley (2015, p.7): “os programas de transferência de renda adotados nos últimos governos, para as populações mais pobres, têm conseguido alterar esta realidade, provocando significativos aumentos dos níveis de renda e redução da desigualdade social”.

Institucionalmente o Decreto nº 9.667, de dois de janeiro de 2019, criou a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), com a transferência das competências da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento

Agrário (Sead), até então da Casa Civil da Presidência da República, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2020), em sua estrutura organizacional estão o Departamento de Desenvolvimento Comunitário (DDC), o Departamento de Cooperativismo e Acesso a Mercados (Decam), o Departamento de Estruturação Produtiva (DEP) e o Departamento de Gestão do Crédito Fundiário (DGCF).

Deste modo, o Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, estabelece a competência da Secretaria em:

Propor, normatizar, planejar, fomentar, orientar, coordenar, supervisionar e avaliar, no âmbito do Ministério da Agricultura, as atividades relacionadas com a agricultura familiar e os assentamentos da reforma agrária, o cooperativismo e o associativismo rural, a agricultura urbana e Peri urbana, o agro extrativismo e a infraestrutura para área rural no âmbito de projetos produtivos (BRASIL, 2020, p.1).

Neste contexto fica determinado ao órgão “elaborar as diretrizes de ação governamental para a integração dos beneficiários da reforma agrária na agricultura familiar, como também para o desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo e para a assistência técnica e extensão rural” (BRASIL, 2020, p.1).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2020, p.1) aponta outras competências: “promover e coordenar a política de crédito fundiário; fortalecer as redes de comercialização; formular propostas e auxiliar nas negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais; e gerir o cadastro de agricultores familiares”. Deste modo, a Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF) tem como compromisso: “contribuir para a redução da pobreza no meio rural, por meio de ações de apoio à geração e à ampliação da capacidade produtiva no campo e à melhoria da renda dos agricultores”.

Dentre as competências cabe ao Departamento de Desenvolvimento Comunitário (DDC) (2020):

Estimular, coordenar e fortalecer a política nacional de assistência técnica e extensão rural; articular-se com as demais unidades administrativas do Ministério, com os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal, estadual, distrital e municipal e com a sociedade civil para a implementação da política nacional de assistência técnica e extensão rural; contribuir para a formulação da política agrícola quanto à assistência técnica e à extensão rural; articular e acompanhar ações de capacitação e de profissionalização de agricultores; propor a adoção de metodologias de assistência técnica e extensão rural; e articular as políticas públicas instituídas no âmbito do Ministério com as demais ações e políticas públicas da administração pública federal, com o

objetivo de potencializar o desenvolvimento dos agricultores e de suas organizações (BRASIL, 2020, p.2).

Para Grisa e Schneider (2015), no Brasil nos anos 1990 e 2000 houve a elaboração e a instituição na prática de várias políticas públicas voltadas para o segmento da agricultura familiar, conforme relatam.

Neste período recente que compreende as três últimas décadas, novas relações entre Estado e sociedade civil foram estabelecidas, espaços de participação social foram criados, novos atores políticos emergiram e foram reconhecidos como sujeitos de direito, criaram-se regras e instrumentos de política pública que foram institucionalizados, e novos referenciais globais e setoriais orientaram as ações do Estado e permitiram redefinir regras e compreensões que afetaram mais ou menos as condições socioeconômicas da população, especialmente a do meio rural. Estes são alguns exemplos das mudanças iniciadas nas últimas três décadas e, em grande medida, ainda em curso. Como protagonista e objeto de muitas destas mudanças destaca-se a agricultura familiar, uma categoria social e política que passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro em meados de 1990 (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 2).

De acordo com informações da página do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (2019) existem, além do Pronaf, quinze importantes programas de políticas públicas voltadas ao seguimento da agricultura familiar, conforme relação abaixo:

- Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater): Responsável pelos projetos e programas relacionados à assistência técnica e extensão rural;
- Seguro da Agricultura Familiar (Seaf): Por meio de recursos financeiros do governo oferece um seguro de baixo custo para sua produção;
- Garantia Safra: É um programa vinculado ao Pronaf que garante a sobrevivência aos agricultores atingidos por fenômenos da natureza (estiagem ou excesso de chuva);
- Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM): Garante o preço mínimo em caso de queda de preço no mercado, agindo como limitador de prejuízo para a agricultura;
- Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF): É um programa vinculado ao Pronaf (Custeio ou investimento). Oferece uma política de preço de garantia para a mercadoria dos agricultores assegurando o custo de produção e viabilizando, assim, o pagamento do financiamento;

- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Promove o acesso à alimentação e o incentivo a agricultura familiar;

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Oferece alimentação para escolas públicas para todos os períodos da educação básica e de acordo com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, trinta por cento da verba repassada pelo governo federal deve ser gasto com a produção da agricultura familiar;

- Programa Nacional de Proteção e Uso do Biodiesel (PNPB): Incentiva a produção do biocombustível e estimula a participação da agricultura familiar no seu processo de produção;

- Beneficiário Especial da Previdência Social: É um programa que oferece o benefício de prestação continuada para idosos acima de 75 anos e deficientes físicos que vivem em situação de vulnerabilidade (a renda do grupo familiar deve ser de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo praticado). É um benefício assistencial que não paga décimo terceiro salário e não dá direito a pensão por morte;

- Aposentadoria Rural (Funrural): Para ter direito a esse benefício é necessário comprovar 180 meses de trabalho rural, com idade mínima de 60 anos para o homem e de 55 anos para a mulher, e ainda oferece o benefício como segurado especial;

- Auxílio Emergencial Financeiro: Esse auxílio pode ser acionado em casos de desastres ambientais, calamidade pública ou emergência por agricultores atingidos com renda familiar de até dois salários mínimos por mês. O valor é estipulado de acordo com região e situação da calamidade, pago em parcelas que não pode ser inferior a 80 reais. As famílias precisam estar cadastradas no Cadastro Único, possuir a DAP e não ter aderido ao Programa de Garantia - Safra;

- Programa Minha Casa Minha Vida Rural: É um programa do Governo Federal que busca facilitar a conquista da casa própria para as famílias de baixa renda. No caso dos agricultores familiares, e trabalhadores rurais, a renda anual da família deve ser de até R\$ 78.000,00;

- Plano Brasil Sem Miséria – Rota da Inclusão Produtiva Rural: Esse plano inclui o programa de cotas em escolas profissionalizantes (Cefet) e o Pronatec Campo, ambos com o objetivo de estimular a inclusão social dos trabalhadores rurais (jovens e adultos), ofertando cursos profissionalizantes e tecnológicos voltados para a realidade de cada região - MAPA (2019).

Faz-se necessário ressaltar que para conseguir o acesso aos programas mencionados acima, o agricultor deve apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ativa.

No próximo item apresenta-se mais uma, senão a mais importante, política pública voltada à valorização da agricultura familiar no Brasil nos últimos anos. Assim, na sequência, pretende-se abordar a importância do Pronaf e sua constante presença no espaço rural no Brasil.

3.2.1 Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf

O Pronaf foi criado em 1995 pelo governo federal, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso e teve como objetivo fornecer melhores condições de trabalho aos agricultores que em sua produção trabalham predominantemente com mão de obra familiar. Somente em 1997 o programa consolidou-se devido ao fato de que nesse ano os financiamentos foram liberados também para os investimentos e não só para o custeio como era até então. O Pronaf se fortaleceu e alcançou grande extensão territorial, tendo sido 4.963 municípios brasileiros contemplados, abrangendo todas as regiões, com aproximadamente 30 milhões de contratos firmados e diversificados, chegando a R\$ 180 bilhões investidos. Uma importante informação diz respeito ao baixo número na inadimplência, que gira em torno de menos de 1%, sendo a mais baixa dentre as linhas de crédito ofertadas no Brasil. Esse dado demonstra a capacidade do agricultor familiar em gerenciar seu empreendimento agrícola objetivando uma produção de qualidade, a qual lhe proporcionará uma renda suficiente para que ele possa liquidar os compromissos financeiros assumidos (BRASIL, 2019).

A criação do Pronaf aconteceu devido à inexistência de políticas focadas e centralizadas para o segmento da agricultura familiar e o seu modelo trouxe a colaboração de várias frentes governamentais com o objetivo único de propor ações visando à valorização da agricultura familiar. “O governo federal, ao criar o Pronaf, optou por replicar ações já existentes, focalizando-as, entretanto, no setor da agricultura familiar.” (DOMINGUES et al., 2001, p.23).

Também no entendimento de Picolotto (2011, p.184), o Pronaf foi uma conquista da resistência e perseverança do trabalhador rural:

Em linhas gerais, pode-se aferir que o PRONAF, como programa que coordena várias ações governamentais para promover o desenvolvimento da agricultura familiar, foi resultado de um complexo processo lutas dos agricultores através das suas organizações de representação, das disputas entre elas por serem atendidas em suas pautas (do momento de disputa entre a pauta da reforma agrária erguida com evidência pelo MST e a de apoio aos agricultores familiares levantadas pelo sindicalismo), das elaborações das agências do Estado (muitas vezes em diálogo com as organizações de agricultores e suas assessorias) e fortemente embasadas teoricamente nas elaborações acadêmicas e nos estudos de cooperação do convênio FAO/INCRA.

De acordo com Savoldi e Cunha (2010, p.32), a chegada do Pronaf na agricultura familiar “é parte das legítimas reivindicações dos trabalhadores rurais para melhorar suas condições de produção”. Dessa forma, a agricultura familiar “passou a ter lugar de destaque no contexto da agricultura brasileira”.

Dessa forma, entende-se que com a criação do Pronaf foi dada a primeira oportunidade concreta para que a agricultura familiar fizesse parte de um programa com políticas públicas que contemplassem o desenvolvimento rural em todo o território nacional. Com o programa, foi definitivamente firmado o compromisso pelo governo de oferecer condições de prosperidade, de maneira concomitante, para a agricultura familiar e para o agronegócio.

O Decreto que institui o Pronaf apresenta o Programa como uma estratégia da parceria entre os Governos Municipal, Estadual e Federal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações. Além disso, destaca sua finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (BRASIL, 1996).

Segundo informação veiculada no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi lançada uma cartilha com todas as informações a respeito do “Plano safra 2017/2020” que contempla os agricultores que utilizam o Pronaf.

O Plano Safra 2017/2020, agora plurianual, reafirma o compromisso do Governo Federal na ampliação da produção de alimentos e na garantia de crédito mais barato para aqueles que produzem a comida que chega à mesa dos brasileiros. Com mais políticas públicas para o rural brasileiro, os agricultores familiares têm conquistado segurança, respeito e autonomia. E é isto o que o agricultor quer: mecanismos para produzir cada vez mais e melhor para continuar contribuindo para o desenvolvimento do nosso país. O Plano Safra é um conjunto de ações para o fortalecimento da agricultura familiar. Para o agricultor produzir não basta apenas crédito. É preciso ir além, é necessário um conjunto

de ações para fortalecer o setor. Por isso, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020 possui 10 eixos de atuação. São ações para oferecer segurança jurídica da terra, com titulação e regularização fundiária; seguro da produção; ações para o Semiárido; Assistência Técnica e Extensão Rural; entre outros. (BRASIL, 2019, s/p).

Para serem aceitos no Pronaf, os agricultores familiares precisam atender aos seguintes critérios:

Explorar a terra como parceiro, arrendatário, posseiro, proprietário ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); residir na propriedade rural ou, considerando as características geográficas da região, em local próximo; possuir, no máximo, 4 módulos fiscais para a atividade agrícola ou pecuária; ter a mão de obra familiar predominante como a base do trabalho do seu estabelecimento; obter, pelo menos, 50% da renda familiar bruta da atividade do estabelecimento (agropecuária ou não); utilizar mão de obra de terceiros de acordo com a sazonalidade da produção, podendo manter empregados permanentes apenas em número menor do que o de integrantes da família; e ter renda bruta familiar de até R\$ 415 mil nos últimos 12 meses de produção, excluídos os benefícios previdenciários de atividades rurais e proventos vinculados (BRASIL, 2019, s/p).

Nessa perspectiva, o Pronaf financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários (BRASIL, 2017).

Segundo a página da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, o agricultor familiar deve avaliar o projeto que pretende desenvolver, nos seguintes termos:

Os projetos devem gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Podem ser destinados para o custeio da safra, a atividade agroindustrial, seja para investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura. A renda bruta anual dos agricultores familiares deve ser de até R\$ 360 mil. O projeto deve ser encaminhado para análise de crédito e aprovação do agente financeiro. Com o Projeto Técnico, deve-se negociar o financiamento junto ao agente financeiro. (BRASIL, 2017, s/p).

Até a década de 1990, de acordo com Silva (2012), as diferentes formas de atuação das famílias agricultoras não foram consideradas como fator impactante para a economia no Brasil.

Somente em 1996, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os produtores familiares rurais puderam dispor de um programa voltado que lhes favorecesse de fato. O PRONAF surgiu como resultado das muitas reivindicações dos trabalhadores rurais organizados e de outros grupos sociais que apontavam a importância de se estabelecer políticas que propiciassem os meios necessários ao fortalecimento da produção agrícola familiar no Brasil. Atualmente, o PRONAF alcança considerável dimensão com operações em todo o território nacional, consolidando-se como a principal ação concreta de política de apoio à agricultura familiar no Brasil e representando uma injeção considerável de recursos monetários na economia de muitos municípios, com destaque para os mais pobres (SILVA, 2012, p. 8).

Para Silva (2012), foi necessário que o PRONAF sofresse constantes mudanças buscando melhorar seu potencial de alcance operacional. O autor relata que

As principais alterações ocorreram a partir de 1999, quando se optou por segmentar os agricultores beneficiários em grupos distintos, com base principalmente na renda bruta anual. Esta adequação propiciou que as regras de financiamento atendessem melhor à realidade de cada grupo, sendo que os encargos financeiros e os descontos passaram a auxiliar mais os agricultores com menores faixas de renda e em maiores dificuldades produtivas. (SILVA, 2012, p.13).

No bojo dessas mudanças surgiram ainda, segundo Silva (2012, p.13), “algumas linhas de crédito para atividades especiais, como a agroecologia, e para grupos específicos de mulheres, jovens e pescadores” e o Banco Central atendeu a uma demanda dos agricultores, fixando a taxa de juros e abrindo espaço para negociações, visando estender maiores prazos para o pagamento de compromissos financeiros junto aos bancos. Com essas medidas adotadas possibilitou-se que um maior número de agricultores familiares conseguisse acesso às instituições financeiras.

No decorrer de sua implantação até os dias atuais, de acordo com Lima et.al (2019, p. 10), o Pronaf buscou sempre expandir sua abrangência:

Na atualidade, o PRONAF segundo a Matriz de Dados de Crédito Rural do Banco Central, possui 15 subprogramas: Agroecologia; Agroindústria-Custeio; Agroindústria-Investimento, Cotas-Partes, Custeio, Eco, Floresta, Jovem, Mais Alimentos, Microcrédito (PRONAF-B), Mulher, Produtivo Orientado, Reforma Agrária, Reforma Agrária (microcrédito) e Semiárido, os quais em articulação

com todas as outras políticas públicas do Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a princípio, procuram atender à maioria dos agricultores familiares do Brasil. Deve-se ressaltar que o MAPA passou a ser gestor do PRONAF a partir de 1º de janeiro de 2019, como parte da reforma administrativa do atual Governo Federal. Anteriormente o órgão gestor do PRONAF era o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

De acordo com informações divulgadas no site do Banco Central do Brasil (2019) existem diversas formas para que os agricultores façam uso do crédito disponibilizado pelo Pronaf de maneira adequada à sua realidade. Os empréstimos são liberados para custeio, investimento na propriedade e podem ser utilizados para investimentos em cooperativas, bem como para fomentar a área industrial.

Os créditos individuais, independentemente da classificação dos beneficiários a que se destinam, devem objetivar, sempre que possível, o desenvolvimento do estabelecimento rural como um todo. A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa, nos termos estabelecidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), deve ser emitida por agentes credenciados pelo Sead, observado ainda que: é exigida para a concessão de financiamento no âmbito do Pronaf; deve ser elaborada para a unidade familiar de produção, prevalecendo para todos os membros da família que compõem o estabelecimento rural e explorem as mesmas áreas de terra; pode ser diferenciada para atender a características específicas dos beneficiários do Pronaf. (BRASIL, 2019 s/p).

Quanto à Declaração de Aptidão Ativa ao Pronaf, nos estudos de Dall Agnol (2017, p. 50) vamos encontrar a seguinte informação.

Há três modelos de DAP ao alcance dos agricultores familiares, quais sejam: 1) DAP Principal: identifica e qualifica os responsáveis pela Unidade Familiar de Produção Rural (UFPR) denominados Titular 1 e Titular 2; 2) DAP Acessória: identifica os filhos e filhas (DAP Jovem) e as mulheres agregadas a uma UFPR (DAP Mulher) e deve, obrigatoriamente, estar vinculada a uma DAP Principal – é importante não confundir a DAP Mulher (DAP Acessória) com a DAP emitida para mulher Titular 1 ou Titular 2 (DAP Principal), na condição de responsável pela gestão do estabelecimento (Titular 1) ou esposa, companheira, viúva de um dos titulares (Titular 2) – e DAP Especial ou Jurídica: identifica e qualificam os empreendimentos familiares rurais organizados em pessoa jurídica (que possuem CNPJ), como associações, cooperativas, agroindústrias. Além disso, a DAP classifica os agricultores familiares em quatro grupos, de acordo com critérios de renda e de acesso a políticas públicas, a saber: 1) Grupo “A”: agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento do

Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); 2) Grupo “B”: agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 20 mil; 3) Grupo “A/C”: agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que tenham contratado a primeira operação no Grupo “A” e não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C” e 4) Grupo “V”: agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 360 mil.

Além do Pronaf, outra política pública que se tem destacado é o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que desempenha sua atuação através do comércio dos produtos da agricultura familiar.

3.2.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

As políticas públicas concernentes à agricultura eram voltadas para grandes produtores, visando à exportação, enquanto os pequenos produtores enfrentavam grande dificuldade para sobreviver e produzir. No entanto, com o reconhecimento da agricultura familiar, os objetivos e o atendimento estenderam-se ao meio rural, à produção agrícola familiar “por ser a principal fornecedora de produtos considerados básicos para alimentação humana e cumprir um papel decisivo na produção de alimentos para o mercado interno” (ASSIS; PRIORE; FRANCESCHINI, 2017, p. 618).

Para Muller (2007), em decorrência de uma maior abrangência coletiva da organização social e política em favor da agricultura familiar as políticas públicas, datadas principalmente nos anos 2000, foram além da oferta de crédito, da legalização da posse da terra e assistência técnica.

Nesse período surgiram a preocupação e as reivindicações dos movimentos dos agricultores familiares em relação ao escoamento e valorização dos excedentes produzidos.

Após a redemocratização conservadora, os movimentos sociais rurais passaram a atuar de forma mais próxima às demandas dos agricultores, buscando afirmar a agricultura familiar como sua base de atuação. Dessa guinada dos movimentos sociais rurais resultaram demandas ao Estado, cujos resultados articulem um novo projeto de desenvolvimento rural, que passa a considerar questões tais como agregação de valor, acesso a novos mercados, questão de gênero, juventude. Esse novo projeto de desenvolvimento do Estado, do ponto de vista dos movimentos sociais, consiste em considerar que para além de políticas públicas sociais ou compensatórias, a agricultura familiar tem um papel

no desenvolvimento da sociedade brasileira, motivo pelo qual é merecedora de políticas públicas estruturais. (MULLER, 2007, p.15)

Neste contexto, o envolvimento dos pequenos agricultores uniu-se à preocupação do governo federal e foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA), fundamentado por Junqueira e Lima (2008, p.15), que relata que para o agricultor familiar enquadrado nas normas do PRONAF, o PAA apresenta-se como uma grande possibilidade de amenizar a questão relativa ao escoamento da sua produção.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é um instrumento de política pública instituída pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696/03. O Programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, de agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, conforme informações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Nos estudos realizados por Sambuichi et al (2017), evidencia-se a importância do PAA ao indicar as transformações ocorridas em relação à produção da agricultura familiar através da diversificação produtiva dos agricultores envolvidos com o programa, resultando na oferta de alimentos de qualidade, empoderamento dessas organizações e melhorias econômicas para os agricultores.

Nestes termos, Maluf (2000, p.7), ao avaliar o PAA, aponta como papel indispensável do Programa sua capacidade de romper com o circuito da fome no Brasil, principalmente no meio rural menos favorecido economicamente, combatendo o que ele denomina de “insegurança alimentar” e ainda relata que “a pobreza ocupa o lugar de determinante principal da insegurança alimentar, isto é, do não acesso regular a uma alimentação adequada, dando origem aos fenômenos da fome e da desnutrição”.

De acordo com Assis; Priore; Franceschini (2017, p.168), o PAA apresenta-se como um programa em que suas ações relacionam entre si a produção com o consumo, classificando seus beneficiários como “os fornecedores que são os agricultores familiares que vendem seus produtos para o programa e os consumidores que são todos os grupos de pessoas beneficiadas por esses alimentos”.

Conforme estudos de (GRISA et. al, 2010, p.4), o PAA é um programa advindo de medidas pertencentes ao extinto Programa Fome Zero e sofreu alterações que possibilitaram sua adequação quanto ao “perfil produtivo, formas de organização social, mediadores e trajetória de relação com o Estado e com as políticas públicas”.

Em relação às famílias beneficiadas com os alimentos, evidenciou-se que o PAA atende um número elevado de pessoas em condições de insegurança alimentar, melhorando a qualidade e quantidade da alimentação e, ao que tudo indica a frequência e desempenho das crianças nas escolas. No que concerne às famílias rurais, o Programa tem contribuído na garantia de comercialização, na alteração da matriz de produção e consumo e no fortalecimento de suas organizações. Como observam muitos estudos, isto tem provocado alterações na autoestima dos agricultores e suas famílias, os quais se sentem estimulados à produção agropecuária. Neste sentido, pode-se afirmar que o Programa é uma relevante política pública para a segurança alimentar e a agricultura familiar. (GRISA; et.al. 2010, p. 26).

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), (2020), o governo através do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, tem desenvolvido um importante trabalho ligado à agricultura familiar, ao promover a comercialização da produção vinda da agricultura familiar e o consumo de uma alimentação saudável para os alunos do ensino básico no Brasil.

A Lei nº. 11947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório. (BRASIL, 2020, s/p).

Para Hespanhol (2013, p. 478), o PAA possui particularidades que se destacam positivamente, desde o período de sua criação em 2003/2004, dentre elas a condição de flexibilização e adequação às diferentes regiões existentes no meio agrícola brasileiro e ainda “ao garantir a comercialização de parte da produção e, ao aproximar os produtores dos consumidores, no caso das entidades assistenciais, estimula a diversificação produtiva, por meio das compras governamentais de alimentos”.

Para alcançar os objetivos propostos pelo estado, o PAA assiste às seguintes modalidades, conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2020, p. 2):

- Compra com doação simultânea: compra dos agricultores familiares e doam para órgãos assistenciais da rede pública de ensino;

- Compra institucional: compra por meio de chamadas públicas e repassa para vários órgãos públicos como, por exemplo, presídios e creches;

- PAA Leite: compra o leite “*in natura* de laticínios privados e agricultores familiares (com prioridade para este último)” processa e distribui para famílias carentes no Nordeste e parte do estado de Minas Gerais;

- Compra direta: compra sem intermediários dos agricultores familiares respeitando-se a média de preço da balança comercial;

- Formação de estoques: os agricultores vendem toda a safra produzida diretamente para a CONAB quando existe condição para que em grupos organizados apresentem uma proposta indicado “especificação do produto, quantidade, preço proposto, prazo necessário para a formação do estoque e os agricultores beneficiados”; e

- Aquisição de sementes: o estado compra sementes de produtores /fornecedores diversos e repassa para os inscritos no Cadastro Único como “mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. A Conab é responsável pela aquisição”.

No entendimento de Cunha (2013, p. 19), o Pronaf e o PAA, apesar de serem importantes políticas para o setor rural, geralmente não são eficazes o suficiente para que os agricultores tenham condições de usufruir dos benefícios propostos.

[...] Muitas vezes não são acessíveis ou suficientes para que os agricultores familiares possam implantar, ampliar, racionalizar e modernizar sua infraestrutura, buscando se fortalecer e dinamizar sua produção no sentido de viabilizar o desenvolvimento agrário sustentável no campo. Essas e outras políticas se tornam inacessíveis em muitos casos, em função da burocracia, da morosidade e até mesmo por falta de conhecimento dos próprios agricultores familiares a respeito das políticas públicas a eles direcionadas.

Para Dall Agnol (2017), o PAA mostra-se um como um programa de política pública eficiente ao manter produtos oriundos da agricultura familiar em estoque, visando auxiliar o cidadão que se encontra em situação de fragilidade na sociedade, conseguindo amenizar o problema da fome e, por consequência, valorizar e incentivar a agricultura familiar.

Em consonância com a proposta dessa pesquisa, no próximo item será dado enfoque para a Aposentadoria Rural, que dentre as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar destaca-se por servir de alento aos trabalhadores rurais com mais de sessenta anos.

3.2.3 Aposentadoria Rural (Funrural)

Chies (2015, p.77) explica que a função da previdência social é garantir que o beneficiário e sua família tenham renda e condições de viver dignamente, quando não puder continuar trabalhando, seja por incapacidade laboral ou por ter alcançado a idade para usufruir desse benefício, evitando “os riscos sociais que são condições que geram vulnerabilidade à pessoa ou ao grupo, como no caso dos idosos, a perda da plena capacidade de trabalho e/ou a idade avançada”.

Conforme Beltrão, Oliveira e Pinheiro (2000), com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural-Lei nº 4214 de 02 de março de 1963, o trabalhador rural foi tardiamente incluído na previdência social. Com esse estatuto nasceu o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL. Os custos desse fundo eram pagos pelo produtor, ou pelo comprador, conforme combinado entre as partes, quando da primeira comercialização da produção do trabalhador era descontado um por cento do valor da produção e repassado para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (Iapi) que geria os recursos e concedia a aposentadoria após o trabalhador ter um ano de contribuição. Porém, a arrecadação não foi positiva e em 1967 e o Estatuto passou por novas adequações, quando através do Decreto- Lei nº 276 de 28 de fevereiro de 1967, entregou, ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), a gestão do fundo que passou a conceder somente atendimento médico e social, cancelando qualquer assistência que resultasse em pagamento monetário e o recolhimento do pagamento ao INPS passou a ser obrigação do comprador da primeira produção, desonerando, assim, o trabalhador rural dessa despesa.

Após várias tentativas do Estado de oferecer aos trabalhadores rurais atendimento relativo à previdência social com isonomia, somente com a Constituição Federal de 1988 esse grupo de trabalhadores foi alcançado.

A Constituição de 1988 instituiu novos parâmetros para a população rural: idade para elegibilidade do benefício aos 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres (cinco anos a menos do que para os trabalhadores urbanos) e um piso de benefício igual a um salário mínimo (inclusive para a pensão), além de na prática universalizar o benefício para toda a população rural. Homens e mulheres tiveram igualdade de acesso. Foi, porém, com a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que essas modificações foram totalmente regulamentadas. A lei, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, em seu artigo 48 assegura a elegibilidade à aposentadoria por idade “(...) reduzidos esses limites para 60 e 55 anos

de idade para os trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres (...)". O estabelecimento do valor do benefício igual ao do salário mínimo foi entendido como prescindindo de legislação específica e aplicado imediatamente, ainda que a Lei 8.213, em seu artigo 33, reitere esse direito. (BELTRAO, 2000, p.5).

Conforme Oliveira e Aquino (2017, p. 14), houve no Brasil uma lacuna na extensão dos direitos previdenciários para o trabalhador rural em detrimento ao trabalhador urbano. No entanto, ainda que de forma lenta, após a promulgação da Constituição de 1988, esse público surgiu no cenário previdenciário, sendo contemplado com importantes modificações que atendiam a esse público em específico.

Entre essas mudanças merece referência a inclusão efetiva das mulheres na clientela da mencionada política, a redução da idade mínima de enquadramento do setor familiar, bem como a vinculação do valor do benefício ao salário mínimo nacional. Todas essas medidas deram à seguridade social um importante papel na manutenção da renda no meio rural brasileiro, seja através da elevação considerável no número de concessões, seja pela expansão dos valores transferidos na forma de pagamentos.

Para Chies (2015), a previdência rural possui requisitos que o equiparam a uma política pública, ao beneficiar os trabalhadores rurais, ainda que não tenham contribuído com o pagamento ao INSS, viabilizando que o público mais carente do setor rural tenha alguma remuneração mensal, ao considerar os componentes da agricultura familiar como segurado especial.

No entendimento de Tavares, Teixeira e Wanjnman (2011, p. 14) a aposentadoria rural evidencia seu sentido social, ao propiciar ao aposentado rural autonomia econômica, conforme citação abaixo.

A aposentadoria provoca alterações significativas tanto na vida dos idosos rurais como de suas famílias, que enxergam no benefício social desses idosos, condições de subsistência e de melhores condições de vida. Ademais, os resultados permitem concluir que para os idosos, a aposentadoria oferece liberdade, autonomia e tranquilidade, pois não precisam mais trabalhar ou trabalhar como antes, bem como oportuniza a concretização de sonhos e anseios. Para os familiares, representa uma "libertação" da obrigação de sustentar os idosos, que viria a aumentar ainda mais a pobreza das famílias rurais.

De acordo com Junqueira e Lima (2008), atualmente a aposentadoria rural exerce um papel de suma importância social no Brasil.

A Previdência Social Rural é a política pública de maior alcance social no país. Durante a década de 90 a previdência social elevou a renda *per capita* no campo, gerando menor desigualdade na distribuição desta renda. A aposentadoria rural tem beneficiado populações rurais muito pobres, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país. O pagamento de benefícios tem se tornado um poderoso instrumento para evitar o agravamento da exclusão social (JUNQUEIRA; LIMA, 2008, p.17).

Percebe-se que para o fortalecimento e consolidação da agricultura familiar, como sujeito eficiente no cenário nacional, faz-se necessária a junção de fatores executados pelas áreas da economia, política, sociedade e cultura, com o apoio incondicional do Estado, para que as políticas públicas cumpram o seu papel.

3.3 Agricultura Familiar e a Reforma Agrária no Brasil

Torna-se quase impossível reportar-se à questão agrária brasileira sem mencionar a reforma agrária, uma vez que é de conhecimento público a extensa história de conflitos e resistência dos trabalhadores rurais contra a elevada concentração fundiária e a conseqüente má distribuição de terras existente no país.

Para Oliveira (2007, p. 68), faz-se necessária uma maior atenção ao tratar de questões relacionadas à concentração de terra e de capital na reforma agrária, pois:

A concentração da terra não é igual à concentração do capital; ao contrário, revela a irracionalidade do método que retira capital do processo produtivo, imobilizando-o sob a forma de propriedade capitalista da terra. Já a concentração do capital é aumento de poder de exploração, é aumento da capacidade produtiva do trabalhador; é aumento, portanto, da capacidade de extração do trabalho não pago, da mais valia.

Dessa maneira, Oliveira (2007, p. 68) chama a atenção para duas práticas que acontecem em torno da posse da terra: a reforma agrária e a revolução agrária. Ao relatar sobre o significado de cada uma dessas práticas, ele esclarece que, institucionalmente, a reforma agrária é executada “pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo”. Com sua implantação ocorrem as transições relativas à posse da terra e do rendimento econômico, que culminam em evoluções socioeconômicas, culturais e de reorganização territorial. “A reforma agrária provoca alterações na estrutura fundiária sem alterar o modo capitalista de produção existente em

diferentes sociedades”. Por outro lado, a “revolução agrária implica necessariamente, na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de outra sociedade”.

O enfrentamento e a persistência foram elementos sempre presentes no embate entre os trabalhadores do campo e o grupo formado pelo governo e seus protegidos como latifundiários, grileiros e coronéis. Nessa perspectiva, Fernandes (1999, p.22) informa que “são caminhos abertos e construídos no tempo e no espaço, e nessa marcha participam do processo de transformação da sociedade”.

“Foi com a fundação das sesmarias que se iniciaram os “latifúndios escravistas, com a necessidade de exportar em grande escala e a escassez de mão de obra na colônia uniu-se a existência de um rentável mercado de tráfico de escravos ” (Silva, 2001, p. 25). De acordo com o autor, as atividades desenvolvidas por esses latifúndios eram geradas através da agricultura e comércio, uma vez que a industrialização era insignificante na época. A economia era gerada através das exportações em um primeiro momento do açúcar e depois do café.

Para o desenvolvimento das atividades existiam duas camadas opostas da sociedade que eram a figura dos senhores e dos escravos; porém, o espaço era permeado por outras figuras.

Branco que não eram senhores, negros libertos que não eram escravos, de índios e de mestiços, que desempenhavam uma série de atividades”, e dentre elas a agricultura. “Ocupavam certos pedaços de terra onde produziam sua subsistência e vendiam parte da produção nas feiras das cidades. “Aí está a origem da pequena produção no Brasil e sua estreita ligação com a produção de alimentos” (SILVA, 2001, p. 26).

Conforme Stédile (1997), no século XIX, o Brasil passou por intensas mudanças sociais. Com a libertação dos escravos em vias de acontecer, o monarca (Dom Pedro II) promulgou a Lei nº 601, em 18 de setembro de 1850, conhecida como a primeira Lei de Terras, que seria a lei reguladora da posse da terra no Brasil. Esta Lei trouxe sérias consequências de exclusão social, uma vez que para legalizar a posse da terra com registro em cartório era necessário efetuar pagamento ao governo; e os negros libertos e os pobres não possuíam condições financeiras para legalizar a sua situação. Outro fato excludente foi que os donos das sesmarias legalizaram a situação das terras fortalecendo, ainda mais, o latifúndio como detentor de grande extensão de terras no Brasil.

Stédile (1997) acredita que em função da discriminação praticada pela Lei de terras aconteceram as primeiras manifestações advindas do homem do campo, buscando condições para o sonho de possuir um pedaço de terra, o que resultaria em conquista da cidadania e dignidade para aqueles trabalhadores rurais. No entanto, a situação agrícola no Brasil ficou estagnada nas décadas seguintes, mantendo grandes extensões de terra nas mãos dos latifúndios.

Ainda de acordo com os estudos de Stédile (1997, p. 12), a Constituinte de 1946 trouxe esperanças para os trabalhadores do campo ao tratar o tema da reforma agrária através de uma proposta de projeto de lei encaminhada, pelo então senador Luís Carlos Prestes, na qual “defendeu-se a tese de que a propriedade das terras no Brasil estava concentrada nas mãos de uma minoria e que isso constituía grave problema pois impedia o progresso econômico do meio rural e a distribuição de renda e justiça social”.

Todavia, não bastava um projeto de lei; fazia-se necessária uma política voltada para a distribuição da terra e, como não existia essa política, surgiram os confrontos sociais entre as partes, tanto entre os agricultores e governo, como entre os que pleiteavam a posse para trabalhar a terra e os grileiros.

De acordo com Silva (2001), no final da década de 1950 e início da década de 1960, a situação da reforma agrária no país permeava a cena política que estava preocupada com a questão da industrialização no Brasil. Naquele contexto histórico, a agricultura brasileira era sinônimo de atraso e significava empecilho para o desenvolvimento econômico que se acreditava vir através da industrialização.

No início dos anos 1960, segundo Stédile (1997), mesmo com a industrialização ocupando seu espaço na economia do país, o Brasil ainda era considerado essencialmente agrícola com uma população eminentemente rural. Nesse contexto, os grupos da sociedade rural estavam mais organizados politicamente e lutavam por um objetivo comum que era a implantação de políticas que resultassem em uma reforma agrária de fato. Esses movimentos colheram resultados com a criação da Lei Delegada nº11 de 1962, que norteava a Supra (Superintendência da Reforma Agrária), que deveria nortear os rumos da distribuição de terras e legitimar a reforma agrária no Brasil.

Politicamente, para Fernandes (1999), em 1962 houve o surgimento de vários sindicatos que contavam com o apoio do governo federal, o que era um ato contraditório aos interesses da reforma agrária idealizada pelos camponeses. “Criavam-se as condições para institucionalizar mais essas organizações, transformando-as em sindicatos

subordinados ao governo, enfraquecendo, assim, os movimentos camponeses” (FERNANDES, 1999, p. 24).

Nesse mesmo ano iniciou-se o processo de regularização do sindicalismo rural com o objetivo de promover as organizações existentes em sindicatos; “foram realizados vários encontros locais e estaduais, mas de fato, a maioria dos trabalhadores estava à margem desse processo de disputa, que acontecia no âmbito das cúpulas das organizações” (FERNANDES, 1999, p. 24). Apesar da intenção controversa do estado, naquele ano houve o plantio da semente da importância da reforma agrária no que se refere à conscientização por todo o país.

Conforme explicita Stédile (1997, p. 16), apesar do interesse do governo João Goulart em dar início à reforma agrária no país com o objetivo, conforme anunciado por ele em 13 de março de 1964, de “desapropriar as grandes propriedades mal utilizadas que se localizassem a até 100 quilômetros de cada lado das rodovias federais”, um fato histórico interrompeu esse processo com sua queda em 31 de março de 1964, data que antecedeu o golpe militar, ocorrido em 1º de abril de 1964 e instaurou a ditadura militar no país.

Oliveira (2007) corrobora com Fernandes (1999), ao declarar que a primeira ação do governo militar foi a assinatura do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Com esse ato, alimentava a esperança dos trabalhadores rurais de que a reforma agrária era eminente, enquanto nos bastidores políticos o ato representava o enfraquecimento das organizações que lutavam pelos trabalhadores rurais. Essa situação fica explícita na fala do autor:

Ledo engano, pois foi o próprio Ministro do Planejamento do então governo militar, Roberto Campos, quem garantiria aos congressistas latifundiários que a lei era para ser aprovada, mas não para ser colocada em prática. A história dos 20 anos de governos militares mostrou que tudo não passou de “uma farsa histórica”, pois, apenas na década de 1980, foi que o governo elaborou o Plano Nacional da Reforma Agrária - instrumento definidor da política de implementação da reforma agrária. Entretanto, como não era real a intenção do governo militar do Marechal Castelo Branco de fazer a reforma agrária quando assinou o Estatuto da Terra, parte de sua implementação foi sendo adiada (OLIVEIRA, 2007, p. 121-122).

Como descrito por Heim e Silveira (2013), o primeiro presidente a ocupar o posto na era da ditadura, Castelo Branco, tinha dentre suas incumbências a inovação da situação da agricultura no país que, naquele contexto histórico, era sinônimo de atraso e

significava empecilho para o desenvolvimento econômico que acreditava-se vir através da industrialização. Para atender às expectativas quanto à reforma agrária, foi rapidamente remetido ao Congresso Nacional um projeto de Lei do Estatuto da Terra.

Nesse sentido Heim e Silveira (2013, s/p) afirmam que:

Ainda que pareça uma contradição, partir de um governo militar, oriundo de golpe que visava barrar reformas sociais a institucionalização da reforma agrária, não se tratava de uma proposta com objetivo de transformação social, no sentido de ampliar as condições materiais do povo e oportunizar uma melhor distribuição da riqueza. O objetivo dos militares com a edição do Estatuto da Terra era frear as reivindicações populares, deslocando o loco do conflito, que saiu da sociedade e se direcionou para o próprio estado. Este era o interesse imediato do governo, apenas este, e não executar de fato o programa da reforma agrária que neste país nunca se concretizou.

Do ponto de vista de Ferreira, Alves e Carvalho Filho (2009), a intenção do governo militar era acalmar os ânimos dos trabalhadores rurais e calar os movimentos sociais, afirmando que durante o tempo de vigência do governo militar (1964-1985), o número de famílias beneficiadas com a reforma agrária foi irrisório, sendo 77.465 e a média era de 307 famílias por mês. A contribuição dada foi a notoriedade, reconhecimento e a conexão de termos usados tais como reforma agrária, propriedade familiar e função social que são conceitos utilizados até o presente momento histórico.

Reforma agrária – conjunto de medidas que visam promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade (Art. 1o); Função social – como parâmetro para viabilizar desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária (Art. 2o); Propriedade familiar – o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (Art. 4o, inciso II) (FERREIRA; ALVES; CARVALHO FILHO, 2009, p. 159).

Segundo Ferreira, Alves e Carvalho Filho (2009), com a chegada da Nova República, o presidente eleito Tancredo Neves criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário-Mirad. Com o falecimento de Tancredo Neves, em 1985, o seu vice-presidente, José Sarney, assumiu a presidência e manteve o ministério. Porém, o período de transição de 1985 a 1993 foi marcado por extinção e criação de novas leis, por conflitos, violência e mortes em nome da reforma agrária.

Como é de se notar, no que tange à política agrária, a Constituição começou mal. As desapropriações foram inibidas, dificultadas ao extremo tanto no Poder Legislativo, quanto no Executivo. Considerado retrocesso em relação às normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores, o capítulo da Constituição de 1988 dedicado à questão agrária é, em boa medida, resultado da desagregação e da falta de entendimento entre as forças progressistas e da articulação, da truculência e das manobras das forças conservadoras antirreforma. (FERREIRA; ALVES; CARVALHO FILHO, 2009, p.166).

Na opinião de Oliveira (1997), diante da tecnologia, das mudanças correlacionadas entre sociedade e trabalho, a reforma agrária, que seria uma política pública com potencial para sanar as desigualdades favorecendo a agricultura familiar, degenerou-se do seu objetivo inicial.

Nos estudos de Fernandes (1999, p.22) ficam explícitos que a partir da metade do século XX surgiram novos movimentos e maneiras organizacionais de disputa pela posse territorial e pela implantação real da reforma agrária, movimentos estes representados pelas “ligas camponesas, as diferentes formas de associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais; por essa razão, na lógica do modelo de desenvolvimento do país, sempre estiveram, mantidas e contidas, a luta pela terra e a objeção ao assalariamento”.

Ainda de acordo com Fernandes (1999, p.31), a herança deixada pelo governo militar, ao sair do poder no ano de 1985, representada por um discurso elaborado, mas vazio de ações concretas em relação à reforma agrária, colocou o Brasil em uma grave situação resultante do “milagre brasileiro” que, dentre outros danos aumentou, em muito, a concentração de renda no país.

Dessa maneira, Oliveira (2007, p. 150) declara que a reforma agrária ainda é “uma necessidade estrutural da sociedade brasileira e um instrumento para corrigir a desigual distribuição da terra e sua retenção improdutiva”, e defende o cumprimento da Constituição Federal Brasileira, conforme o artigo 184 “compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social [...]”.

Torna-se evidente que mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, o pequeno agricultor resiste e continua seu trabalho incessante no campo produzindo alimentação para toda a população, seja ela urbana ou rural. Essa produção possibilita a comercialização dos excedentes que garantem geração de renda que, por sua vez, proporcionam o sustento de muitas famílias em diversas regiões do Brasil.

Nesse contexto, a próxima seção tratará de um importante canal de distribuição e comercialização destes excedentes: as feiras livres que acontecem, na cidade Ituiutaba-MG, com ênfase para a Feira do Sindicato.

4 AS FEIRAS LIVRES EM ITUIUTABA (MG) E A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Esta Seção tem como foco principal centralizar-se nos feirantes/agricultores familiares, abordando a Feira do Sindicato como espaço de reprodução da agricultura familiar, retratando a importância da mão de obra feminina nesse espaço laboral, a articulação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município para a concretização da Feira e o sentido econômico e sociocultural desta para os sujeitos investigados que compõem a Feira do Sindicato, na cidade de Ituiutaba – MG (Foto 1).



Foto1: Ituiutaba (MG): Interior da feira no Barracão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

Torna-se significativo ponderar que o feirante está inserido nas atividades econômicas do meio urbano de diferentes formas, seja como comerciante nas feiras livres,

ou como consumidor na cidade, onde busca sua renda transformando o espaço e movimentando a economia regional. Observando ainda o feirante, que de forma concomitante trabalha a terra e gera no meio rural a produção que oferta nas feiras livres, temos o sujeito motivador dessa pesquisa, e, desse modo, nesta seção será conferido destaque a esse feirante agricultor que com os produtos oriundos do campo, altera o espaço geográfico da cidade, mesclando o ato de comercializar com a resistência em manter viva a cultura e a integração entre o meio rural e urbano.

4.1 Breve relato sobre as feiras livres de Ituiutaba - MG

O funcionamento das feiras livres em Ituiutaba é regulamentado pela Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que delibera as diretrizes da logística do evento, tais como: localidade, logística funcional (tipo de barracas e de instalação) e número de feirantes participantes.

Por meio de informações coletadas junto ao escritório da EMATER, localizado na Avenida Prof. José Vieira de Mendonça, Bairro Alvorada, na cidade de Ituiutaba, percebe-se que a agricultura familiar oferece ao município uma produção bem diversificada de alimentos como: abobrinha, batata doce, beterraba, brócolis, cebolinha, chuchu, couve, milho verde, mandioca, pimenta, pimentão e tomate, bem como vários tipos de frutas como abacaxi, banana, laranja, mamão, manga e melancia, sendo a produção maior de alface, de mandioca e de tomate e, das frutas, as maiores produções são de banana, mamão e laranja.

Com essa alta produtividade, naturalmente as feiras livres apresentam-se como importante meio de escoamento da produção dos agricultores familiares da região e, em Ituiutaba - MG, além do fator econômico, as feiras mantêm tradições vindas do mundo rural que encantam os moradores do mundo urbano, mantendo essa relação entre o urbano e o rural, além de ser palco de demonstrações artísticas como roda de viola, capoeira, declamação de cordel e apresentação de repentistas.

De acordo com o Sr. Reinaldo Paulo dos Santos, Coordenador das feiras municipais de Ituiutaba - MG, na cidade acontecem, semanalmente, quatro feiras, pelas quais a Prefeitura é responsável, quais sejam: a Feira da Junqueira (aos domingos), a Feira da Avenida Sírio Libanesa (às terças-feiras), a Feira da Praça Treze de maio (às quintas-feiras), e a Feira do Pronto Socorro, como é popularmente conhecida, no setor Norte da cidade (aos sábados).

Em relação ao número de feirantes que trabalham nas quatro feiras municipais, de Ituiutaba - MG, foi constatada uma considerável diferença entre a Feira da Junqueira e as demais. Enquanto a Feira da Junqueira, segundo o Coordenador, é a que possui maior número de feirantes (antes da pandemia contava com 216 e atualmente está com 145), as outras três feiras possuem, em média, a mesma quantidade de feirantes (antes da pandemia contava com a média de 35 e, atualmente, está com 25).

Ao ser questionado se a Pandemia da Covid -19 influenciou na queda do número de feirantes ativos nas feiras da cidade, o Sr. Reinaldo esclareceu que:

Sem dúvidas, essa pandemia alterou e muito no funcionamento das feiras. Primeiro aquele decreto lá no início de 2020 fechou tudo por uns 30 dias na cidade. Quando voltou já houve o abandono, por parte dos feirantes idosos, que eram do grupo de risco e não podiam trabalhar com o público. Esse fato leva ao sumiço dos fregueses que quando não acha aquela mercadoria com a qual estavam acostumados tendem a não voltar. Falta mercadoria, o freguês não vem. Isso tudo atrapalha ...

Segundo ele, houve alterações em duas outras feiras que acontecem na cidade: a Feira do Produtor e Artesão de Ituiutaba (FEPROART), inaugurada em novembro de 2019, que acontece na Praça Mário Natal, na Praça do Bairro Natal (às quartas-feiras), é a primeira feira noturna de Ituiutaba-MG, que acontecia das 17 horas às 21 horas, teve seu horário alterado para acontecer das 15 horas às 19 horas e, atualmente a FEPROART tem a segunda edição que iniciou em 14 de dezembro de 2020, na Praça Hilarião Rodrigues Chaves, Bairro Ipiranga; e a Feira do Sindicato (às sextas-feiras), inaugurada em 2014, sendo retratada no decorrer desta Seção, que sofreu mudanças de horário e endereço de funcionamento em atendimento ao Decreto Municipal nº 9.406, de 30 de abril de 2020, que dispõe sobre normas de segurança em enfrentamento ao Covid19.

Vale ressaltar que as feiras descritas acima não são de responsabilidade da Secretaria de Agricultura, uma vez que a primeira é uma idealização do Departamento Social que, juntamente, com os artesãos da cidade, criaram a feira que possui características diferentes das demais, ao abrir um espaço maior para os artesãos, para as pessoas que trabalham com culinária (doces, lanches, salgados, enfim, todo tipo de alimentação que pode ser consumida na hora) exporem e venderem seus produtos, além dos feirantes tradicionais; e, a Feira do Sindicato que é gerida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba e também possui um diferencial em relação às demais por ser composta, conforme relato do Sr. José Divino de Melo, Presidente do Sindicato, somente por agricultores familiares.

De acordo com o Sr. Reinaldo, todas as feiras livres que acontecem em Ituiutaba, e que foram desativadas por trinta dias, conforme orientação do Comitê de Enfrentamento à Pandemia do Covid-19 no Município, no ano de 2020, sofreram mudanças na localização de funcionamento no retorno de suas atividades:

Três delas tiveram que mudar de local para obedecer ao distanciamento entre as barracas, os comerciantes e os consumidores. A Freproart, que acontece na Praça do Bairro Natal; a feira da Rua 30 entre as Avenidas 25 e 27 e a feira da Avenida Sírio Libanesa, antiga 17-A, sofreram pequenas alterações com relação à extensão. Porém, permanecem nos mesmos dias e endereços. Já à Feira do Sindicato, que era realizada no barracão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, agora ocupa a Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, com acesso principal pela Rua 36, no Bairro Progresso. A tradicional Feira do Bairro Junqueira, que ocorria sempre aos domingos na Rua João Gomes Pinheiro, passou para as duas laterais da Avenida Minas Gerais. E, finalmente, a feira de sábado, que era realizada na Rua Jorge Jacob Yunes (Pronto Socorro) e foi transferida para a Praça dos Trabalhadores.

Segundo o Coordenador das Feiras, além da importância econômica, a tradicionalidade da feira livre em Ituiutaba é um fato incontestável e a Prefeitura Municipal tem feito um trabalho voltado para a valorização do feirante e preservação das feiras, pois entende que, “dessa forma está contribuindo para a geração de renda dessas famílias, melhorando um pouco a economia regional e, também contribui para que a cultura rural não caia no esquecimento”. O coordenador informou ainda que a cidade de Ituiutaba é uma das consorciadas ao Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro (CIDES) e Alto Paranaíba, que promoveu, em março de 2020, o primeiro seminário sobre feiras livres em Uberlândia-MG. Na ocasião, feirantes da cidade de Ituiutaba participaram do seminário buscando mais conhecimento sobre o funcionamento de uma feira livre.

Em consonância com a declaração do Coordenador das feiras em Ituiutaba-MG, Moraes e Araújo (2006, p. 244) declaram que a feira livre “constitui um espaço onde inúmeros sujeitos sociais urdem suas relações econômicas, sociais e culturais”. Em seus estudos acerca da Feira Livre da cidade de Caicó (RN), os autores consideram a feira como um espaço de conversas, tradições, encontros, transgressões, experiências, compras, vendas e permutas, de jocosidades, de performances corporais e orais, que se misturam e se dissolvem, na qual inúmeras pessoas efetuam as reproduções sociais e capitalistas das vidas sociais no âmbito dos espaços construídos.

Considerando todas as práticas que surgem no cenário da feira livre, Mascarenhas e Dolzani (2008) destacam a importância econômica das feiras para os pequenos municípios brasileiros, uma vez que a comercialização semanal, no varejo de produtos oriundos da própria região, movimenta a economia local.

Conforme retrata Catalão e Magrini (2017, p. 131), as feiras além do importante aspecto comercial, despertam a questão da socialização e valorização do indivíduo que compõe aquele espaço modificado:

A feira livre apresenta-se como permanência de práticas e costumes vinculados de maneira explícita à cooperação entre cidade e campo por meio da veiculação de produtos rurais necessários ao consumo urbano e que não estão incluídos no circuito formal de industrialização e comercialização. Isso proporciona também uma rede de sociabilidades mais informal e mais pessoal, muitas vezes ligando o pequeno produtor rural aos consumidores urbanos que, de outro modo, teriam poucas chances de se relacionar nos espaços públicos.

Através das bibliografias pesquisadas, da pesquisa de campo e dos passeios pelas feiras livres da cidade de Ituiutaba-MG, pode-se inferir que as feiras livres não se restringem somente a um espaço onde acontece uma aglomeração de pessoas anônimas em busca de realizar transações comerciais.

Partindo para uma abordagem cultural, podemos afirmar que as feiras se constituem em um grande cenário de expressões artísticas e culturais e é identificada neste espaço aspectos definidores de uma região e/ou localidade que evidenciam valores, costumes e formas de viver, laços de sociabilidade e convivência (SOUZA, 2012, p. 3).

Relendo o Diário de Campo, revejo anotações feitas em uma visita, na feira do bairro Junqueira e torna-se fácil vislumbrar a socialização e área de lazer formada em seu entorno, ao visualizar um bar, localizado estrategicamente em uma esquina na rua onde acontece a feira e está com suas mesas ocupadas no horário da mesma. Outro perspicaz empreendedor, percebendo uma oportunidade de renda, instala um pula-pula para chamar a atenção das crianças e está pronto um local direcionado ao lazer nas manhãs de domingo. Ali pais, mães, grupos de amigos e familiares que foram à feira param, conversam, encontram amigos e criam uma intensa rede de socialização englobando a feira, o lazer e a sociedade.

De acordo com Souza (2007, p.102), “a feira torna-se assim, um espaço de trocas, afabilidade e desfrute de pequenos vícios; é onde as conversas se multiplicam em anedotas e brincadeiras” que funcionam como um escape dos problemas do cotidiano, “é

um momento de descontração que permite recuperar o ânimo e criar coragem para recomeçar na segunda-feira.”.

A seguir apresenta-se a Feira do Sindicato, retratando a reprodução da agricultura familiar, a importância da mão de obra feminina nesse espaço laboral, a articulação do Sindicato para sua concretização e o sentido econômico e sociocultural da mesma, detalhando os resultados obtidos na pesquisa de campo.

4.2 A Feira do Sindicato na cidade de Ituiutaba - MG

A grande questão a ser resolvida, tanto na teoria quanto na prática, de acordo com Santos (2012), é a reorganização do espaço para que ele seja o caminho para a implantação das igualdades sociais e, simultaneamente, restabelecer uma consciência social na qual a desigualdade não prevaleça.

Partindo do pressuposto de que a reorganização espacial pode ser o fio condutor que viabilizará a integração entre os diferentes tipos que formam a sociedade, a agricultura familiar, notadamente, está inserida nessa reorganização ao intensificar as relações entre o campo e a cidade através da oferta de sua produção.

Para entender o processo de organização e as motivações que desencadearam no surgimento da Feira do Sindicato em Ituiutaba (MG), cidade que pertence à mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, realizou-se, inicialmente, uma entrevista com o então presidente deste sindicato, Sr. José Divino de Melo. A idealização da feira aconteceu quando Sr. José Divino de Melo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba, percebeu a dificuldade que seus associados encontravam na comercialização de sua produção e buscou resolver essa questão junto à Prefeitura Municipal que, todavia, não cooperou com a liberação de novos alvarás para que os agricultores pudessem participar das feiras existentes na cidade.

Diante da negativa da Prefeitura de incluir mais agricultores nas feiras tradicionais da cidade e em busca da reorganização do espaço e inclusão dos agricultores familiares, no circuito comercial/econômico da cidade, Sr. José Divino de Melo disponibilizou as dependências do Sindicato para que os agricultores comercializassem a sua produção.

Era o ano de 2014, quando o presidente do sindicato cedeu um terreno que já era patrimônio da Associação dos Trabalhadores Rurais, que estava ocioso, arcou com a construção de um barracão, lançando a feira que recebeu o nome de “Feira do Sindicato”

e que, acontece, desde então, toda sexta-feira, no período da tarde, ao lado da sede do Sindicato (conforme Foto 2).



Foto 2: Ituiutaba (MG): Fachada da Sede e do Barracão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba (área externa)
Fonte: Arquivo Pessoal (2021)

Naquele momento inicial, oito agricultores participavam da feira e atualmente são cinquenta e três agricultores que comercializam diversas mercadorias como artesanato, hortaliças, frutas, verduras, carne de porco caipira, aves, açúcar mascavo, doces, derivados do leite, farinhas e grãos, quitandas caseiras, salgados, pamonha, caldo de cana, licores e outras delícias produzidas por estes agricultores.

O Presidente do Sindicato informou, em entrevista concedida em 23 de abril de 2019, que o seu principal objetivo era solucionar o problema de escoamento de produção enfrentado pelo pequeno produtor rural filiado ao Sindicato e com a iniciativa, a boa aceitação pelos frequentadores e a perseverança dos agricultores/feirantes, a feira se fortaleceu e recebeu autorização de funcionamento pela Prefeitura do município, em agosto de 2014.

Dessa forma, percebe-se que houve uma significativa articulação sindical para a concretização da feira do sindicato, conforme a informação do Sr. José Divino de Melo (2020) que, desde sua inauguração, toda a logística para a realização da feira é coordenada pelo Sindicato que, em reuniões, com os agricultores, traçam objetivos, resolvem pendências, autorizam a inclusão de novos feirantes que, necessariamente, precisam ser sindicalizados e apresentarem documentação relativa ao Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF), documento este que qualifica a família desse trabalhador

rural a participar da feira do sindicato e, ainda ter acesso a políticas públicas voltadas ao setor.

A história de vida do presidente do Sindicato possui uma forte conexão com os agricultores filiados ao Sindicato. Ser filho de agricultores que, também, exerceram atividades como feirantes, tornou-se um dos fatores que o motivou a oferecer melhorias quanto à inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho através da idealização da feira do Sindicato. Em uma de suas narrativas sobre esse projeto evidenciou-se a qualidade e a segurança dos produtos ali comercializados.

Como preleciona Sr. José Divino de Melo (2020):

O agricultor colhe de manhã para vender aqui na parte da tarde. O queijo fresco... Ele faz [ele] na semana, traz meia cura e o do dia fresquinho. Com uma vantagem, o produto da agricultura familiar é praticamente sem agrotóxico, diferente do produto que vem de grandes escalas das grandes lavouras.

Através da direção do Sindicato, os agricultores familiares recebem, também, assessoria comercial para fixação de preços de acordo com o mercado, o que impede que preços abusivos ou abaixo do mercado sejam praticados no recinto, o que poderia prejudicar o empreendimento e afastar os fregueses. De uma forma geral, percebe-se que a união dos esforços do Sindicato e dos agricultores familiares têm surtido bons resultados, tanto que a feira, no período de 2014 a abril de 2019, ocorreu sempre às sextas-feiras, exceto em feriados importantes como Sexta Feira da Paixão, Natal e Ano Novo. Um novo horário foi estabelecido no dia 21 de maio de 2019, terça-feira, com início no final da tarde, estendendo-se até às 21 horas.

A ampliação de dias, no funcionamento da feira, segundo Sr. José Divino de Melo (2020), fez-se necessária, uma vez que a demanda tem sido boa e a oferta da produção, por dois dias na semana, irá beneficiar o agricultor familiar:

Para quem produz o quiabo, a alface, colher só uma vez por semana é pouco e, também, o pessoal do comércio reclama que trabalha o dia todo e quando sai do serviço e chega aqui, a feira já acabou. Então, vamos ficar até umas nove horas da noite, as pessoas produzem e o pessoal da cidade gosta de comprar esses produtos aqui quase sem agrotóxico.

Para o Sr. José Divino de Melo (2020), “o gargalo, o problema do agricultor, não está na sua capacidade produtiva; trabalhar todo mundo sabe, produzir todo mundo sabe. No entanto, tem a dificuldade da comercialização”. Confiante no potencial dos seus

associados e na agricultura familiar, relatou-nos que sonha com o dia em que Ituiutaba será sede de um centro de distribuição de produtos oriundos da agricultura familiar.

No seu entendimento, a cidade possui condições favoráveis, visto que “tem muita água, tem muita gente para trabalhar e com sua produção pode abrir um mini Ceasa aqui; mas, lamentavelmente não existe o incentivo do poder público municipal”, tanto em relação a questões econômico-financeiras, quanto na oferta de uma assistência técnica de forma contínua (Sr. José Divino de Melo, 2020).

De acordo com Ribeiro, Castro e Ribeiro (2004, p. 7), bem mais do que um espaço comercial, a feira cria uma atmosfera que proporciona longas conversas, oferece um ambiente descontraído, prazeroso e relata que muitas pessoas vão à feira passear “para comer pastel, ver amigos e conversar fiado”.

Vale destacar o uso do diário de campo, pela pesquisadora, ferramenta que auxiliou no registro das memórias relatadas a seguir. Conforme Cruz Neto (1994) este é um recurso de extrema utilidade em qualquer fase da pesquisa e que não deve ser menosprezado.

Nele diariamente podemos colocar nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas. O diário de campo é pessoal e intransferível. Sobre ele o pesquisador se debruça no intuito de construir detalhes que no seu somatório vai congrega os diferentes momentos da pesquisa. Demanda um uso sistemático que se estende desde o primeiro momento da ida ao campo até a fase final da investigação. Quanto mais rico for em anotações esse diário, maior será o auxílio que oferecerá à descrição e à análise do objeto estudado (CRUZ NETO; 1994, p. 63).

A afirmação de Cruz Neto (1994) pode ser comprovada conforme as anotações do nosso Diário de Campo (2020):

Em uma tarde de sexta-feira, com muito vento e clima seco, está acontecendo a Feira do Sindicato, na Praça da Rua Trinta e Seis, em Ituiutaba- MG. Percebem-se pessoas em grupos pequenos passeando, observando as barracas ali dispostas com suas mercadorias.

Encontros previstos e interjeições de surpresa. “Apareceu a margarida?” diz o/a feirante. “Não aguentava mais ficar trancado em casa! Vim dar um passeio, ver os conhecidos e tomar um café” (DIÁRIO DE CAMPO, 2020)

Em outra barraca as pessoas aguardam o término de mais uma fritada de pastéis, enquanto isso reclama da temperatura, fazem previsões sobre quando virá a chuva, tecem

comentários sobre a ausência de alguns feirantes e são informados pelo dono da barraca “ele é do grupo de risco, não pode fazer a feira”. Esses diálogos e situações foram vivenciados durante o trabalho de campo desta pesquisa e comprova o que Castro e Ribeiro (2004) percebem sobre o ambiente da feira livre pois, neste espaço as relações de amizade, preocupação com o próximo, de pertencimento a algum grupo, são perceptíveis através das brincadeiras, curtos diálogos e gestos observados.

O diário de campo lembrou-me ainda que na feira do Sindicato, durante visitas e conversas informais com os feirantes sobre o que poderia ser feito para aumentar o movimento no local, foi sugerido que o Sindicato trabalhasse com eventos culturais durante a feira (música, cordel, literatura, apresentação de forró, artesanato, banca de flores e plantas) pois, essas atrações culturais, se bem divulgadas, atrairiam público e, conseqüentemente, consumidores. Caso essas sugestões fossem postas em prática, a feira seria palco de trocas culturais e sociais, além de propiciar horas de lazer aos frequentadores.

O burburinho continua pelas feiras da cidade e, de maneira empírica, percebe-se que um maior movimento efetivo de vendas ocorre na primeira quinzena do mês, o que não influencia na quantidade de frequentadores nos demais dias. A feira consegue manter seu público, mesmo que venham para ver os conhecidos e dar um passeio. Essa percepção vai ao encontro à resposta dada pelo feirante 18, ao ser indagado, na feira do sindicato, se a renda por feira era satisfatória:

Óia, no começo do mês, começa pingá os pagamentos. Até que a gente ganha um dinheirinho. Depois do dia quinze é só festa. Eu veim porque nois já acostumou. Dá aquele dia tem que vir trabaia na feira. Aí aqui as veis vende muito pouco... mas diverte. Escuta uma piada ali, conta um caso lá, quando vê acabo o dia! Dinheiro num tem, mas distraiu a cabeça. O home precisa distrair também, num é só trabaio e dinheiro ne' não? (FEIRANTE 18, PESQUISA DE CAMPO, 2019).

A afirmação da feirante 18 é corroborada por Ribeiro et.al (2016, p.12), ao afirmar em seus estudos sobre as Feiras Livres do Jequitinhonha que: “Aos sábados, os feirantes animam um comércio urbano que tem seu auge quando os aposentados recebem seus pagamentos no início do mês, ou na época da festa do santo padroeiro no meio do ano”. Entende-se que as feiras livres em geral passam por oscilações de aumento e diminuição de movimento em função das datas de recebimento de pagamento e das festividades da igreja.

De acordo com Guimarães (2010), a função mercantil da feira livre coloca em segundo plano sua capacidade de manter e promover a cultura popular no seu meio. No entanto, o apelo social e cultural da feira se impõe afluindo a questão da identidade, da noção comunitária, da divulgação de diferentes costumes e possibilita os relacionamentos entre os diversos sujeitos que a compõem, proporcionando, assim, o despertar de uma consciência coletiva mais humanizada e unida. Em seu entendimento, a feira livre surge como “uma possibilidade de reafirmação da identidade do povo brasileiro, já que destaca os costumes e a cultura popular, promove troca de conhecimentos, resgate de valores e sensação de integração social” (GUIMARÃES, 2010, p. 1).

Essa afirmação corrobora o posicionamento de uma feirante, durante a pesquisa de campo, na feira do Sindicato, ao ser indagada se a renda como feirante era suficiente ou não para o sustento da família. Ela afirmou:

Minha filha, não tem como dar... o dinheiro é pouco. Sou aposentada e os filhos complementam minha renda e isso aqui, no meu caso, é só diversão. Moro sozinha, fiquei viúva, filhos todos casados, aqui encontro amigos, converso com os fregueses, rio. Ano passado terminei um curso de Teologia a distância; quando acabou, comecei a vir para a feira. Invés de ficar em casa sozinha com minhas dores, ter que depois fazer terapia, entrar em depressão, eu prefiro marcar um encontro com a alegria e, aqui estou, há mais ou menos um ano. (FEIRANTE 2, PESQUISA DE CAMPO, 2019).

Desta maneira, percebe-se que na feira acontece ainda a inclusão dos que se sentem solitários e vislumbram ali um local que, por certo espaço temporal, será socialmente valorizado, verão e serão vistos. Para Maluf (2008, p.78), “em cada sociedade, os espaços, ora relativos, ora absolutos, descrevem e acolhem os modos de vida, suas relações sociais, familiares, políticas e comerciais, assim como seus conflitos” Dessa forma, esclarecem “assim também as hierarquias sociais e de trabalho, as relações de gênero e os modos de expropriação e exclusão social que podem ser reproduzidos, reconhecidos e identificados pela hierarquia dos espaços”.

Para Mascarenhas e Dolzani (2008, p.83):

A reprodução social da cidade requer lugares para os excluídos da ordem dominante realizarem sua sobrevivência material cotidiana. Requer também espaços de sociabilidade para além do confinamento confortável das modernas opções de consumo.

Nesse contexto percebe-se que o espaço público onde acontece a feira livre torna-se palco da reprodução social dos agricultores familiares que nela atuam como feirantes e imprimem sua história de vida, sua cultura, seu conhecimento e sua tradição rural no espaço urbano.

Diante disso, fundamentado na pesquisa de campo e buscando atender o objetivo geral proposto desta pesquisa, apresenta-se, a seguir, a consolidação dos dados obtidos, bem como a análise e discussão sobre a importância desse grupo de agricultores familiares feirantes, da Feira do Sindicato para o município de Ituiutaba- MG.

4.3 Um olhar para a Feira do Sindicato a partir da Pesquisa de Campo

Como um importante espaço de comercialização dos produtos da agricultura familiar, as feiras livres são também espaços de socialização, identidade regional e cultural e de articulação política. Nas feiras há movimentação de produtos, pessoas, informações e cultura, numa dinâmica muito peculiar, que se misturam com a paisagem local (PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2017).

Para elaborar o perfil dos agricultores familiares feirantes foram entrevistados 47 sujeitos, de um total de 56, que trabalham no espaço da Feira do Sindicato, ou seja, a amostra é formada por mais de oitenta por cento da população atuante na feira, conforme informações a seguir. Cabe reafirmar que a proposta inicial era entrevistar todos os feirantes; porém, parte deles, ou seja, 09 agricultores familiares feirantes, não se disponibilizaram em participar. As justificativas para essas negativas foram variadas, destacando timidez, receio de perder a aposentadoria, perda de tempo e ainda receio de causar problemas com o sindicato.

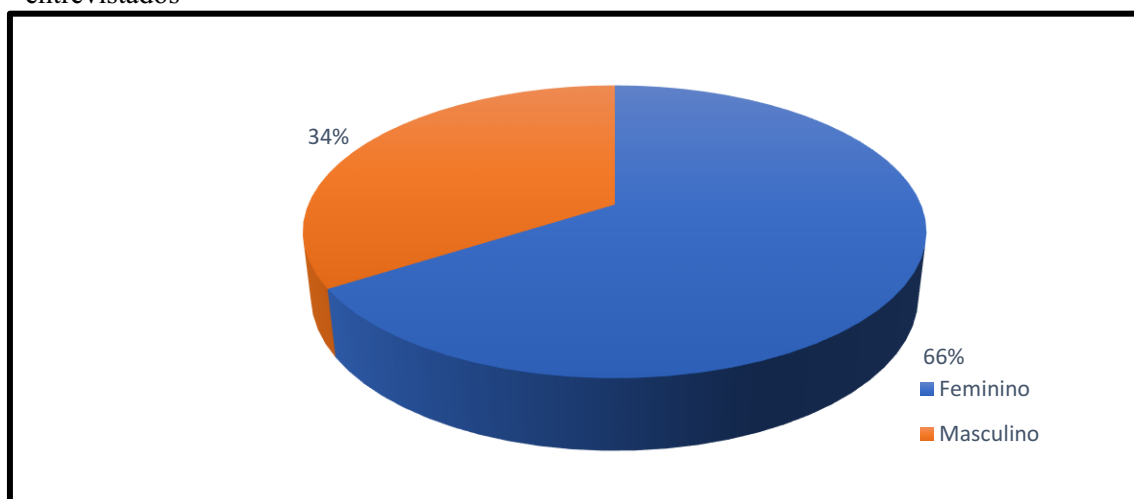
4.3.1 Retrato pessoal das famílias agricultoras na Feira do Sindicato

A fim de caracterizar o perfil pessoal dos feirantes foram coletadas informações sobre as variáveis referentes a gênero, idade, escolaridade, moradia urbana e rural; condição e modo de aquisição; extensão territorial e posse da terra; bem como a área explorada pela família; conforme os indicadores a seguir.

Inicialmente, conforme mostra o Gráfico 1, dentre os feirantes pesquisados, 66% deles são mulheres, enquanto 34% são homens. Por meio deste resultado percebe-se a força da mão de obra feminina no recinto da Feira do Sindicato.

Conforme relatam Morais e Hanashiro (2015), em seus estudos com feirantes que atuam na Paraíba, o ambiente laboral nas feiras livres torna-se propício para a entrada feminina nesse mercado, uma vez que lhe dá condições de acompanhar o marido como ajudante, outras vezes funciona como chance de manter os filhos pequenos por perto, bem como complementar a renda da família, através da autonomia em ter seu próprio negócio. A frequência de mulheres participantes na Feira do Sindicato corrobora o relato dos autores acima mencionados, uma vez que grande parte dessas mulheres são mães. Na Feira do Sindicato, as mulheres feirantes também relatam dentre as vantagens da profissão, a possibilidade que têm de trabalhar e acompanhar o crescimento dos filhos, repassando valores éticos e morais que acompanham o trabalhador.

GRÁFICO 1 – Ituiutaba (MG): Caracterização da amostra por gênero dos feirantes entrevistados



Fonte: Autora (2020)

De acordo com (GOMES, 2013; SILVEIRA et al., 2017), a participação feminina no mundo do trabalho formal se dá em diferentes áreas ou setores, mas acontece, também, em setores informais da economia. É crescente a presença de mulheres na comercialização de produtos populares em feiras livres, em grandes centros e no interior brasileiro. Essas feiras, ainda conforme os autores citados, funcionam como um canal de aquisição de alimentos, emprego e rotatividade da economia.

Os estudos de Ângulo (2003) revelam que a feira influencia na melhoria da vida tanto na renda familiar, quanto na socialização; a feira é um espaço que oferece oportunidades desde as condições de trabalho e sua organização, até a comercialização e a sua satisfação, bem como a inserção no mercado de trabalho. O autor reforça, ainda, no que concerne às mulheres feirantes, que o trabalho feminino tem muita importância na

venda e no preparo ou na produção e contribui com a renda financeira para o convívio familiar. Deste modo, atualmente a participação da mulher nas feiras tem se expandido e, com isso, a mulher vai construindo sua autonomia financeira.

Com base nos dados apresentados sobre a mão de obra da mulher feirante, entende-se que o seu trabalho como feirante começa bem antes do início da feira em si. As mulheres são as primeiras a se levantarem, por volta das duas horas da manhã, conforme relataram as feirantes que comercializam quitandas e cafés:

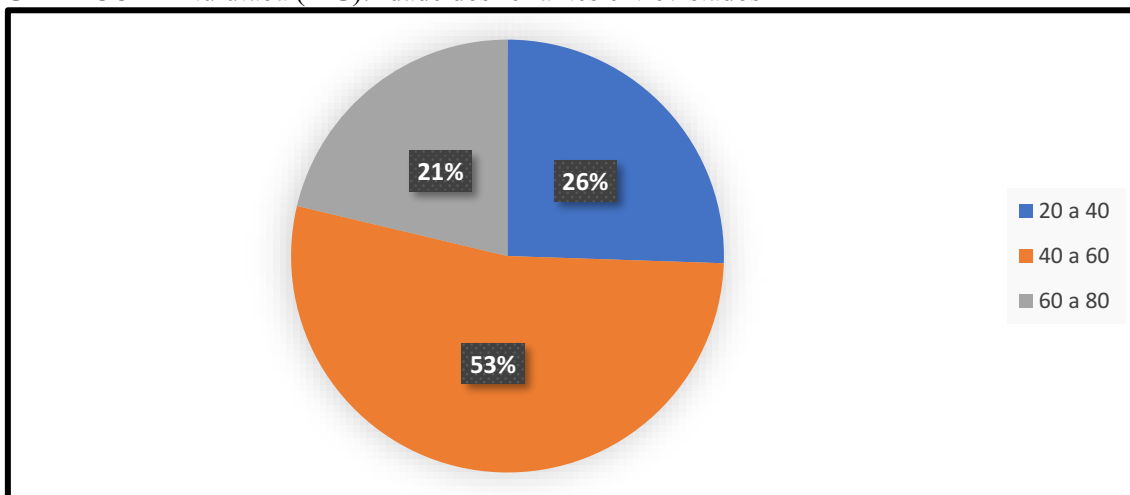
No dia de feira que começa pela manhã, levanto bem cedo; dependendo da variedade que vou trazer para a feira, levanto uma hora da manhã para assar o pão de queijo, o biscoito, bater a massa do bolo que precisa ser feita na hora, senão não presta (FEIRANTE 38, PESQUISA DE CAMPO 2019).

A importância da mão de obra feminina é corroborada por Anacleto; Coelho e Curvelo (2015, p. 3) que, em seus estudos na área litorânea do Paraná, informa que a economia da região tem sido beneficiada devido ao número expressivo de feiras na região. Nesse mercado as mulheres, de diferentes classes sociais, têm tido destaque como empreendedoras oferecendo diversificadas mercadorias e alterando a composição dos sujeitos feirantes que outrora era composta, em sua maioria, pelo sexo masculino.

Dessa forma, vale destacar que nessa atividade laboral, as mulheres conquistam seu espaço tornando-se independentes econômica, social e politicamente, mostrando sua força, uma vez que tal independência ainda não diminui sua carga tripla de trabalho, pois mesmo quando está desempenhando a função de mulher feirante, ainda é a responsável por tarefas e cuidados com a família.

O gráfico 2 apresenta a idade dos feirantes que atuam na feira do sindicato.

GRÁFICO 2 – Ituiutaba (MG): Idade dos feirantes entrevistados



Fonte: Autora (2020)

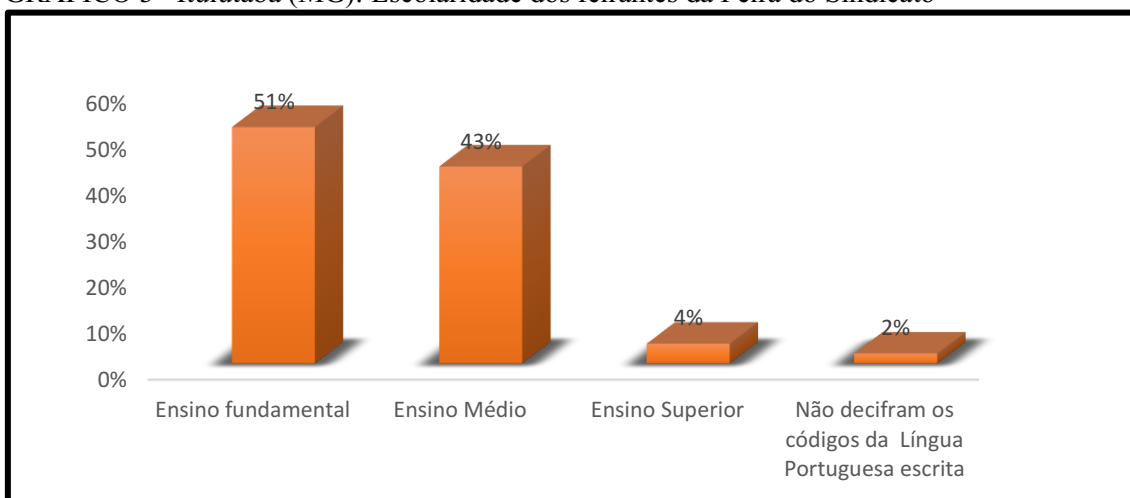
Ao abordar a faixa etária dos entrevistados, conforme mostra o Gráfico 2, demonstrou-se que um percentual de 26% está na faixa etária compreendida entre 20 e 40 anos, 53% entre 40 e 60 anos e 21% entre 60 e 80 anos.

Nos relatos de diversos feirantes, com maior faixa etária, o fato do trabalho na feira garantir um lucro certo no final do dia pode ser compreendido na fala da/do Feirante 31 “pouco ou muito, sempre rende algum no final do dia para comprar alguma coisa que as crianças precisam”, demonstrando o senso de responsabilidade. Guimarães (2004) corrobora com esta fala ao afirmar:

As faixas etárias mais elevadas que predominam podem ser explicadas pelo fato da maioria ser casada e com filhos, o que implica em ter maiores responsabilidades, e também pela inserção na atividade como um legado familiar, pelas fortes pressões do mercado de trabalho que se torna cada vez mais seletivo quanto à idade (GUIMARÃES, 2004, p.392).

No Gráfico 3 pode-se visualizar a escolaridade dos/das feirantes do Sindicato.

GRÁFICO 3 –Ituiutaba (MG): Escolaridade dos feirantes da Feira do Sindicato



Fonte: Autora (2020)

Quanto à escolaridade, os feirantes, em sua maioria, possuem apenas o Ensino Fundamental (51%), em seguida (43%) o Ensino Médio, (4%) o Ensino Superior, na área das Ciências Humanas e (2%) não decifram os códigos da língua portuguesa escrita⁶, conforme aponta o Gráfico 3.

⁶Termo utilizado em substituição a “analfabeto”, considerado um termo pejorativo.

Dessa forma, entende-se que uma parte significativa dos feirantes trilhou o caminho da escolarização mínima esperada no Brasil, que é o Ensino Médio, uma pequena margem que representa dois sujeitos investigados que concluíram o Ensino Superior tendo cursado Teologia e Administração de Empresas, sendo que a maioria possui somente o Ensino Fundamental.

Neste sentido, corroboram com os dados coletados Hofmann e Ney (2004, p. 57), ao afirmarem que “na agricultura a participação de pessoas com nível primário⁷ encontra-se praticamente estagnada em cerca de 45%, ao contrário das outras atividades em que ela vem diminuindo continuamente”. Um dos motivos para a estagnação pode ser compreendido através do relato de uma feirante que não teve oportunidade de concluir os estudos: No meu tempo de jovem, bastava assinar o nome e estava bom. Precisava ajudar na lavoura, fazer comida pros pião, casar logo. Até ia na escola, mais faltava do que ia...” (FEIRANTE 12, PESQUISA DE CAMPO, 2019).

A Tabela 1 aponta informações relativas ao local de residência do agricultor feirante.

Tabela 1 – Ituiutaba (MG): Informações relativas ao local de residência do agricultor feirante

Variável	Categoria	Frequência (n=47)	
		(f)	%
Localização da residência	Área Urbana	21	45
	Área Rural	26	55

Fonte: Autora (2020)

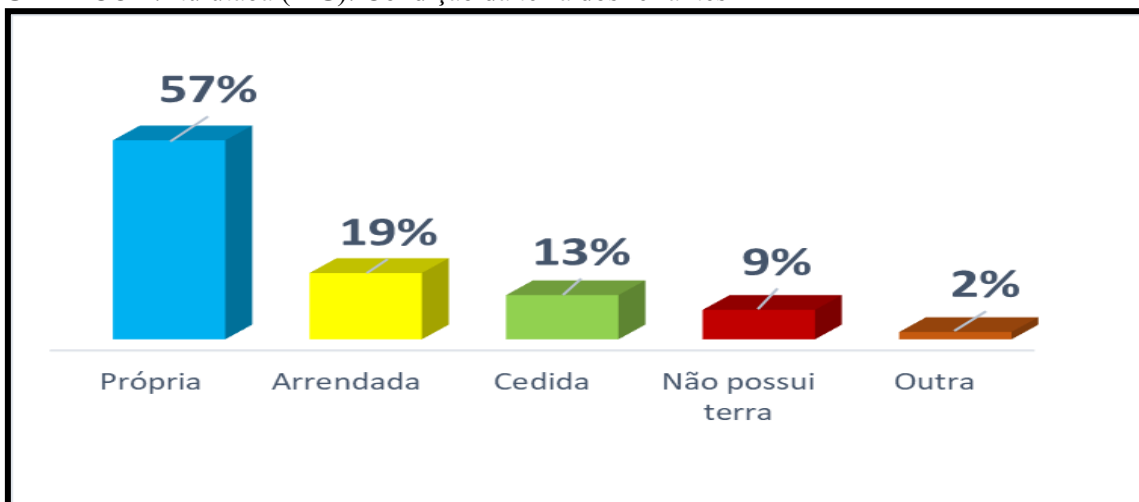
Na Tabela 1 são evidenciadas informações relativas à propriedade onde o agricultor reside. Conforme análise dos resultados, verifica-se que 55% dos entrevistados residem na área rural e 45% tem residência na área urbana e trabalham na zona rural. Durante o trabalho de campo, levantou-se a informação que dentre os 21 entrevistados que totalizam o percentual de 45% que residem na área urbana: 14 deles possuem casa própria, 05 residem em casa alugada e 2 em casa cedida.

Diante dessas informações, entende-se que o agricultor familiar atualmente encontra-se bem inserido no meio urbano e o fato de residir na cidade, ou no campo, não impede suas relações comerciais travadas no espaço da Feira do Sindicato.

⁷ Nível primário, atualmente denominado anos iniciais do Ensino Fundamental.

A seguir o Gráfico 4 aponta a condição da terra dos/as feirantes entrevistados/as.

GRÁFICO 4: Ituiutaba (MG): Condição da terra dos feirantes



Fonte: Autora (2020)

Os alimentos que abastecem a mesa das famílias brasileiras têm, em sua maioria, origem na agricultura familiar. Dessa forma, procurou-se conhecer qual a situação da terra utilizada para a produção desses alimentos pelos agricultores/ feirantes da Feira do Sindicato. Após análise das respostas, conforme retratado no Gráfico 4, constatou-se que entre o grupo entrevistado, 57% declararam-se proprietários da terra, 19% trabalham em terra arrendada, 13% trabalham em terra cedida por um familiar, ou até mesmo por um conhecido que, por algum motivo, está com a terra ociosa e ainda a posse de terra por usucapião que mostrou-se ser irrisória entre os entrevistados representando somente 2% da população.

Nesta variável pesquisada constatou-se que 9%, ou seja, quatro feirantes, não trabalham com a terra. Esta informação gerou controvérsia em relação à afirmação do presidente do sindicato que declarou, anteriormente, que “todo feirante que atua na feira do Sindicato é agricultor familiar”.

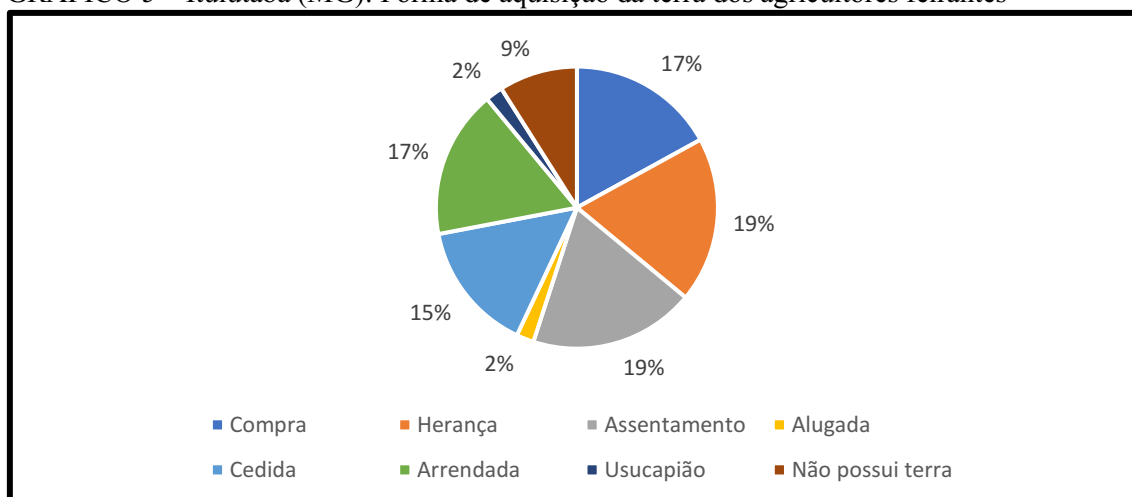
Diante desse impasse, buscou-se entender essa dinâmica em relação a esse pequeno grupo e buscando informações mais detalhadas sobre essa situação, chegou-se ao seguinte desfecho: uma feirante faz as quitandas e salgados (especificamente pizza) para comercializar na feira; um outro informou que fabrica doces secos e molhados, até compra os ingredientes de colegas feirantes e vende nas feiras em Ituiutaba; um terceiro

declarou que busca produtos de hortifruti⁸ na Central de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa), em Uberlândia-MG, para revender na feira; e, por último, o quarto feirante informou que compra produtos excedentes na região de Ituiutaba, de época, como por exemplo: alho, feijão verde, mexerica, pitaya, queijos e revende por toda a cidade, como vendedor ambulante, e faz como ponto certo, toda sexta feira, a Feira do Sindicato.

Todos os quatro feirantes declararam que possuem familiares ligados à agricultura familiar, mas que, diretamente, nunca trabalharam com a terra, com exceção da feirante que vende pizza, que disse ter morado muito tempo na fazenda quando era solteira e que ainda morava com os pais que eram empregados rurais. Dessa forma, fica configurado que não são agricultores familiares que atuam apenas como feirantes.

O Gráfico 5 mostra a forma de aquisição da terra dos agricultores feirantes.

GRÁFICO 5 – Ituiutaba (MG): Forma de aquisição da terra dos agricultores feirantes



Fonte: Autora (2020)

De acordo com o levantamento estatístico apresentado no Gráfico 5, pode-se verificar que dentre a somatória dos 55% proprietários de terras, há 26 agricultores ;17% declararam a compra da terra; 19% receberam a terra como herança e 19% adquiriram a terra através de assentamento. Os 45% restantes, isto é, 21 agricultores, foram distribuídos em: 17% de arrendatários, 15% trabalham em terra cedida, 9% não possuem terra, 2% que trabalham em terra alugada, e outros 2% detêm a posse da terra por usucapião.

A Tabela 2 aponta dados quanto à extensão de terra dos entrevistados, 72% possuem até 20 ha e 11% possuem de 21 a 50 ha; de 51 a 100, 4%; e, de 101 a 200, e de 201 a 500 ha, empataram em 2%, conforme pode ser verificado na Tabela 2. Cabe

⁸ Local em que são comercializados os produtos provenientes de hortas, geralmente, frutas, legumes, hortaliças etc. (Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/hortifruti/>. Acesso em 20 de agosto de 2020).

ênfatizar que os sujeitos pesquisados se encontram classificados como agricultores familiares, de acordo com a Lei nº 8.629/93.

Tabela 2 – Ituiutaba (MG): Extensão de terras dos agricultores feirantes entrevistados (em ha)

Variável	Categoria	Frequência (n=47)	
		(f)	%
Total de hectares da terra	Até 20 ha	34	72
	De 21 a 50 ha	05	11
	De 51 a 100 ha	02	4
	De 101 a 200 ha	01	2
	De 201 a 500 ha	01	2
	Não possui terra	04	9

Fonte: Autora (2020)

Na tabela 3 tem-se a extensão das áreas exploradas pelos agricultores entrevistados.

Tabela 3 – Ituiutaba (MG): Área explorada pelos agricultores feirantes entrevistados (em ha)

Variável	Categoria	Frequência (n=47)	
		(f)	%
Hectares explorados pela família	Até 20 ha	34	72
	De 21 a 50 ha	05	11
	De 51 a 100 ha	02	4
	De 101 a 200 ha	01	2
	De 201 a 500 ha	01	2
	Não possui terra	04	9

Fonte: Autora (2020)

Conforme a tabela 3, constatou-se que um grande percentual dos entrevistados, totalizando 72%, afirmou que exploram até 20 ha; 11% de 21 a 50 ha; 4% de 51 a 100; e os proprietários de áreas de 101 a 200 e de 201 a 500 ha declararam explorar toda a área, totalizando 2%. Vale ressaltar que 9% dos entrevistados declararam que não possuem terras. Portanto, as variáveis não se aplicaram a eles.

4.3.2 Perfil Profissional

A fim de caracterizar o perfil profissional dos feirantes foram coletadas informações sobre as variáveis referentes ao tempo na agricultura familiar, tempo de participação, periodicidade e presença de colaboradores, na Feira do Sindicato, bem como a existência de outros membros da família envolvidos com a agricultura familiar, conforme informações a seguir.

A Tabela 4 mostra o tempo dos/as feirantes na agricultura familiar.

Tabela 4 – Ituiutaba (MG): Tempo na agricultura familiar

Variável	Categoria	Frequência (n=47)	
		(f)	%
Tempo na agricultura familiar	Menos de 3 anos	04	8,5
	De 3 a 5 anos	05	10,6
	De 6 a 10 anos	08	17,0
	De 11 a 15 anos	00	0,0
	De 16 a 20 anos	15	31,9
	De 21 a 25 anos	03	6,4
	De 26 a 30 anos	03	6,4
	De 31 a 40 anos	01	2,1
	De 41 a 50 anos	02	4,3
	Acima de 51 anos	02	4,3
	Não é agricultor familiar	04	8,5

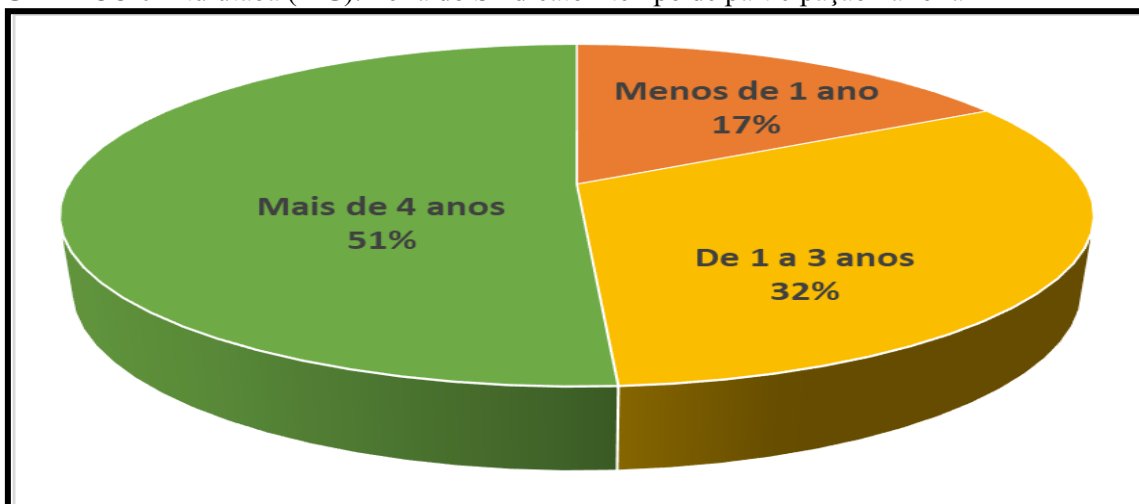
Fonte: Autora (2020)

Na questão relativa à atividade laboral do grupo pesquisado, através da variável tempo na agricultura familiar, foi identificado, e exposto na Tabela 4 que, em sua maioria 31,9% trabalham em regime de agricultura familiar de 15 a 20 anos; 17% contam de 6 a 10 anos; enquanto 10,6% dos entrevistados atuam de três a cinco anos; com menos de três anos de atuação totalizam 8,5%; 6,4% compreendem sua atuação de 21 a 25 anos, outros 6,4% de 26 a 30 anos; totalizando 4,3% apresentam como agricultores familiares sua atuação de 41 a 50 anos; outros 4,3% estão acima de 51 anos; observa-se, também, que, 2,1% dos/as feirantes entrevistados/as atuam de 31 a 40 anos. Mostra, ainda, a Tabela 4 que 8,5% dos/as entrevistados/as não são agricultores familiares.

Desta forma, percebe-se o valor desse regime de trabalho para esses agricultores através da constatação da permanência na mesma atividade, por um período acima de 10 anos, de um percentual de 55,4% dos/as feirantes entrevistados/as; enquanto 36,1% se encontram nesta atividade há menos de 10 anos de atuação. Neste contexto, a estatística apresentada reforça a importância da agricultura familiar ao demonstrar que ela é um setor atrativo haja vista a longa permanência na mesma atividade, bem como o interesse de inclusão de novos agricultores.

O Gráfico 6 retrata o tempo de participação dos/as entrevistados/as na Feira do Sindicato.

GRÁFICO 6 –Ituiutaba (MG): Feira do Sindicato - tempo de participação na feira

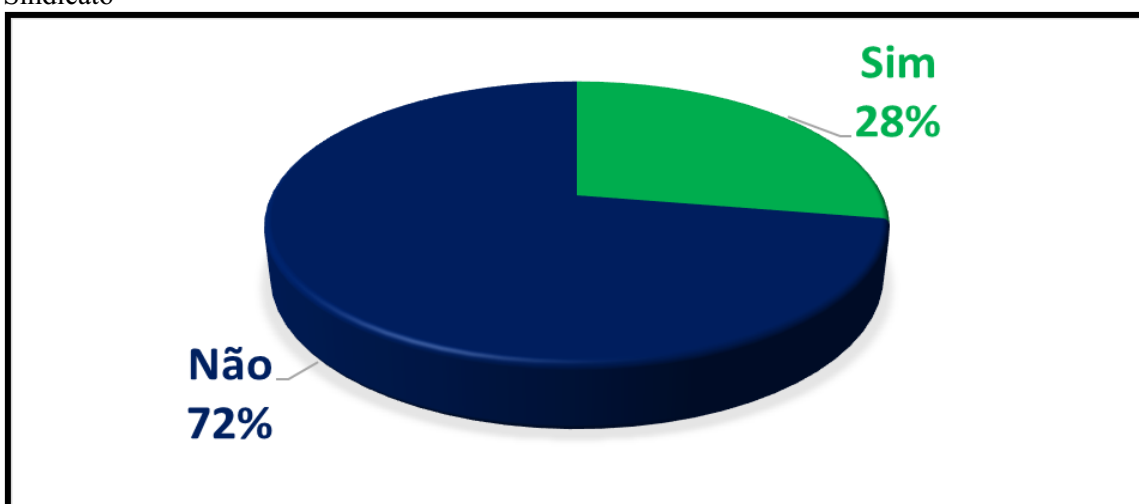


Fonte: Autora (2020)

No que tange ao tempo de participação na Feira do Sindicato pode-se evidenciar, conforme o Gráfico 6, que os agricultores atuantes há mais de quatro anos na feira totalizam 51%, os que atuam de 1 a 3 anos são 32% e 17% a menos de 1 ano. Deste modo entende-se que a maioria dos agricultores familiares que ali exercem a atividade de feirante, se faz presente neste espaço desde sua inauguração.

A seguir, o Gráfico 7 mostra a participação dos/as feirantes, semanalmente, no espaço do Sindicato.

GRÁFICO 7 – Ituiutaba (MG): Participação dos feirantes dois dias por semana no espaço do Sindicato



Fonte: Autora (2020)

Conforme os dados apresentados no Gráfico 7, tem-se que 72% dos/as feirantes participam somente uma vez na semana (na sexta-feira), enquanto a minoria, que representa 28%, participam nos dois dias da semana (na terça-feira e sexta-feira).

Quanto à participação dos feirantes, em relação à proposta de aumento dos dias da Feira do Sindicato, demonstra que apesar do entusiasmo do presidente do Sindicato por esta expansão, na prática a adesão por parte dos feirantes não foi a esperada. De acordo com o Diário de Campo (2019), evidenciou-se que a logística, a forma e o manuseio da produção, ainda artesanal e com pouca mão de obra disponível, tornaram-se inviáveis, sendo que parte dos/as feirantes residem na área rural, com distâncias de até 50Km, tanto os gastos com seu deslocamento, em mais uma vez na semana, com combustível, desgaste do veículo, bem como a disponibilidade do tempo dos/as feirantes, não ofereciam retorno financeiro compensatório a estes feirantes. Outro fator negativo se deve às sobras de mercadorias, uma vez que, por não ser costume ter a feira nesse novo dia, a freguesia não estava comparecendo como se esperava. Na Tabela 5 pode-se visualizar o número de colaboradores dos/as feirantes na Feira do Sindicato, em Ituiutaba-MG.

Tabela 5 – Ituiutaba (MG): Feira do Sindicato - colaboradores dos feirantes

Variável	Categoria	Frequência (n=47)	
		(f)	%
Pessoas que colaboram na feira	Não tem colaborador	14	29,8
	Esposo (a)	20	42,6
	Irmão (ã)	01	2,1
	Filho (a)	06	12,8
	Neto (a)	04	8,5
	Sobrinho (a)	01	2,1
	Funcionário (a)	01	2,1

Fonte: Autora (2020)

Com a análise dos dados relativos às pessoas que colaboram com os agricultores na feira, infere-se que o espaço cedido pelo Sindicato funciona como um canal que agrega valores aos significados de agricultura familiar, ao demonstrar que 42,6% dos colaboradores são os cônjuges dos feirantes, enquanto 12,8% contam com a participação dos filhos. Por outro lado, 29,8% não contam com a ajuda de colaboradores, conforme a percepção da pesquisadora, devido à falta de interesse dos familiares da atividade em questão.

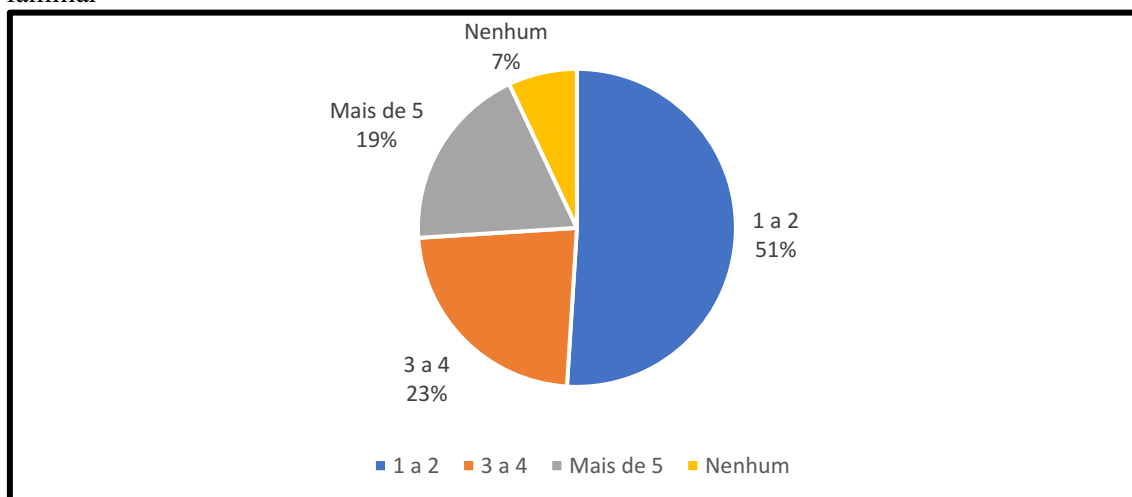
A motivação para o desinteresse dos filhos e jovens nas atividades do/a feirante/agricultor/a familiar pode ser entendido por meio da análise apresentada:

Compreende-se que a falta de avanços tecnológicos na agricultura de pequeno porte, a expansão das indústrias para o ambiente rural e os melhores acessos à educação e transporte, permitiram novas oportunidades para estes jovens, garantindo renda e tornando-os mais independentes (BARTH et al., 2016, p. 273).

Desta forma, os jovens estão buscando outras áreas no mercado de trabalho e, muitos deles, ainda em formação acadêmica e profissional, consideram a atividade de feirante digna; porém, enxergam tal atividade como serviço braçal e difícil e, diante das novas oportunidades, traçam outros caminhos.

A seguir o Gráfico 8 traz uma mostra do envolvimento familiar com a agricultura.

GRÁFICO 8 – Ituiutaba (MG): Feirantes que possuem familiares que trabalham com agricultura familiar



Fonte: Autora (2020)

Os dados obtidos referentes aos familiares que trabalham com a agricultura familiar mostraram que existe uma gama significativa de membros, dentro da família dos entrevistados, que exercem atividades ligadas ao regime de agricultura familiar, uma vez que 51% dos entrevistados possuem de um a dois membros da família que trabalham em regime de agricultura familiar e 23% possuem de três a quatro membros; enquanto 19% possuem mais de cinco membros na família ligados ao trabalho com agricultura familiar.

Desta forma, entende-se a importância da agricultura familiar para o grupo pesquisado, pois conforme o Gráfico 8, nota-se o envolvimento de grande parte dos membros da família nesta atividade laboral, ao constatar que somente 7% dos feirantes não possuem familiares trabalhando neste regime de agricultura.

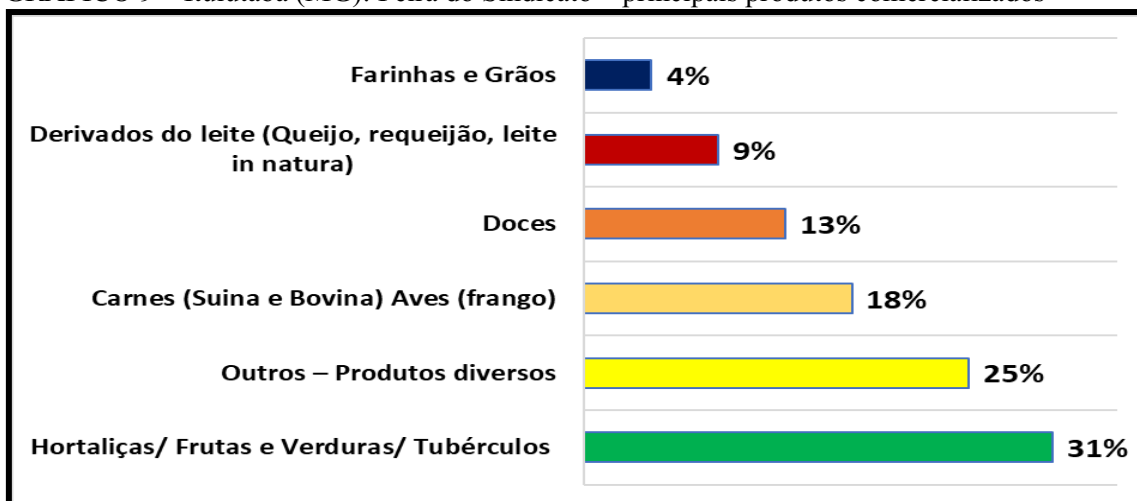
4.3.3 Dados sobre produção e comercialização

De acordo com Andrade (2004), entende-se que a agricultura familiar é o manejo da terra, por pessoas de uma mesma família, que têm como objetivo principal garantir alimento suficiente para sua família e para o consumidor interno no Brasil. Partindo dessa constatação, buscou-se categorizar a produção diversificada dos feirantes agricultores que utilizam a Feira do Sindicato como um canal de distribuição.

Buscando um entendimento de como acontece a produção e seu escoamento, foram discutidas as seguintes variáveis: produção e comercialização dos produtos, conforme descrição abaixo.

No Gráfico 9 visualizam-se os principais produtos comercializados na Feira do Sindicato de Ituiutaba-MG.

GRÁFICO 9 – Ituiutaba (MG): Feira do Sindicato – principais produtos comercializados



Fonte: Autora (2020)

No Gráfico 9 foram destacados os principais produtos comercializados na feira e os dados revelaram que os agricultores familiares/feirantes expõem no espaço do sindicato uma diversidade de mercadorias produzidas por sua unidade familiar, o que favorece o “problema do escoamento de produção enfrentado pelo pequeno produtor rural filiado ao Sindicato”, como relatado por Sr. José Divino de Melo (2020).

De acordo com Silvestre, Ribeiro e Freitas (2011), a feira livre apresenta-se ao agricultor familiar como um caminho, no qual as facilidades para entrar no mercado representam baixo custo e proporcionam “mecanismos que promovem a inserção de parcela da população rural e urbana nos circuitos de trocas”. Dessa forma, entende-se a importância da agricultura familiar, tanto para o escoamento da produção, como para a

continuidade da reprodução das atividades familiares na região, melhorias na movimentação da economia local, pois, de acordo com o Feirante 29: “Tem dias que a gente traz a mercadoria, vende tudo e no final do dia faz a compra do mês no supermercado, acontece de a gente vir só, praticamente, trocar a mercadoria”.

Por outro lado, a diversidade de oferta também possibilita a concorrência, principalmente em relação à qualidade dos produtos, visto que para manter-se em um mercado onde existe concorrência, faz-se necessário ofertar bons produtos e existe, ainda, a preocupação em coibir a prática de preços abusivos ou abaixo do mercado, que poderiam, segundo Sr. José Divino de Melo (2020), prejudicar o empreendimento e afastar os fregueses.

São comercializados noventa e um tipos de produtos pela população entrevistada. Dessa forma, percebe-se que a mesma mercadoria é vendida por diversos feirantes. Os resultados obtidos mostraram que 31% comercializam hortaliças, frutas e verduras/tubérculos; 25%, produtos diversos como pamonhas, salgados, quitandas e licores; 18% apontaram a comercialização com carnes (suína e bovina) e aves (frango); os doces totalizaram 13%; os derivados do leite, 9%; e 4% comercializam farinhas e grãos, conforme (Fotos 3, 4 e 5).



Foto 3: Ituiutaba (MG): Mostra da diversificação de mercadorias comercializadas na Feira do Sindicato.

Fonte: Arquivo Pessoal (2021)



Foto 4: Ituiutaba (MG): Mostra da diversificação de mercadorias comercializadas na Feira do Sindicato.

Fonte: Arquivo Pessoal (2021)



Foto 5: Ituiutaba (MG): Mostra da diversificação de mercadorias comercializadas na Feira do Sindicato.

Fonte: Arquivo Pessoal (2021)

4.3.4 Perfil Econômico: Renda e Financiamento

Investigando o resultado econômico das famílias que trabalham na Feira do Sindicato, visando entender se o lucro alcançado atende às suas necessidades, foram abordadas as seguintes variáveis relacionadas às atividades comerciais ali praticadas: rendimento diário e mensal, adesão a financiamentos e grau de satisfação com os rendimentos alcançados.

Segundo Carvalho e Grossi (2019, p. 233), a feira direcionada para a agricultura familiar funciona como uma eficiente maneira de aumentar a renda para essas famílias, uma vez que “permite a comercialização dos produtos com valor agregado, levando em consideração os aspectos culturais, sociais e econômicos.”

A tabela 6 demonstra o resultado financeiro de um dia do feirante na feira do sindicato de Ituiutaba- MG.

Tabela 6 – Ituiutaba (MG): Rendimento por dia de feira dos entrevistados

Variável	Categoria	Frequência (n=47)	
		(f)	%
Rendimento/lucro semanal exclusivo da feira	Menos de 100 reais	04	9
	De 101 a 300 reais	23	49
	De 301 a 500 reais	14	30
	Mais de 501 reais	06	13

Fonte: Autora (2020)

Avaliando-se os resultados obtidos, conforme Tabela 6, com a atividade na Feira, percebe-se que o rendimento declarado pela maioria dos feirantes, por feira/dia, oscila entre cento e um e trezentos reais (49%); de trezentos e um a quinhentos reais (30%); (9%) declararam que recebem menos de cem reais; e (13%) informaram que faturam mais de quinhentos e um reais/dia.

Durante as conversas com os feirantes nota-se que o rendimento diário, o lucro obtido, faz parte de um ciclo rotativo. Às vezes, gasta-se ali mesmo, comprando produtos de algum feirante vizinho que tenha uma mercadoria específica e diferente da sua produção. Dependendo do dia do mês, geralmente no início, faz-se “a feira mensal” como eles se referem à compra nos supermercados.

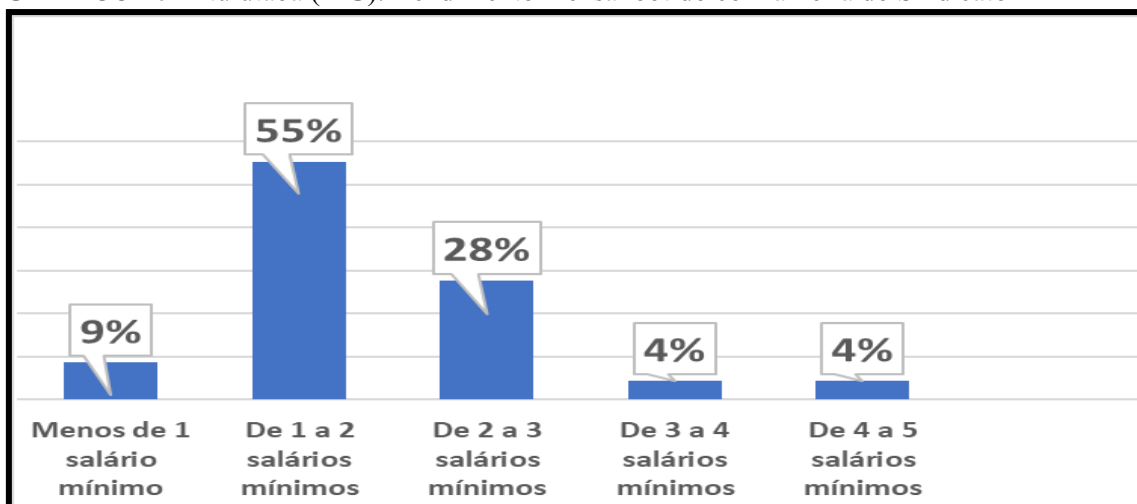
Existe ainda a preocupação de reservar uma parte para adquirir um bem com valor mais alto como eletrodomésticos, eletroeletrônicos ou mesmo um item utilizado na produção de sua mercadoria, conforme informação abaixo:

Todo dia eu guardo uma parte do que ganhei na feira, pelo menos cinquenta reais, não pode ser menos. Junto durante o mês, porque inventei de comprar uma máquina que sova a massa do pão de queijo... da rosca. É muito boa, me ajuda muito, mas todo começo de mês tenho que pagar a parcela. Graças a Deus está acabando...falta só três (FEIRANTE 38, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Analisando os aspectos relacionados ao rendimento financeiro, na realidade pesquisada, percebe-se que o Sindicato poderia oferecer cursos de qualificação que poderiam auxiliar na administração do empreendimento na feira.

Quanto ao rendimento mensal obtido com a Feira do Sindicato, este pode ser visualizado no Gráfico 10.

GRÁFICO 10 – Ituiutaba (MG): Rendimento mensal obtido com a Feira do Sindicato



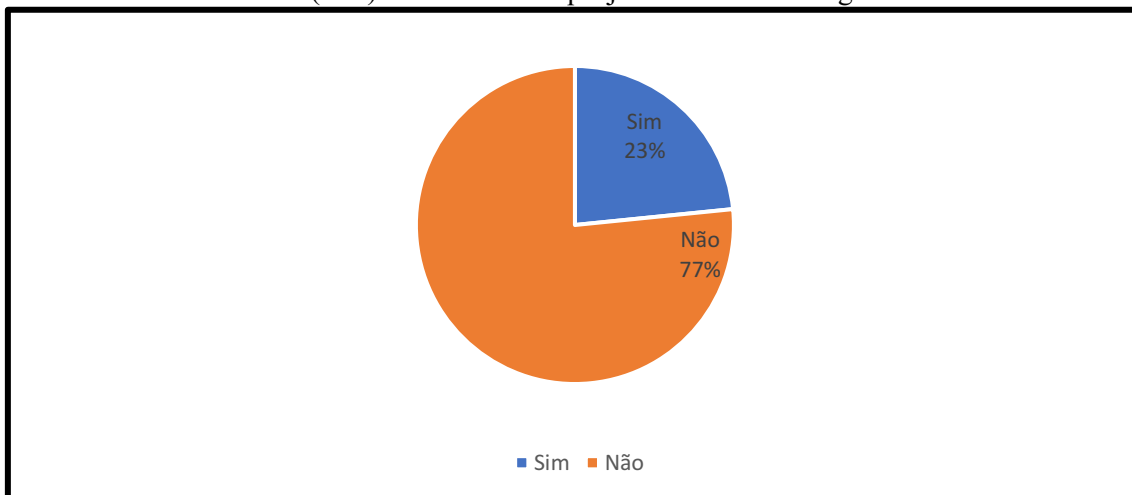
Fonte: Autora (2020)

Elevando essa proporção para uma escala mensal, nota-se que conforme o Gráfico 10, 55% possuem o rendimento de 1 a 2 salários mínimos, 28%, de 2 a 3 salários mínimos, 9%, informaram ganhar menos de 1 salário mínimo mensal, 4% informaram que possuem rendimento mensal de 3 a 4 e outros 4% conseguem um rendimento mensal de 4 a 5 salários mínimos. Nenhum feirante declarou obter renda acima de cinco salários mínimos.

Observando essa variável de rendimento percebe-se que os feirantes que conseguem angariar de 3 a 5 salários mínimos mensais são aqueles que comercializam aves e carnes (suínas), produtos com um valor comercial mais alto e, também, no caso da feirante que vende guariroba pré-cozida e compota de frutas prontas para finalização (só levar ao fogo e colocar o açúcar), oferecendo praticidade e facilitando o manuseio para os fregueses; esse diferencial adiciona um maior valor agregado ao produto, rendendo maior lucratividade ao feirante.

O Gráfico 11 traz uma mostra dos entrevistados/as que já fizeram uso de financiamento.

GRÁFICO 11 – Ituiutaba (MG): Entrevistados que já fizeram uso de algum financiamento



Fonte: Autora (2020)

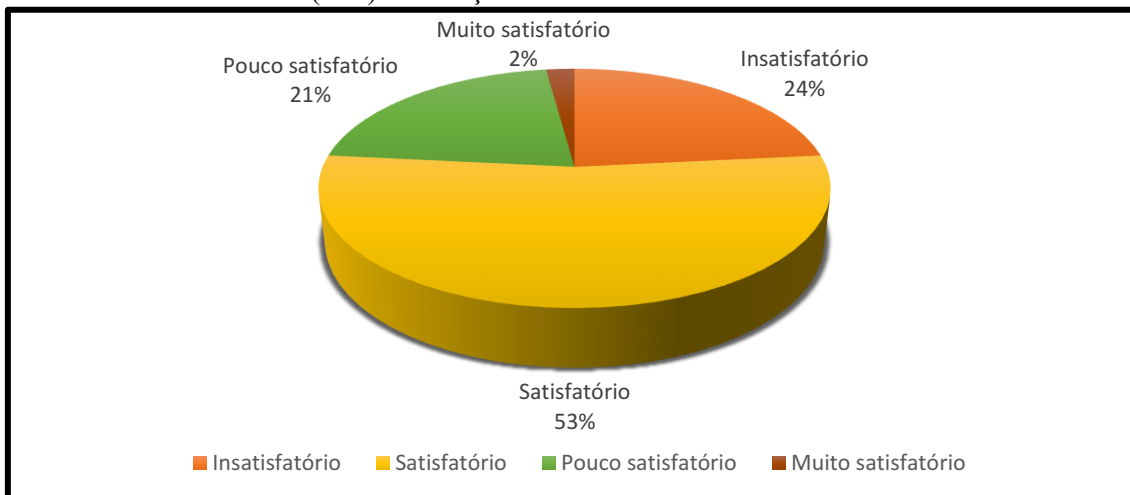
Buscando compreender como o grupo entrevistado lida com as situações que envolvem financiamentos ofertados pelas instituições bancárias formais, procurou-se saber se eles já realizaram algum tipo de financiamento para investir na terra em que trabalham. De acordo com o Gráfico 11, comprovou-se que a maioria dos entrevistados, com uma margem de 77%, nunca realizaram esse tipo de transação bancária, enquanto 23% declararam que sim, já recorreram a algum tipo de financiamento.

Esta informação reforça a importância do Pronaf para a agricultura familiar, uma vez que ainda que poucos membros do grupo entrevistado, onze no total, tenham realizado algum tipo de financiamento, nove dessas famílias utilizaram a linha de financiamento do Pronaf, além de outros dois que utilizaram outras linhas de crédito, sendo estas o Sicoob – Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil e a Coopercitrus - Cooperativa de Produtores Rurais, que possuem unidades instaladas na cidade de Ituiutaba.

A baixa adesão a financiamentos voltados para a agricultura familiar, conforme Lima, Medeiros e Silva (2019, p. 21), deriva de diferentes empecilhos, desde restrições cadastrais junto aos órgãos de proteção ao crédito “...à exclusão bancária e o racionamento do crédito. Há uma parcela da população que não possui relacionamento bancário ou, quando o possui, não consegue financiamentos pela questão da disponibilidade de crédito para sua faixa de renda”.

O Gráfico 12 pode-se visualizar a avaliação dos feirantes sobre o rendimento financeiro.

GRÁFICO 12 – Ituiutaba (MG): Avaliação dos feirantes sobre o rendimento financeiro



Fonte: Autora (2020)

Os resultados obtidos no Gráfico12 mostraram a forma como os feirantes entrevistados avaliaram seu rendimento financeiro. Assim, 2% dos feirantes avaliou seu rendimento financeiro como muito satisfatório; 21% pouco satisfatório; 24% insatisfatório; e 53% satisfatório.

Desta forma, a maioria avalia o rendimento financeiro como satisfatório, em sintonia com o discurso do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba (2020): “Graças a Deus tá dando certo; tem agricultor aí que agora já precisa de um ajudante. Vem causando diferença na vida dessas famílias que trabalham com a agricultura familiar”.

4.3.5 Um olhar do feirante sobre a feira

Durante a pesquisa de campo, com o intuito de entender o significado social do trabalho como feirante, isto é, qual a sua percepção e seu sentimento em relação à valorização, ou não, de sua atividade pelos frequentadores da feira, sobre sua permanência ou mudança de atividade, baseada no entendimento de estar, ou não, satisfeitos com a atividade e qual o sentimento em relação à sucessão da atividade através dos filhos, se gostariam que dessem continuidade ou repudiam essa ideia. Dessa maneira, pretende-se entender como essas questões afetam as relações de socialização naquele espaço de produção.

Corroborando com o objetivo proposto, Cruz Neto (1994) informa que conhecer a realidade dos pesquisados através da imersão no seu dia a dia é uma técnica que pode gerar um rico material humano, conforme relata:

O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real. (CRUZ NETO; 1994, p. 59)

Manter-se ocupado e desenvolver uma atividade é um comportamento enraizado em nosso cotidiano e significa mais do que garantir um salário ou algum rendimento monetário. Desta forma, no discurso dos/as entrevistados/as, percebeu-se que grande parte deles/as, 81%, sentem-se recompensados ao final do dia de trabalho e que, uma minoria de 19% sente-se aliviados ao término de mais um dia de trabalho.

Observando o trabalho dos feirantes, na prática, pode-se inferir que o grande índice de recompensa por mais um dia de árduo trabalho é percebido de diferentes maneiras. Uns agradecem por terem como sustentar suas famílias, outros alegam que o dia na feira é um evento, ali esquecem problemas, se socializam, aprendem sempre algo novo com os colegas de banca ou mesmo com a freguesia. Tomam conhecimento das questões políticas, dos acontecimentos em Brasília, do preço da arroba do boi, enfim, sentem que fazem parte de um mundo cheio de informações e contatos, diferente dos dias de trabalho no campo onde, muitas vezes, a interação com outras pessoas restringe-se somente aos familiares.

Quanto ao fato de a minoria declarar que se sente aliviada ao término de mais um dia de trabalho, em um primeiro momento passa a impressão de que eles não gostam da atividade exercida; porém, com o passar dos dias, com uma convivência mais estreita, após conversas e observação, durante a pesquisa de campo, percebe-se que outros fatores interferem como dificuldade de locomoção até o espaço da feira, todo o trabalho realizado antes do momento da feira, como no caso das mulheres que comercializam quitandas, dos vendedores de hortaliças e dos vendedores de aves que fazem o abate na madrugada para que o produto chegue “fresquinho”⁹ para o consumidor, que são variáveis que sobrecarregam o trabalho desses agricultores. Portanto, entende-se o motivo de declararem alívio ao final do dia. Sendo assim, torna-se possível enxergar os sentimentos de recompensa e alívio dos entrevistados que constituem esse espaço urbano (a feira)

⁹ “Fresquinho” é um termo utilizado pelos feirantes para dizer que os produtos são de boa qualidade.

permeado pelos produtos alimentícios produzidos no espaço rural nas falas transcritas abaixo.

Quando termina a feira agradeço a Deus, a recompensa do trabalho é saber que tenho como comprar as coisas pra família. Saio daqui e vou logo ao supermercado, tenho como fazer um agrado para um filho, comprar uma botina, então é muito bom. Ficar em casa descansando é bom também, mas, é aquele ditado: não enche barriga de ninguém (FEIRANTE 12, PESQUISA DE CAMPO, 2019).

Eu me sinto recompensado, o trabalho é uma graça. Quanta gente que não tem um emprego por aí... (FEIRANTE 25, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Nossa, dá um alívio pensar que está acabando a feira. No dia de vir fazer a feira levanto às duas e meia da madrugada para assar as encomendas, preparar as quitandas, de tarde estou um caco.... É um alívio quando acaba tudo. (FEIRANTE 36, PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Analisando a fala da Feirante 36, percebe-se a dificuldade enfrentada em relação ao processo produtivo que ela desempenha para colocar sua produção no mercado. Neste contexto, Cruz et al. (2019, p.15) relaciona a boa qualidade à maneira tradicional de manuseio e elaboração dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, e afirma ser essa “a principal característica desse sistema que combina o costume alimentar com cultura e identidade”. Os autores esclarecem ainda que cabe ao Estado promover políticas públicas para facilitar “o acesso à assistência técnica, capacitação, uso de tecnologias e meios que possam aperfeiçoar as técnicas de produção” (CRUZ et al., 2019, p. 15).

Em sequência, foi questionado se consideram sua atividade na feira valorizada pelos frequentadores. Assim, eles apresentaram suas percepções com uma considerável diversidade de informações e nota-se que a maioria dos feirantes, isto é, 81% deles, se sentem valorizados, enquanto 19%, não se sentem valorizados pelos seus fregueses, como relatam nas declarações transcritas:

Sim, meus clientes são pessoas maravilhosas (FEIRANTE 4, PESQUISA DE CAMPO 2019).

Sim, senão não voltariam e até fora da feira quando me encontram, falam comigo, cumprimentam. Acredito na sinceridade dos que compram na minha mão (FEIRANTE 12, PESQUISA DE CAMPO 2019).

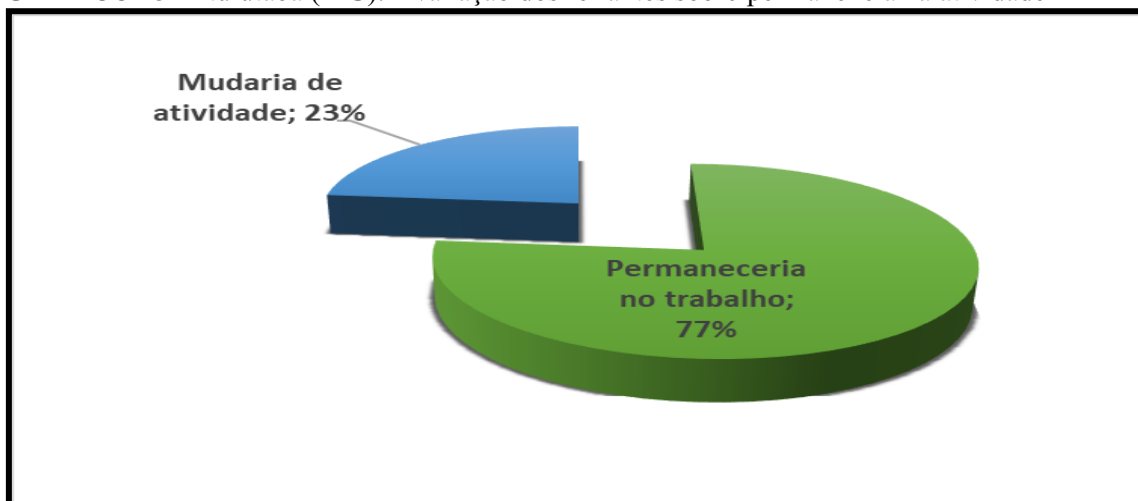
Sim, quando acontece da gente faltar uma semana eles perguntam o que foi, porque não vim... E fazem aquela festa. Muita gente que vem aqui já morou na fazenda, sabe o quanto é difícil o serviço lá (FEIRANTE 20, PESQUISA DE CAMPO 2019).

Mais ou menos, na realidade eles gostam dos produtos só que não sabem como é a rotina de trabalho antes da feira, não conhece o custo da produção e, talvez, nesse sentido, não valoriza o produto. Acha que tá caro. Por exemplo, o custo para abater um animal (porco) caipira é muito mais alto do que a produção de um porco de granja. Mas na hora de comer eles sabem ver a diferença (risos). Então, nisso, eu acho pouco valorizado nosso trabalho. (FEIRANTE 15, PESQUISA DE CAMPO 2019).

Desta maneira, entende-se que a feira é um espaço democrático, marcado por cortesias e também por discordâncias, próprias de relacionamentos no local de trabalho, onde o espaço está em constante reprodução pelos sujeitos que o ocupam.

O Gráfico 13 apresenta a intencionalidade de permanência ou não na atividade de feirante.

GRÁFICO 13 – Ituiutaba (MG): Avaliação dos feirantes sobre permanência na atividade



Fonte: Autora (2020)

Ao indagar aos entrevistados se caso pudessem escolher, se permaneceriam ou mudariam de atividade, entende-se que conforme o Gráfico 13, em relação à permanência na atividade de feirante, 77% declaram que sim, permaneceriam na atividade, ao passo que 23%, se pudessem, mudariam de atividade.

Divergentes opiniões foram registradas sobre essa variável e, dentre elas, os que consideram ser uma vida difícil, como relata a Feirante 32: “se pudesse mudava de serviço sim. Aqui com chuva ou com sol, tem que vir senão não entra o dinheiro..., mas, fazer o quê? Sem estudo a gente não consegue nada; agora passou da hora”.

Com outra visão sobre a atividade exercida, os Feirantes 16 e 22 permaneceriam no trabalho, conforme relatos abaixo:

Nunca pensei em deixar a feira. Aqui a gente se distrai, têm os amigos, as brincadeiras... Às vezes, chega até meio emburrado por conta de algum problema com a família, aí vai passando um, passando outro, quando você vê está rindo... Aquele problema foi esquecido, sem contar o ganho do “faz-me-rir”¹⁰ que não dá pra ficar sem, né não? Quem vive sem o “din-din”¹⁰? (FEIRANTE 16, PESQUISA DE CAMPO 2019).

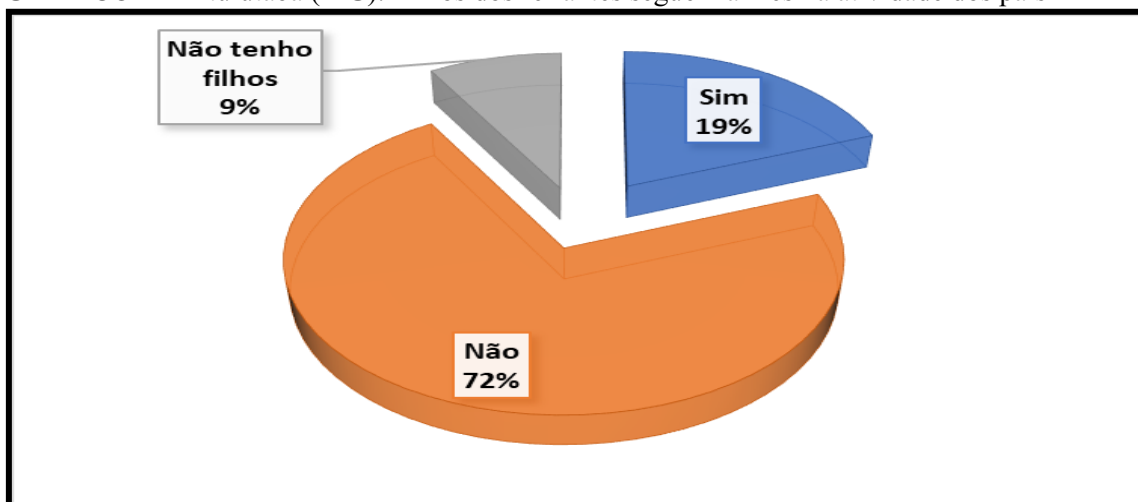
Olha, eu gosto de mexer com a horta. Passei toda minha vida na roça; não penso em mudar não. Antes ajudava o pai, hoje ajudo o marido e, assim, vamos em frente. É muito bom ver a terra revirada, jogar as sementes e depois ver a brotação. Dá muito trabalho, é verdade, mas não tem nada fácil mesmo, né? (FEIRANTE 22, PESQUISA DE CAMPO 2019).

Através das conversas e observações durante o trabalho de campo, entende-se que a vivência dessas experiências e sentimentos retratados, no dia a dia, moldam e caracterizam a personalidade/identidade de um grupo de trabalhadores unificados como parte de um mesmo grupo social.

O Gráfico 14 apresenta informações sobre a sucessão dos filhos na atividade de agricultor familiar/feirante.

Considerando tratar-se a pesquisa do tema sobre a agricultura familiar, torna-se inevitável o entendimento de que o trabalho envolvendo toda a família possui incontestável relevância e, diante da indagação se os filhos seguem a mesma atividade, conforme retratado no gráfico supramencionado, foram obtidos os resultados: 19% dos entrevistados afirmaram que sim, 72% que não e 9% declararam que não possuem filhos.

GRÁFICO 14 – Ituiutaba (MG): Filhos dos feirantes seguem a mesma atividade dos pais



Fonte: Autora (2020)

¹⁰ “Faz-me-rir” e “din-din” são expressões utilizadas pelos feirantes referindo-se a dinheiro.

Em sequência a essas respostas foi questionado se essa permanência, ou não, na mesma atividade dependesse da vontade dos pais como seria. Concluiu-se que apesar da maioria não querer mudar de atividades, conforme declaração anterior, os feirantes sonham com um futuro diferente para os filhos, esperam que estudem, cursem uma faculdade e sigam em uma profissão menos cansativa. Percebe-se nesse posicionamento uma demonstração de amor aos filhos quando declaram que apesar de amar o que fazem, não desejam o mesmo para eles, por entenderem que para eles cabe algo melhor na vida.

A preocupação demonstrada pelos feirantes com o estudo dos filhos pode ser complementada de acordo com o pensamento de Lima, Pimentel e Soares (2008) ao afirmarem que “a educação é considerada como um bem que os pais desejam passar aos filhos, seja pelo valor social, seja como um desejo, em muitos casos, não permitido àqueles, passando a ser projetado para estes”.

Dentre os poucos que gostariam que os filhos continuassem, destaco a fala de uma feirante que considero muito intensa e que demonstra o quanto ela se sente realizada e orgulhosa do seu trabalho.

Gostaria muito. Acho muito importante esse trabalho nosso. Plantar, colher oferecer o alimento para o povo e garantir o sustento da família. É um tipo de serviço que nunca vai faltar... O povo não para de comer. Era uma garantia pra eles. Por mim, todos trabalhariam na terra, fosse criando um gadinho, fazendo uma horta, fora o tanto que é sadia a vida na roça; o perigo é menos que aqui na cidade, quase não existe violência. Era um sossego ter os filhos na roça..., mas a gente não manda né? A Deus pertence o futuro deles (FEIRANTE 22, PESQUISA DE CAMPO 2019).

Essa narrativa nos remete ao entendimento de que a entrevistada valoriza o trabalho no campo, sendo útil aos outros e, também, de um trabalho que não vai faltar, o que parece ser uma garantia para uma vida futura e uma forma de sobrevivência. A entrevistada ainda faz uma comparação da vida rural e urbana, destacando sobre a violência tão marcada na cidade. Ao mesmo tempo, não impõe aos filhos o trabalho que exerce, deixando-os escolher seu futuro, o que reforça “a Deus pertence o futuro deles”.

Ao apresentar o questionamento: Como é a convivência no espaço da feira? Entende-se que a percepção da qualidade da convivência passa pela compreensão das angústias, de como está o lado emocional, ou seja, quais emoções, alegrias e tristezas foram trazidas à tona, no momento em que esta questão foi levantada.

Na Feira do Sindicato, em relação à administração tanto quanto aos colegas feirantes, declarou-se que a convivência é ótima, muito boa, de família; porém, quando adentramos conversas mais longas, percebem-se as questões subjetivas, as questões conflituosas.

Os conflitos entre a área administrativa da Feira do Sindicato e os feirantes /agricultores não são específicos dessa feira e como declara Trindade (2019, p.21), “o funcionamento das relações de trabalho na feira é bastante complexo, pois envolve variáveis não mensuráveis de caráter subjetivo”. Em seus estudos sobre feira livre no Pará, o autor deparou-se com as reivindicações por melhoria na administração da feira local e também com “funcionários que lidem melhor com os feirantes”.

O desconforto nas relações sociais reproduzidas no espaço da feira é minimizado, e as relações sociais consideradas sem importância e, muitas vezes, deixadas de lado, conforme retrata a feirante 29: “Ah, tá bom. Melhor deixar quieto, a gente não dá jeito, o melhor é procurar combinar com todo mundo. Nem Jesus Cristo agradou a todos, não sou eu que vou agradar. Outra feirante (45), ao se referir à administração local, informa: “É boa, a gente se vê só duas vezes na semana, dá pra aguentar..., Mas tem gente que não passou na fila da educação (risos)”.

Procurando investigar sobre a logística oferecida pelo sindicato foi levantada a seguinte questão: Qual sua avaliação das condições de trabalho e o que poderia ser feito para melhorá-las? A situação relativa às condições de trabalho passa pelo gestor responsável pela feira do Sindicato. Dessa maneira, é perceptível que alguns dos entrevistados preferem se calar e concordar que tudo está bem. No entanto, outros, apesar de demonstrarem muita gratidão pela oportunidade de terem um espaço para comercializar seus produtos, apresentaram sugestões como a instalação de mais um resfriador, porque o espaço do barracão conta com dois resfriadores; entretanto, por Ituiutaba ser uma cidade de altas temperaturas, há dias em que é muito difícil suportar o calor no recinto.

Foram levantadas ainda questões sobre a divulgação da feira, o que poderia ser implantado visando aumentar as vendas e o movimento no local e surgiram sugestões do uso de propagandas via rádio, internet e grupos de WhatsApp. Nesse sentido, os entrevistados entendem que o Sindicato poderia atuar de maneira mais dinâmica na divulgação da feira, utilizando sua estrutura profissional e tecnológica.

O entendimento dos agricultores /feirantes, em relação ao uso das redes sociais para divulgação da feira, encontra eco no posicionamento da Brasil (Embrapa) (2019) ao

afirmar que “[...] é de vital importância que a tecnologia entre na rotina dos pequenos produtores para que seja possível o seu avanço perante as novas necessidades do mercado]”.

De acordo com Martins (2017, p. 81), atualmente tecnologias acessíveis como o celular, tornou-se instrumento de trabalho que facilita a comunicação e encurta distâncias entre o agricultor familiar e seus clientes e ele “até bem pouco tempo não fazia parte da realidade do campo”.

Por outro lado, há os que entendem que tudo está ótimo e nada precisa ser melhorado. Percebe-se certa acomodação, ou submissão, conforme relato da feirante 3, “antigamente, eu tinha que sair batendo de porta em porta. Aqui, agora, estou protegida do vento, do sol, da chuva. É só estar aqui, o freguês vem me encontrar. Não está bom demais?

A observação direta do cotidiano na feira do sindicato possibilitou-me novas percepções em relação aos sujeitos pesquisados e uma delas é a desenvoltura e o poder que os feirantes emanam através da comunicação oral, fato esse corroborado por Satto (2007), ao afirmar que grande parte dos conflitos e os ajustes entre as partes no espaço de uma feira livre surgem através dos diálogos ali construídos.

Acontecem explicitamente a partir das conversas, das discussões e dos chamamentos em voz alta, mas a manutenção da rotina depende do conhecimento e do compartilhamento do significado do discurso social que se entranha no reino do não-dito. São as regras que apenas se expressam quando são executadas. (SATTO; 2007, p.99).

Enfim, analisando os aspectos abordados na pesquisa de campo, entende-se a necessidade de desenvolver mecanismos que aproximem, de maneira mais efetiva, os órgãos responsáveis pela feira livre no Município de Ituiutaba – MG (Prefeitura, Sindicato, Secretaria do Serviço Social, Secretaria de Agricultura) no sentido de promover a interação com os feirantes em busca de projetos que visem melhorar suas condições de trabalho, uma vez que estes trabalhadores movimentam a economia local, promovem o desenvolvimento na região, resistem e divulgam a cultura rural, ocupando e modificando o espaço destinado às feiras livres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender a Feira do Sindicato em Ituiutaba (MG) como espaço de (re) produção da agricultura familiar para os sujeitos que ali desempenham a função de feirantes. A construção do referencial teórico e a entrevista com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Coordenador das Feiras Livres na cidade trouxe o entendimento de como acontece o funcionamento da feira livre no município.

Por meio das entrevistas com os agricultores feirantes foi possível compreender a importância econômica, social e financeira da feira do sindicato para as famílias que ali trabalham, para os frequentadores e para o município de Ituiutaba.

Entre os objetivos específicos desta pesquisa buscou analisar o espaço produzido pelas possibilidades das relações sociais vivenciadas na Feira do Sindicato em Ituiutaba (MG) em sua dimensão social, cultural, econômica e política, bem como entender a importância local da feira para o grupo de agricultores/feirantes que ocupam aquele espaço e para o município de Ituiutaba (MG).

O local onde acontece a Feira do Sindicato é um espaço em movimento em que circulam pessoas e um emaranhado de sentimentos onde acontece a comercialização, que é um fator de extrema importância. Através dela o feirante/agricultor complementa sua renda ou, em muitos casos, é a única renda da família, além da feira ser um espaço de relações sociais e trocas culturais e a ocupação da função de feirante muitas vezes passar de geração em geração. O espaço passa a ser orientado por outras lógicas nas quais imperam o sentimento de pertencimento, de ocupar um lugar na sociedade.

Às sextas-feiras, chegando mais cedo no local da feira, é possível acompanhar a mudança que acontece: espaços são ocupados, mercadorias são expostas, cumprimentos, conversas, risos, negociações, permutas, ou seja, a feira transforma e envolve frequentadores e feirantes numa teia de relacionamentos, por vezes duradouros, passando de uma relação comercial para uma relação de amizade.

Ao fim da feira, muitos saem dali e vão fomentar a economia local na compra de insumos, produtos agropecuários, roupas, calçados, tomam sorvete e, assim, a feira livre apresenta um universo de possibilidades que liga o meio rural ao urbano.

Com os estudos e leituras de teses, dissertações, livros, revistas e sites sobre agricultura familiar e feiras livres, ficou evidenciado que apesar da modernização agrícola instalada no meio rural nas últimas décadas, no grupo pesquisado as dificuldades ainda

permanecem pois, alguns desses pequenos agricultores familiares ainda não têm acesso a instrumentos de mecanização agrícola, como por exemplo, um trator para auxiliar nos trabalhos com a terra ou tanques para depósito do leite produzido e as tarefas são realizadas de forma manual. Em outros casos, o sinal de internet ainda não chegou em algumas residências rurais, o que facilitaria o contato com a cidade e seus fregueses. O acesso à tecnologia proporciona melhorias, conforme constatado durante a pesquisa de campo, momento em que alguns dos entrevistados que possuem acesso à internet no campo informaram que fazem o planejamento da produção ofertada ao receberem encomendas pelo WhatsApp e, deste modo, selecionam, organizam as entregas, se preocupam em dar o retorno à freguesia em relação aos seus pedidos, garantindo a comercialização de sua produção.

A resistência e a força dos agricultores familiares feirantes, referenciadas durante esta pesquisa, mostraram-se mais evidentes no período da Pandemia, quando se observou que diante das dificuldades, inseguranças, cuidados preventivos em relação à Covid-19, continuaram desempenhando seu papel produzindo alimentação, ainda que o escoamento da produção não fosse garantido, por força dos Decretos que paralisaram por algum tempo a realização da feira livre.

Além disso, outro fato importante evidenciado nesta pesquisa é a necessidade da gestão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba oferecer aos seus associados informações e divulgação das políticas públicas que os contemplam porque é notório que alguns não conhecem os programas voltados para a agricultura familiar.

Analisando esses aspectos, entende-se que o conhecimento e a informação sobre programas do governo podem abrir novas possibilidades de melhoria na renda familiar dos agricultores feirantes, uma vez que, uma minoria utiliza programas como o Pronaf e o PAA. Conforme algumas declarações apresentadas, alguns feirantes demonstraram interesse pelos programas mencionados; porém, não os utilizam por falta de informação adequada.

Na comercialização dos produtos na feira, pode ser percebida a presença feminina frente às atividades de modo geral, desde a sua preparação, até o contato e fechamento das vendas, ampliando seu espaço no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, contribuindo na renda familiar. Neste sentido, existe uma lacuna de trabalhos acadêmicos voltados à mulher feirante que seria interessante preencher pois, faz-se necessário dar visibilidade, valorizar e destacar a importância e o empoderamento

feminino frente à subsistência de muitas famílias no município de Ituiutaba (MG) e no Brasil por meio da feira livre.

Dentre os desafios enfrentados pode-se apontar a dificuldade da permanência do pequeno agricultor no campo oriunda de problemas como a incapacidade produtiva em maior escala, com a logística que envolve o processo de escoamento da produção, a má conservação das estradas rurais, culminando com a falta de valorização monetária de sua produção.

Analisando as situações encontradas e os relatos ouvidos durante a pesquisa, na relação informal e de amizade conquistada, ao longo do tempo, de convívio com os sujeitos pesquisados, visualizou-se a necessidade de que o poder público, responsável pelas feiras livres, amplie seu olhar no sentido de oferecer mais infraestrutura nos espaços onde as feiras acontecem, especialmente em relação às questões sanitárias e higiênicas que, costumeiramente, funcionam em uma única direção, ou seja, existe a fiscalização da vigilância sanitária sobre os produtos comercializados; porém, não são oferecidas condições sanitárias adequadas em favor dos agricultores feirantes.

Cabe ressaltar que os objetivos desta pesquisa foram alcançados, uma vez que, em relação às suas especificidades percebeu-se que o uso do espaço na feira do Sindicato atende às aspirações dos sujeitos envolvidos neste estudo, por ser o lugar de onde eles extraem o rendimento econômico que possibilita a subsistência de suas famílias. Por outro lado, as socializações, as interações, a cultura do meio rural e o modo de ser feirante são práticas diariamente reproduzidas e incentivadas ali, mantendo a feira livre no imaginário da população como um quadro vivo pertencente à paisagem no meio urbano.

Ao fim deste estudo, reforça-se que é notória a importância dos trabalhadores rurais, agricultores familiares e feirantes que, com suas atividades laborais na feira livre, garantem uma alimentação de qualidade na mesa da população brasileira e, com contentamento, conforme declararam na pesquisa de campo, por sustentarem suas famílias, mantendo vivas as tradições rurais, socializando-se com o meio urbano, fazendo com que essas práticas sociais, econômicas e culturais tenham um espaço garantido nas práticas de vivências nas cidades, a partir da perpetuação das feiras livres.

Por fim, cabe esclarecer que pessoalmente, pesquisar sobre o agricultor familiar/feirante foi a realização de um desejo de uma aproximação e volta as minhas origens. O agricultor familiar continua sendo, no meu entendimento um forte, resistente e agradeço por contribuir, ainda que minimamente no registro de sua história.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Jorge. Feiras e mercado interno na História Contemporânea: algumas notas avulsas. **Paper presente datthe**. 3º Encontro de História, Vila do Conde, 2007. Disponível em: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/50398/2/jorgealvesfeiras000116245.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2020.
- ANACLETO, Adilson.; COELHO, Andersandra Pereira; CURVELO, Eder Bruno Couto. As mulheres empreendedoras e as feiras livres no litoral do Paraná. **Revista Faz Ciência**, v. 18, p. 118-139, 2016. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia> >. Acesso em: 10 de junho de 2019.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo, HUCITEC, 2004.
- ARAUJO, Alexandro Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Volume 26, nº. 3, outubro de 2018 a janeiro de 2019. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/1199>. Acesso em: 10 de junho de 2019.
- ASSIS, Silmara Christina Rodrigues de; PRIORE, Silvia Eloíza; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Ciência e Saúde Coletiva**, 2017, vol. 22, n. 2. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-232017000200617&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.
- AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira. As feiras livres e suas (contra) racionalidades: periodização e tendências a partir de Natal- RN. **Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales**, v. XVIII, n. 1009, 2013.
- BARBOSA, Andréia Cristina da Silva. **Riqueza que mexe com os sentidos: feira livre de Senhor do Bonfim**. Salvador, 2013. 136 p. Dissertação (Pós-Graduação). Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12935>. Acesso em 08 de maio de 2020.
- BARBOSA, Carla Cristina. A Feira e o Turismo: Potencialidades e Atrativos. **Caminhos de Geografia**, revista on-line, v. 9, n. 28, 2008. Disponível em: <http://ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em 12 de agosto de 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARTH, Michele; RENNER, Jacinta Sidegum; NUNES, Margarete Fagundes; SANFELICE, Gustavo Roesse. Características do trabalho na agricultura familiar e sua influência na emigração dos jovens. **Revista Iluminuras - Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais - BIEV/LAS/PPGAS/IFCH/UFRGS**. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.64569>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.
- BAUER, Martin; GASKELL, George (eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 2003.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; PINHEIRO, Sonoê Sugahara. **A população Rural e a Previdência Social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Brasília, IPEA 2000. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2317/1/TD_759.pdf Texto para discussão759. Acesso em: 14 de fevereiro de 2020.
- BONAMICHI, Nayana Corrêa. **Feiras livres: um breve estudo sobre tradição urbana, sociabilidade e resistência na cidade do Rio de Janeiro**. 2013. Repositório institucional

da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/11422/5512>. Acesso em: 13 de julho de 2020.

BONONO, Juliana Resende. O tabuleiro afro-brasileiro: o abastecimento alimentar e a resistência das quitadeiras negras no Brasil no século XVIII. Anais eletrônicos do XXII. **Encontro Estadual de História da ANPUH-SP**. Santos, 2014. Disponível em:
http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1405976865_ARQUIVO_O_TABULEIROAFROanpuhsantos.pdf. Acesso em: 27 fev. 2021.

BRASIL. **Agricultura Familiar**:entenda como funciona o Programa de Aquisição de Alimentos. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-funciona-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 29 de julho de 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agricultura Familiar**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (Org.). **O que é o PRONAF?** 2017. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

BRASIL. Casa Civil. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Org.). **O que é a agricultura familiar**. 2016. Disponível em:
<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Mapeamento de segurança alimentar e nutricional nos estados e municípios**: resultados preliminares. Brasília: MDS, 2015. Disponível em:
www.mds.gov.br/webarquivos/publicação/segurança_alimentar/mapa_san_resultados_preliminares.pdf. Acesso em: 13 de maio de 2020.

BRASIL. **Lei no 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 25 jul. 2006. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95601/lei-11326-06>. Acesso em: 11 de janeiro de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 1.946**, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.946%2C%20DE%2028%20DE%20JUNHO%20DE%201996&text=Cria%20o%20Programa%20Nacional%20de,atribui%C3%A7%C3%A3o%20que%20lhe%20confere%20art. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

BRASIL. **Lei nº. 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título

VII, da Constituição Federal. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208629%2C%20DE%2025%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201993.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20dos,Art. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

BRITTO, Lays. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. **Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 3, n. 1, p. 165-169, 2017. Disponível em:

<http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/viewFile/5839/3124>. Acesso em: 07 de maio de 2020.

CARDOSO, Max Williams Ribeiro; SANTOS, Claudio Ressurreição dos.

Aplicabilidade da Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana na Feira-Livre de Cruz das Almas-BA. **Textura**, v. 5, n. 9, p. 33-41, 2012.

CARLOS, Ana Fani A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.

CARVALHO, Thiago. **Opinião: as feiras livres da agricultura familiar**. 2015.

Disponível em: <http://agrario.mg.gov.br/feiras-livres-da-agricultura-familiar/artigo2> - Acesso em: 19 de maio de 2019.

CARVALHO, Francislene de Fátima; GROSSI, Selma de Fátima. A importância das Feiras Livres e seus impactos na Agricultura Familiar. **Revista Interface Tecnológica**, v. 16, n. 2, p. 226-234, 2019. Disponível em:

<https://revista.fatectq.edu.br/index.php/interfacetecnologica/article/view/665>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

CATALÃO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica. Insurgência, espaço público e direito à cidade. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. p. 119-135, v.13, n. 22, set./dez., 2017. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6942/3876>. Acesso em: 03 de agosto de 2020.

CHIES, Claudia; ROCHA, Márcio Mendes. Impactos da aposentadoria rural especial como política pública para a agricultura familiar. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 123-137, jul. 2015. Disponível em:

<http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/370>. Acesso em: 03 abr. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 50 (1):61-83, Jan./Mar. 1988.

COSTA, Vibérica Gonçalves da; GONÇALVES, Alícia Ferreira. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: uma análise crítica. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 5, v. 2, n. 9, p. 93-108, jan./jun. 2012.

Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/23012>

COUTINHO, Edilma Pinto; NEVES, Halanna Cavalcante da Nóbrega; NEVES, Hamanda Cavalcante da Nóbrega; SILVA, Eurides Marcílio Ginuda. **XLIV Congresso**

da Sober “**Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento**”. Sociologia Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006.

CRUZ, Maria Sirlene da. **Do campo para a cidade: estudo sobre feiras livres, abastecimento urbano e comercialização da agricultura familiar no Alto Jequitinhonha**. 2019. Dissertação da UFMG. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/32220>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

CRUZ NETO, Otávio; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romes; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.

CUNHA, Alecsandra Santos da. **Agricultura familiar e suas estratégias de resistência na campanha gaúcha: o caso do rincão dos saldanhas e do cerro da jaguatirica**. Manoel Viana, RS. (2013) (Dissertação Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2013.

DALL AGNOL, Jaqueline. **Território de reprodução da agricultura familiar: o assentamento Chico Mendes em Ituiutaba (MG)**. 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Catalão - GO, Brasil, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7732>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. Feiras no Nordeste. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v. 7, p. 87-101, 2008. Disponível em: <https://redalyc.org/articulo.oa?id=273620629009>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. **Feira de Macaíba/RN: um estudo das modificações na dinâmica sócio espacial (1960/2006)**. 2007. 209 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18854>. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

Decreto Municipal n 9.406 de 30/04/2020. Dispõe sobre medidas de proteção à coletividade a serem adotadas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19) no município de Ituiutaba, a partir de 04 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.gov.br/legislacao/decretos/2020>. Acesso em agosto de 2020

Dicionário Online de Português. **Hortifruti**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/hortifruti/>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

DOMINGUES, Alexandre Pires; MELO, Aloisio Lopes Pereira; HOLLANDA, Antônio Dias; MORATO, Renato Alves. Elementos para uma política de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar a inserção do PRONAF no PPA 2000-2003. **Revista do Serviço Público**, v. 52, n. 2, p. 20-74, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro. Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais**

Sem Terra - MST, 1979-1999. São Paulo: USP, Departamento de Geografia (Doutorado) 1999.

FERNANDES, Lyerka kallyane Ramos. **Método de Pesquisa Qualitativa: Usos e Possibilidades.** (on line) Psicologado, 2014. <https://psicologado.com.br/psicologia-geral/introducao/metodo-de-pesquisa-qualitativa-usos-e-possibilidades>. Acesso em: 26 de setembro de 2020.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio; CARVALHO FILHO, José Juliano de. **Constituição vinte anos:** caminhos e descaminhos da reforma agrária: embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4334>. Acesso em: 05 de abril de 2020.

FERREIRA, Tatiane Alves. ORGANIZAÇÕES QUE ACONTECEM: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS DA FEIRA LIVRE DE CAMPO GRANDE. **IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**, Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016.

FONSECA, Ana Ivania Alves; COSTA, Silviane Gasparino; VIEIRA, Genilda do Rosário Alves Lima; GALDINO, Sanndy Maria Gonçalves. Feiras e mercados municipais em Bocaiúva (MG) e Montes Claros (MG): O empoderamento das mulheres agricultoras. **Revista do Departamento de Geografia**. Universidade de São Paulo, v. 33, 2017.

GEM - *Global Entrepreneurship Monitor*. **Relatório Executivo**. SEBRAE, 2017. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br>. Acesso em: 21 de junho de 2019.

GERMANO, José Willington; LUCENA, Thiago Isaias Nóbrega de. **Feiras livres:** cidades de um só dia, aprendizados para uma vida inteira. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22121>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOBBI, Wanderléia Aparecida de Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A pecuária leiteira e a agricultura familiar em Ituiutaba (MG): as transformações na comunidade da canoa. **Geo UERJ**, v. 1, n. 19, p. 79-110, 2009.

GODOY, Wilson Itamar. **As feiras-livres de Pelotas, RS:** estudo sobre a dimensão sócio econômica de um sistema local de comercialização. 2005. 268 p. (Doutorado em Agronomia) Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/GODOY-Feiras-Livres-2005>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

GODOY, Wilson Itamar; RECH, Rogério. Aspectos socioeconômicos e de produção relacionados às feiras-livres do Sudoeste do Paraná. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 1, p. 40-47, 2013.

GOMES, Almirava Ferraz; SILVA, Joice de Souza Freitas; SANTOS, Adilson Almeida dos; SANTANA, Wesley Gusmão Piau; SANTOS, José Antônio Gonçalves dos. Perfil socioeconômico de mulheres feirantes: um estudo no interior baiano. **IV Encontro de Administração Política, para o Desenvolvimento do Brasil**. Vitória da Conquista, Bahia, 2013.

GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job; MALUF, Renato Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de assentamentos**, v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba- SP, Vol. 52, Fevereiro de 2015.

GUIMARÃES, Camila Aude. **A feira livre na celebração da cultura popular**. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Universidade de São Paulo. (2010). Disponível em: <http://www.organicnet.com.br/2015/01/mapeamento-identifica-64-mil-feiras-livres-e-agroecologicas-em-todo-o-pais/>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

HEIM, Bruno Barbosa; SILVEIRA, Jamile Silva. **A institucionalização da política de reforma agrária no estatuto da terra: uma proposta à frente de seu tempo?** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24312/a-institucionalizacao-da-politica-de-reforma-agraria-no-estatuto-da-terra-uma-proposta-a-fr>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 3, p. 469-483, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020. **Resultado dos Dados do Censo 2010 e população Estimada – 2020**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acesso em 15 de março de 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020. **Resultado definitivo dos Dados do Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acesso em 15/03/21

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 29, n. 2, p. 159-176, 2008. VERIFICAR A PALAVRA EM VERDE

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7. ed., São Paulo, Atlas, 2010.

LEAL, Giuliana Franco; LOBO, Thayse de Almeida; CHAVES, Stefani Ribeiro. Feira Livre: interações em um espaço urbano. Grajaú/MA. **InterEspaço**, v.4, n. 15 p. 288-302 set./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.v4n15p288-302>. Acesso em: 25 de outubro de 2019.

LELIS, Juliana Lopes; PINTO, Neide Maria de Almeida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; DOULA, Sheila Maria. **Vínculos de sociabilidade e relações de trocas entre feirantes de Viçosa, MG**. 2001. Publicação do GERAR UFV.

LENIN, Vladimir. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, Leopoldo Oliveira de; MEDEIROS, Marcos Barros de; SILVA, Maria José Ramos da. Identificação das dificuldades de acesso ao Pronaf pelos agricultores familiares no Nordeste brasileiro. **EXTRAMUROS - Revista de Extensão da Univasf**, v. 7, n. 2, p. 006-025, 2019.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis** [online]. 2007, vol.10, pp.37-45. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Acesso em: 01 de maio de 2019.

LUCENA, Thiago Isaias Nóbrega de; GERMANO, José Willington. **Feiras livres: cidades de um só dia, aprendizados para uma vida inteira**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22121>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

MADEIRA, Angélica, VELOSO, Mariza. **A cidade e suas feiras: um estudo sobre as feiras permanentes de Brasília**, DF: IPHAN, 15ª Superintendência Regional, 2007. 80 p. Feiras - Brasília. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/feiras_permanentes.pdf. Acesso em: 21 de junho de 2019.

MALUF, Carmem. Espaço, tempo e lugar. Pós. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, n. 23, p. 70-83, 2008.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. **Caderno “segurança alimentar”**. Paris: Fhp, 2000.

MARANHÃO, Renata de Souza; QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. Os circuitos da economia urbana na feira livre do Mercado Central de Ceará-Mirim-RN. **GEOCONEXÕES**, v. 1, p. 31-46, 2016.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, p. 49-78, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO**. 2000. Tese. 237 f. (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH-USP, 2000.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam Cristina da Silva. (2008). Feira livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê**

Geográfico, 2(2), 72-87. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ag.v2i2.4710>. Acesso em: 08 de maio de 2019.

MATOS, Benedito Erivaldo de Sousa. **O centro da periferia: um recorte espacial da feira livre do Pedregal**. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Brasília, 2012, 40 p.

MEDEIROS, Jussara Caetano de. **O turista vai à feira: usos e possibilidades do turismo cultural na feira de Currais Novos/RN**. 2012. 72 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Curso de Turismo, Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, 2012. Disponível em: <http://monografias.ufrn.br/handle/123456789/4683>. Acesso em: 29 de abril de 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MÓDOLO, Vinícius Medina. Organizações que acontecem: um olhar sobre as práticas da Feira Livre de Campo Grande. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; ARAÚJO, Marcos Antônio Alves de. Territorialidades e sociabilidades na feira livre da cidade de Caicó (RN). **Caminhos de Geografia**, v. 7, n. 17, 2006.

MORAIS, Franciele Araújo de; HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori. O saber profissional do feirante. **Revista Brasileira de Administração Científica**, Aquidabã, v.6, n.1, p.25-43, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.6008/SPC2179-684X.2015.001.0002>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

MOTA, Adriana Sandes; SANTANA, Angela; PINHEIRO, Neiva Silva. Feira Livre de Amargosa: sua construção, sua história. **Revista Acadêmica Gueto**, 2015. Disponível em: [NASCIMENTO; MELO; 2020 \(Mapa\). Disponível em: \[http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/resumos_expandidos/eixo1/035.pdf\]\(http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/resumos_expandidos/eixo1/035.pdf\). Acesso em: 20 de agosto de 2020.](https://www2.ufrb.edu.br/revistaacademicagueto/images/sampled/ Acesso em: 12 de agosto de 2020.</p>
</div>
<div data-bbox=)

NAVARRO, Zander. A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander. **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e Perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010. 298p.

NIEDERLE, Paulo André; FIALHO, Marco Antônio Verardi; CONTERATO, Marcelo Antônio. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil: aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. 9-24, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-032014000600001. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

NORA, Fabiane Dalla Nora; ZANINI, Maria Catarina. A feira como um espaço de sociabilidade. **Revista Retratos de Assentamentos**, v.18, n.1, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2015.v18i1.185>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>. Acesso em: 20 de novembro de 2019

OLIVEIRA, Rusiano Paulino de; AQUINO, Joacir Rufino de. A previdência rural e sua importância para as famílias pobres no Nordeste: resultados de um estudo de caso no Rio Grande do Norte. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 48, n. 1, p. 115-130, 2017.

OLIVEIRA, Maurício Souza de; LIMA, José Raimundo Oliveira. Feiras Livres: uma manifestação natural e espontânea de economia popular e solidária. 2017. **XV Semana de Economia- Uesb**. Vitória da Conquista, Bahia.

OMS - Organização Mundial de Saúde. (2020) **OMS afirma que Covid -19 é agora caracterizada como pandemia**. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

PEREIRA, Michele Paiva; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Feira livre de São Felipe-BA: Expressões de transformações e resistências à urbanização. **Revista Rural Urbano**, v. 1, n. 1, p. 58-66, 2016.

PEREIRA, Viviane Guimarães; BRITO, Tayrine Parreira; PEREIRA, Samanta Borges. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, 2017.

PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar; RAMIRES, Julio Cesar de Lima; RUCKERT, Aldomar Arnaldo (org). **Pesquisa Qualitativa: Aplicações em Geografia**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2017. 548p. Livro digital.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 63-84, 2014.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2011.

PINTAUDI, Silvana Maria. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. **Revista Cidades**, v. 3, n. 5, 2006.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira**. Ituiutaba: Barlavento, 2015, 139p.

RAMOS, Vinnie Mayana Lima; PEREIRA, Michele Paiva; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Invisibilidade da Cultura Rural da Feira Livre no Plano Diretor de São Felipe-BA. **Geoiingá - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, v. 9, n. 1, p. 90-106, 2017.

REZENDE, Mariane. ROSENDO, Jussara Santos. **Uso e ocupação da Terra no município de Ituiutaba-MG através das técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento**. Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU) – Campus Pontal – Ituiutaba-MG.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; ARAÚJO, Daniel Prado; GALIZONI, Flávia Maria; AYRES, Eduardo Barbosa; SILVESTRE, Luis Henrique; FREITAS, Camila da Silva. As Feiras Livres do Jequitinhonha: feirantes, consumidores e comércio urbano no semi-árido mineiro. **Cadernos do CEAS – Revista crítica de humanidades**, n. 228, p. 11-26, jun. 2016. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/117>. Acesso em: 22 abril de 2021.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães.; CASTRO, Boaventura Soares de; RIBEIRO, J. A. (coord.) A feira livre de Minas Novas: abastecimento urbano, consumo e renda para a agricultura familiar. Lavras, Turmalina, Minas Novas. **Relatório de Pesquisa**, maio de 2004.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; SPINOLA, Paulo Asafe Campos; MATTOS, Luciano Mor; ÀVILA, Mário Lúcio de; MOURA, Iracema Ferreira de; SILVA, Ana Paula Moreira da. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília – IPEA, 2017.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, n. 5, 2015.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SAVOLDI, Andréia; CUNHA, Luiz Alexandre. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, v. 5, n. 1, 2010.

SATO, Leny. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 95-102, 2007.

SEABRA, Giovanni de Farias et al (Org.). **A conferência da terra: agricultura familiar, natureza e segurança familiar**. Ituiutaba: Barlavento, 2014.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. MURICY, José Alberto Costa. 2009. De olho na feira. Salvador. Sebrae: Bahia, 2009, 28p. Disponível:

[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9CA9549B9A7B26918325766C00587CB3/\\$File/NT00042C96.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9CA9549B9A7B26918325766C00587CB3/$File/NT00042C96.pdf). Acesso em: 20 de agosto de 2020.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da. Agricultura Familiar: categoria teórica e/ou de ação política? **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 16, n. 1112, p. 907-918, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/b7spy/pdf/schneider-9788538603894.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A agricultura familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo. N° 145, 2013. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile.

SILVA, Hellen Mabel Santana; MIRANDA, Eduardo Oliveira; CASTRO JUNIOR, Luis Vitor. Feira livre enquanto espaço de sociabilidade, trabalho e cultura: tramas e subjetividades na Feira de Acari. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. Vitória da Conquista- BA, n. 18, p. 273-290, 2014.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/154-Texto%20do%20artigo-175-1-10-20180609.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2020.

SILVA, Juniele Martins. **Agricultura Familiar e Territorialidade: as comunidades cruzeiro dos martírios e paulistas no município de Catalão (GO)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2011.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Agricultura familiar no Brasil: características e estratégias da comunidade Cruzeiro dos Martírios– município de Catalão (GO)**. **Encontro Nacional de Geografia Agrária**, v. 19, p. 01-28, 2009.

SILVA, Sandro Pereira. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do PRONAF no Território Médio Jequitinhonha-MG**, n. 1693. Texto para Discussão, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/artic>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

SILVEIRA, Maria Laura. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 19, n. 2, p. 246-262, ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2015.102778>. Acesso em: 23 de abril 2021.

SILVEIRA, Vítor Cardoso da; OLIVEIRA, Emilly Santi de; SILVEIRA, Natália Fernandes; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. Avaliação da importância das feiras livres e a forma de comercialização adotada pelos feirantes na cidade de Nova Andradina, MS. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 1, n. 1, 2017.

SILVESTRE, Luís Henrique Aparecido; Áureo Eduardo Magalhães RIBEIRO; Camila da Silva, FREITAS, 2011. Subsídios para a construção de um programa público de apoio à feira livre no Vale do São Francisco, MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 13, n. 2, p. 186-200, 2011.

SOUSA, Poliana Macedo. **Feira do Bosque: espaço para a construção da identidade cultural de Palmas – Tocantins**. Portugal, 2012. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em: 12 de março de 2020.

SOUZA, Nair Heloisa Bicalho de. **Trabalhadores pobres e cidadania: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil**. Uberlândia, EDUFU, 2007.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Editora Atual, 1997.

TAVARES, Vívian Oliveira; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano; WANJNMAM, Simone; LORETO, Maria das Dores de. Interfaces entre a renda dos idosos aposentados rurais e o contexto familiar. **Textos & Contextos**, v. 10, n. 1, p. 94-108, Porto Alegre, 2011.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 2, ano 2, setembro de 2005, Três Lagoas –MS,

TEIXEIRA, Lucas dos Reis; FONSECA, A. I. A.; VIEIRA, K. L.; FONSECA, V. Agricultores familiares no município de Bocaiúva–MG e suas relações com a feira e o mercado como alternativa de renda e espaço de vivência. **Revista Cerrados**, 6 (01), 111-128, 2008.

TRINDADE, José Raimundo; FIEL, Ewerton Uchoa. Emprego, Renda e Informalidade: um estudo da feira da cidade em Ananindeua (PA). **Revista De Economia Regional, Urbana E Do Trabalho**. Volume 08, Nº 01, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/erut> Acesso em 25/4/21. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais – a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

VEDANA, Viviane. Fazer a feira e ser feirante. a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. **Horizontes Antropológicos**, n. 39, p. 41-68, 2013.

WANDERLEI, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 2015, vol. 52, supl. 1. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/url/view.php?id=2664816> Acesso em 30 de abril de 2019

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2009.

Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/308>. Acesso em: 12 de julho de 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 2, p.29-37 Editora da UFPR 2000. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/index>. Acesso em 10 jun.2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro. Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, p. 21-55, 1999.

APÊNDICE A – Entrevista com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – Ituiutaba (MG)

1-Nome do entrevistado: _____ Idade _____

2- Quando foi criado o Sindicato? _____

3- A sede sempre foi nesse endereço?

4 - Como funciona a eleição para o cargo de presidente?

5 - Qual a estrutura organizacional administrativa do sindicato?

6 - Há quanto tempo (mandatos) o senhor ocupa a presidência do sindicato?

7- Número de trabalhadores filiados ao sindicato rural _____

8 – Qual a faixa etária dos trabalhadores rurais filiados ao Sindicato?

Faixa etária	N. de trabalhadores filiados
18 a30 anos	
30 a 45 anos	
45 a 60anos	
Maior que 60 anos	

9 – Que tipos de atividades os trabalhadores rurais filiados ao Sindicato Rural executam?

10 – Na sua concepção qual o tipo de atendimento, produto ou serviço ofertado pelo sindicato que você destacaria como mais importante?

11– Quanto à feira do sindicato, como ocorreu a sua idealização e início?

12 - O sindicato oferece alguma capacitação ou assistência técnica para os associados em geral ou para as famílias que participam da feira?

13- Na sua opinião a produção da agricultura familiar impacta de alguma maneira na economia do município? Como?

14 – Atualmente, qual a sua maior preocupação com o sindicato? Quais as metas, planejamento para o futuro?

15 – Sabemos que a sua gestão movimentou o sindicato. Quais os avanços e novidades você implantou?

16- Na sua opinião, qual a importância da feira:

a) Para a economia do município?

b) Para os feirantes?

17- A Pandemia, causada pelo Covid -19 causou impactos negativos aos feirantes? Quais?

18 – Com a Pandemia, causada pelo Covid -19, a feira mudou de endereço. Como você enxerga essa situação e qual sua expectativa para a feira pós-pandemia?

19 – Como você percebe a questão da diversidade sócio cultural vivenciada no espaço da feira pelos agricultores familiares?

Fonte: Criado pela autora

APÊNDICE B – Entrevista com os Agricultores familiares/feirantes da Feira do Sindicato - Ituiutaba (MG)

Barraca/Feirante

(Nome): _____

Data: ____ / ____ / ____ /

1 Perfil pessoal

1.1 Idade do entrevistado: () menor de 20 anos () de 20 a 40 anos () de 40 a 60 anos

() de 60 a 80 () maior de 80 anos

1.2 Escolaridade () Ensino Fundamental () Ensino médio () Ensino Superior

1.3- Estado Civil: () Solteiro () Casado () Viúvo () Outros

1.3.1. Possui filhos? _____. Quantos?

1.4 Local em que mora : () área urbana – Se sim a casa é: () alugada () própria () cedida () outro- especificar _____ () área rural

1.5. A terra que você produz é: () própria () arrendada () cedida () outra. Especificar

1.5.1 De que forma adquiriu a terra?

() herança () compra () assentamento () outra – especificar

1.5.1.1. Em caso de assentamento rural, qual assentamento?

1.5.2 No total a propriedade possui quantos hectares?

() até 20 há () 20 a 50 há () 50 a 100 há () 100 a 200 há () 200 a 500 ha
() 500 a 1000 há () acima de 1000 há

1.5.3 Quantos hectares são explorados pela família?

() até 20 há () 20 a 50 há () 50 a 100 há () 100 a 200 há () 200 a 500 ha
() 500 a 1000 há () acima de 1000 ha

2 Perfil profissional

2.1 A quantos anos é agricultor familiar?

() menos de 3 anos () 3 a 5 anos () 5 a 10 anos () 15 a 20 anos

() 20 a 25 anos () de 25 a 30 anos () de 30 a 40 anos () 40 a 50 anos () acima de 50 anos

2.2 A quanto tempo trabalha nessa feira e por que escolheu comercializar aqui seus produtos?

() Menos de um ano () de 1 a 3 anos () mais de 4 anos

2.3 Essa feira acontece duas vezes por semana. Na terça e na sexta-feira. Você participa nos dois dias?

() Sim () Não

2.4 Mais alguém da família trabalha com você na feira? Quem?

() esposo (a) filhos () () outro. Especificar

2.5. Qual a quantidade de membros de sua família que trabalha na agricultura familiar?

() 1 a 2 () 3 a 4 () mais de 5

2.6. Emprega auxiliares para ajudar em suas atividades? Se sim, quantos?

2.6.1. Em casos afirmativos, os auxiliares: () são diaristas () assalariados mensais

() outros, especifique

2.7. Já recorreu a algum tipo de financiamento para incrementar sua produção?

Sim () Não () Qual?

2.8. Qual produto comercializa? () Hortaliças/ frutas e verduras () Carnes e Aves (frangos) () Doces () Derivados do leite () Farinhas e grãos () Outros. Qual?

2.9. Existe algum problema em relação à comercialização de sua produção?

2.10. Descreva um pouco de sua atividade como produtor familiar.

2.11. Já trabalhou em outras feiras? _____

2.11.1. Quais?

2.11.2. Por quanto tempo?

2.12. A renda como produtor familiar/feirante é suficiente para o sustento da sua família ou exercem alguma outra atividade?

() sim () não

Por quê?

2.12.1. Qual o rendimento/lucro proveniente exclusivamente da feira?

Renda por feira : () menos de 100 reais () de 100 a 300 reais () de 300 a 500 reais () mais de 500 reais

Renda mensal: () de 1 a 2 Salários mínimos () de 2 a 3 Salários mínimos () de 3 a 4 Salários mínimos () de 4 a 5 Salário mínimo () mais de 5 Salários mínimos

2.12. 2 Com relação ao rendimento financeiro, como o avalia?

() Insatisfatório () Pouco satisfatório

() Satisfatório () Muito satisfatório

2.13. Recebe algum tipo de benefício oferecido pelo Sindicato?

2.14. Como avalia a execução do trabalho?

prazeroso penoso entediante

2.14.2. Para a execução de suas tarefas de trabalho o esforço físico é:

pequeno grande não existe esforço físico

2.15. Já ficou afastado de suas atividades por motivo de doença?

2.16. Depois que começou a trabalhar nessa feira verificou em sua família algumas mudanças relacionadas à qualidade de vida? Quais?

2.17. O que você acha sobre a divulgação da feira e quais as sugestões para melhorar esse aspecto?

3 Perfil psicológico do trabalhador

3.1. Após o horário de trabalho, você se sente:

recompensado, por mais um dia de trabalho aliviado pelo termino das atividades

3.2. Considera que sua atividade no trabalho é valorizada pelos frequentadores da feira? Por quê?

3.3. Com relação a sua satisfação com o trabalho se você pudesse:

permaneceria no trabalho mudaria de atividade

3.4 Seus filhos estão seguindo a mesma atividade?

sim não Por quê?

3.5. Se dependesse de você, você gostaria que ele se dedicasse à mesma atividade?

sim não Por quê?

3.6. Como é a convivência entre os feirantes?

3.7 Como você avalia as condições de trabalho?

3.7.1. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar as condições de trabalho?
